



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – MESTRADO

MARIA DE JESUS MARTINS DE ANDRADE CUNHA

**FAMÍLIAS LESBOAFETIVAS: descortinando as relações de gênero e  
sexualidade entre mulheres**

TERESINA

2017

MARIA DE JESUS MARTINS DE ANDRADE CUNHA

FAMÍLIAS LESBOAFETIVAS: DESCORTINANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO E  
SEXUALIDADE ENTRE MULHERES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Piauí como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

**Orientadora:** Profa. Dra. Mary Alves Mendes.

**Área de Concentração:** Atores, Processos e Desigualdades Sociais.

**Linha de Pesquisa:** Gênero e Geração

TERESINA

2017

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras  
Serviço de Processamento Técnico

C967f Cunha, Maria de Jesus Martins de Andrade.  
Famílias lesboafetivas: descortinando as relações de  
gênero e sexualidade entre mulheres / Maria de Jesus  
Martins de Andrade Cunha. – 2017.  
124 f.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade  
Federal do Piauí, 2017.

Orientação: Profa. Dra. Mary Alves Mendes.

1. Famílias. Lesboafetividade. Gênero. Sexualidade. I.  
Título.

CDD 301.42

MARIA DE JESUS MARTINS DE ANDRADE CUNHA

**FAMÍLIAS LESBOAFETIVAS: DESCORTINANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO E  
SEXUALIDADE ENTRE MULHERES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Piauí como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Mary Alves Mendes

Dissertação defendida e aprovada em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dra. Mary Alves Mendes (Orientadora)  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPI

---

Prof. Dra. Elisangela Barbosa Cardoso  
Programa de Pós-Graduação em História – UFPI

---

Prof. Dr. Francisco de Oliveira Barros Junior  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPI

---

Prof. Dr<sup>a</sup> Rita de Cassia Cronemberger Sobral  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFPI (suplente)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-MEC  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS-CCHL  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO-PRPG  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA-PPGS**

### **DECLARAÇÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Declaramos que a aluna **MARIA DE JESUS MARTINS DE ANDRADE CUNHA**, defendeu sua dissertação de mestrado, tendo obtido o título de Mestre em Sociologia com dissertação intitulada: **FAMÍLIAS LESBOAFETIVAS: descortinando as relações de gênero e sexualidade entre mulheres**, no PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, em sessão pública realizada no dia 31 de março de 2017 às 09h00min, na sala de Vídeo I/CCHL. A mesma tem o prazo de até 30 dias (caso de haver recomendações de revisão) e até 10 dias, caso não haja necessidade de efetuar revisão, para entregar a versão final da dissertação e receber a cópia da Ata de defesa.

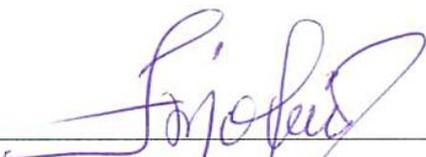
#### **Membros da Banca**

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Mary Alves Mendes (UFPI – Presidente/PPGS)

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Elizângela Barbosa Cardoso (UFPI - Examinador Externo/PPGHB)

Prof<sup>º</sup> Dr<sup>º</sup> Francisco de Oliveira Barros Junior (UFPI - Examinador Interno/PPGS)

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rita de Cássia Cronemberg Sobral (UFPI – Suplente/PPGS)

  
Francisco Mesquita de Oliveira  
Coordenador PPGS/UFPI  
Prof. Dr. Francisco de Oliveira  
Coordenador PPGS/UFPI  
SIAPE 1628577

## AGRADECIMENTOS

A cada conquista, o reconhecimento da existência de um ser superior que nunca me deixou desistir, obrigada meu **Deus!**

Às **Borboletas**, protagonistas da pesquisa, pela confiança e generosidade em confienciarem “segredos” de suas vidas. Pela intensidade dos relatos, pela paciência em ter respondido a tantos questionamentos, pela riqueza das falas, e pela contribuição expressiva para a construção dessa dissertação.

À Prof. Dr<sup>a</sup> **Mary Alves Mendes**, “minha” orientadora, pelo incentivo, força, e paciência com as minhas fragilidades e incertezas teóricas. Pela oportunidade de ter alguém tão dedicada, ou melhor, superdedicada, que chegava a me dar medo (risos), lendo e alterando comigo, página por página, discutindo, questionando, mostrando minhas próprias confusões discursivas. Obrigada por ter vivenciado com intensidade esse processo de construção científica, por me possibilitar reconhecer as permanências, mas também as mudanças nas relações de gênero, incluindo as minhas, e principalmente, por não ter deixado Jesus fraquejar e sim me fazer acreditar que poderia permanecer firme como o carvalho. Obrigada por me ajudar com competência e praticidade a dar um ponto final na dissertação. Obrigada pelo respeito e amizade que construímos nesse árduo processo.

Às minhas professoras e aos meus professores no mestrado, Dr<sup>a</sup>. **Lila Luz**, Dr<sup>o</sup>. **Francisco Mesquita**, Dr<sup>o</sup>. **Ferdinand Cavalcante**, Dr<sup>o</sup>. **Eriosvaldo**, Dr<sup>o</sup>. **Samuel Pires**, pelo estímulo e conhecimentos compartilhados, cujos ensinamentos e leituras me estimularam a ampliar meus horizontes e também construir ciência.

À Prof. Dr<sup>a</sup>. **Elisangela Cardoso** e ao Prof. Dr<sup>o</sup>. **Francisco Junior**, pela valiosa contribuição feita no Exame de Qualificação, pelo cuidado com as palavras ao me revelar outros caminhos possíveis; por me indicarem tantas leituras, acho que até terminar o doutorado não darei conta (risos). Quanta sensibilidade e generosidade! Obrigada pelo entusiasmo e por me entusiasmarem a prosseguir com o trabalho, essas atitudes só fortaleceram minha vontade de continuar a trilhar alguns caminhos desconhecidos.

Às professoras Dr<sup>a</sup>. **Francineide Pires e Rita Sobral**, por me apresentar questões ligadas à dinâmica das relações de gênero, pelas ricas reflexões e debates, que me fizeram

perceber o quanto precisamos ampliar nossos horizontes e ir além das fronteiras que nos são impostas.

A todos os colegas da Pós-graduação, que de diversas formas me auxiliaram a refletir e seguir caminhos. Obrigada, **Bruna, Tiago, Ione, Alencar, Edgar e Barroso** pela amizade, pelas risadas, pelas aulas nada entediantes. E tantos outros que passaram pela minha vida deixando marcas e saudades, sintam-se incluídos na vida de Jesus.

À **Thayana Costa**, pela leitura meticulosa, escuta atenta das minhas angústias, e por me ajudar com sagacidade a finalizar esse trabalho. Obrigada pela amizade.

A **Wallace Linhares** pela paciência em me ouvir em momentos de muita fragilidade e incertezas. Obrigada pela escuta sensível, pelas palavras amigas.

À **Naira Luan e Rachel Rodrigues**, pelas longas horas de conversas, pelas risadas, por compartilhares momentos de crescimento pessoal e intelectual, pelo cuidado, pelas palavras duras e carinhosas naqueles momentos mais angustiantes. Obrigada pela amizade.

A **Andreson e Érico**, pela eficiência e dedicação ao mestrado.

A **Francisco Moraes** pela sua paciente contribuição em me ajudar na organização desse trabalho.

Às amigas queridas, **Jurleides, Yolanda, Mercilene Torres, Jesus Carneiro, Neonilia, Raquel, Bebel, Leda Cabral, Suany Froz, Elida Nunes, Matilde**, de quem sinto falta e saudades, mas que me acompanham mesmo à distância e com quem continuo a aprender novas experiências. E a tantos outros que não caberia nomeá-los aqui.

À **Silvia Maria Carvalho Silva**, pelos conhecimentos e experiências compartilhadas, por todo incentivo e crença no meu potencial. Muito obrigada! Dedico minha admiração, respeito e amizade.

À **Ângela Assunção** por me presentear com o meu primeiro livro de Foucault, realmente me despertou para a “vontade de saber” sobre sexualidade. Mas o maior presente foi sua amizade e carinho generoso.

À **Jesus Carneiro**, pela leitura atenta e contribuições valiosas durante nossas longas conversas. Obrigada pelo constante incentivo e apoio.

À família Assunção Veras, **Lis Gardênia, Neto, Giovana e Vitória** por terem me acolhido em Teresina nesse longo período do mestrado. Muito obrigada!

À minha **grande família**, por acreditar e valorizar sempre o meu potencial e competência, por me motivarem a lutar e a não desistir. Minha mãe **Margarida Andrade (Noca)** e meu pai **Deusdete Rodrigues**, minhas irmãs **Maria, Deusilene, Deusilete, Deusilea** e irmão **Deusivan Andrade**. Sei que posso contar com vocês nas horas certas e incertas. Obrigada por serem a minha família.

Muito amor e gratidão aos meus três preciosos filhos: **Jeisyely Paloma de Andrade Cunha, Paulo Henrique de Andrade Cunha e Jeisya Maria de Andrade Cunha**. Vocês representam uma das melhores partes de mim, meus melhores e mais significativos presentes. Sempre me motivando de maneira singular a me posicionar como uma mãe e mulher forte. Obrigada por vocês me proporcionarem viver sempre com intensidade e a perceber a diversidade que permeia a nossa existência. É muito amor envolvido!

A **Paulo**, o homem que há 25 anos me mostra o quanto as relações de gênero são dinâmicas e desiguais, sempre me “motivando” a ocupar o meu lugar ao sol, bem como a não ser mais uma mulher na multidão e sim Jesus Andrade, uma mulher com nome e sobrenome próprio. Obrigada por me fazer compreender as várias formas de resistência e exercício do poder nas relações familiares.

A **Leonardo Coutinho, Liana Lobato, Valdênia Menegon**, por acreditarem no meu potencial de Jesus. Obrigada pelo apoio e incentivo. Minha gratidão.

À **Faculdade de Ciência e Tecnologia do Maranhão – FACEMA**, por ser uma instituição acolhedora e por ter me proporcionado vivenciar uma significativa experiência acadêmica. Obrigada por contribuir com minha formação, principalmente profissional.

Às professoras **Elaine Nascimento e Liana Ibiapina** pelo incentivo e encorajamento.

Obrigada à **todas e todos** que contribuíram para a realização desta grande conquista em minha vida pessoal e profissional.

## **“VAI TER LUTA E RESISTÊNCIA SIM”!**

Primeiramente FORA TEMER, por que temer é verbo e não presidente!

Segundamente eu tô viva e BEM VIVA! Que cessem os boatos maldosos a meu respeito!

Deixo claro que em momento algum eu perdi a cabeça - só uma parte.

Posso até ter virado algumas noites chorando, mas acordei sorrindo, pela graça de estar viva e dar muito valor a isso.

Estou de 'cabeça erguida e os olhos adiante, com a graça de uma adulta', daquelas que eu enquanto criança sempre sonhei ser, contornando no dia-a-dia todo esse trauma enorme que me marcou físico e psicologicamente, pois eu sou forte e não "forte", FORTE! Mas essa força vem do grandioso carinho e das energias positivas da família e de pessoas próximas, vocês estão sendo realmente importantes nesse momento de recuperação, seja virtual ou presencialmente.

Estou sendo forte com a ajuda de todos vocês. Com ênfase especial para a mãe mais perfeita do mundo: Jesus Andrade, que se internou comigo 24h no hospital sem se incomodar e vai querer fazer a mesma coisa quando a gente voltar e voltar e voltar e voltar e...

Todo o processo tá sendo muuito complicado, mas quem disse que levar um tiro na cabeça seria fácil? Nem o 50cent, meu amigo.

Semana passada fiz minha primeira cirurgia, há algumas outras marcadas e a probabilidade de voltar a enxergar totalmente do olho direito é... razoável. Então, alguns meses a mais e já já estou bem de novo.

Há exatamente um mês, estimou-se que haviam 3 mil pessoas naquele evento e no decorrer do mesmo uma foi responsável por todo esse transtorno na minha vida.

Digo com toda certeza que a poeira não abaixou e vai ter justiça SIM!

E mais uma coisa: Não tá tendo só oração. Tá tendo LUTA E RESISTÊNCIA!

Ass: Renascida Andrade, vulgo a Menina do Tiro.

Data de renascimento: 11 de setembro de 2016

Local: XI Parada da Diversidade de Caxias – MA

**Dedico este trabalho à Jeisyely Paloma, à Jeísy Maria e a Paulo Henrique, meus filhos, que tanto contribuem para que eu seja um ser humano melhor, às borboletas e todas as mulheres que desejam sair do casulo e voar além do horizonte.**

“Tive o sentimento de encontrar as mulheres que por muito tempo eu evitara. Encontrar a sua amizade, sua alegria, suas angústias, sua procura de um sentido; o sentimento de melhor compreender aquelas linhagens de mulheres que me haviam precedido, entre as quais minha mãe, e com isso, encontrar a mim mesma...” (MICHELLE PERROT, 2005, p. 25).

## RESUMO

As mudanças ocorridas na contemporaneidade no que tange à família, gênero e sexualidade são consideradas uma das mais revolucionárias, afirmando-se a variedade de experiências que giram em torno das suas configurações, sujeitos e relações. Embora considerando essas mudanças ainda é um desafio tratar de relações afetivo-sexuais entre o mesmo sexo, visto que essas pessoas têm passado, ao longo da história, por processos de apagamento e discriminações sendo percebidas, em geral, como desviantes e odiosas. Este estudo trata das experiências de mulheres dissidentes de relacionamentos heterossexuais, com e sem filhas(os), que atualmente vivenciam relações afetivo-sexuais com outras mulheres. O objetivo é compreender como se processa a dinâmica familiar lesboafetiva na vida dessas mulheres no tocante as relações de gênero e sexualidade, com a finalidade de verificar se essa relação afetivo-sexual é vivida de forma mais igualitária quando comparada à relação heterossexual. As relações de gênero são aqui expressas através da divisão sexual do trabalho, onde são destacadas questões relativas às tarefas domésticas, criação dos filhos e provisão econômica da família; a sexualidade é proclamada através das relações afetivo-sexuais vividas por essas mulheres e, destacando questões relativas a casamento, desejo, traição, separação. A discussão teórica inclui as categorias analíticas: família, gênero, e sexualidade, particularizando nesta a lesbianidade. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujo tratamento analítico dos dados deu-se através da análise de discurso, com aplicação de entrevistas semiestruturadas junto às mulheres, a fim de apreender os discursos produzidos sobre suas vivências afetivo-sexuais e de gênero no contexto familiar. Os resultados mostram que as relações lesboafetivas apresentam características mais igualitárias que as heterossexuais. A dinâmica familiar e as relações sexuais lesboafetiva são marcadas por certa flexibilidade, diálogo e companheirismo entre o casal, e a autonomia e liberdade no uso do corpo é um princípio fundamental dessa relação. Embora sejam mais igualitárias não significa dizer que tais relações estejam isentas de práticas consideradas machistas. Por fim, no que diz respeito à identidade social, algumas mulheres assumem sua lesbianidade e outras não, o que lhes permite um transito mais flexível em relação às experiências sexuais.

**Palavras-chave:** Famílias. Lesboafetividade. Gênero. Sexualidade.

## ABSTRACT

The contemporary changes in family, gender and sexuality are considered one of the most revolutionary, affirming the variety of experiences that revolve around their configurations, subjects and relationships. While considering these changes, it is still a challenge to deal with same-sex affective-sexual relationships, as these people have gone through history through erasure and discrimination processes being generally perceived as deviant and odious. This study deals with the experiences of dissident women in heterosexual relationships, with and without daughters, who currently experience affective-sexual relationships with other women. The objective is to understand how the family dynamics in the life of these women are processed in relation to gender and sexuality, in order to verify if this affective-sexual relationship is lived in a more egalitarian way when compared to the heterosexual relationship. Gender relations are expressed here through the sexual division of labor, where issues related to domestic tasks, child rearing and family economic provision are highlighted; Sexuality is proclaimed through the affective-sexual relations experienced by these women, and highlighting issues relating to marriage, desire, betrayal, separation. The theoretical discussion includes the analytical categories: family, gender, and sexuality, particularizing in this the lesbianity. It is a qualitative research, whose analytical treatment of the data occurred through discourse analysis, with the application of semi-structured interviews with women, in order to apprehend the discourses produced on their affective-sexual and gender experiences in the family context. The results show that positive relationships have more egalitarian characteristics than heterosexual ones. Family dynamics and sexual relations are marked by a certain flexibility, dialogue and companionship between the couple, and autonomy and freedom in the use of the body is a fundamental principle of this relationship. Although they are more egalitarian, it does not mean that such relations are free of machist practices. Finally, with regard to social identity, some women assume their lesbianity and others do not, which allows them a more flexible transition to sexual experiences.

**Keywords:** Families. Lesbian affective. Gender. Sexuality.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AD	Análise de Discurso
LGBT	Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais
PPGS	Programa de pós-graduação em Sociologia
PQ	Pesquisa Qualitativa
UFPI	Universidade Federal do Piauí
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2. GÊNERO, SEXUALIDADE, LESBIANIDADE E OUTRAS FAMÍLIAS.....</b>	<b>20</b>
2.1 GÊNERO: REFLEXÕES SOBRE A DINÂMICA DAS RELAÇÕES ENTRE OS SEXOS.....	20
2.2 SEXUALIDADE E LESBIANIDADE: (DES)NATURALIZANDO VIVÊNCIAS SEXUAIS.....	34
2.3 LAÇOS DE FAMÍLIAS: VISIBILIZANDO A FAMÍLIA LESBOAFETIVA .....	47
<b>3. TRILHAS METODOLÓGICAS: APROXIMAÇÕES COM AS BORBOLETAS E OPERACIONALIZANDO A ESCUTA .....</b>	<b>55</b>
3.1 EU E AS BORBOLETAS: INICIANDO O DIALOGO .....	55
3.2 CONHECENDO AS PROTAGONISTAS DA PESQUISA.....	62
3.3 INSTRUMENTALIZANDO EM CAMPO: TÉCNICAS E TRATAMENTO DOS DADOS.....	67
<b>4. FAMÍLIAS DE MULHERES: ENTRE A HETEROSSEXUALIDADE E A VIVÊNCIA DA LESBIANIDADE.....</b>	<b>75</b>
4.1 RELAÇÕES DE GÊNERO EM FAMÍLIAS LESBOAFETIVAS COM EXPERIÊNCIAS HETEROSSEXUAIS .....	75
4.2 A SEXUALIDADE EM RELACIONAMENTOS HETEROSSEXUAIS E LESBOAFETIVOS .....	82
4.3 ENTRE ELAS: METAMORFOSEANDO SENTIMENTOS E VIVÊNCIAS SEXUAIS .....	91
4.4 ENTRE O SEGREDO E A REVELAÇÃO: EU NÃO SOU LÉSBICA! “EU GOSTO DE VOCÊ”! .....	96
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>107</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>111</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>118</b>
<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO .....</b>	<b>119</b>
<b>APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA .....</b>	<b>121</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>123</b>
<b>ANEXO A – FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS .....</b>	<b>124</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas na contemporaneidade no que tange a família, gênero e sexualidade são consideradas uma das mais revolucionárias, afirmando-se a variedade de experiências que giram em torno das suas configurações, sujeitos e relações (GIDDENS, 1993). Embora considerando essas mudanças, ainda não se pode atestar um quadro de igualdade entre os sexos, visto que boa parte das mulheres ainda são marcadas por diversas discriminações e desigualdades sociais, inclusive aquelas relativas a gênero. Desse modo, o que dizer das mulheres lésbicas, objeto desse estudo, que têm suas vidas aprisionadas a um sistema sociocultural heterossexista<sup>1</sup>, responsável por processos de apagamento e discriminações dessas pessoas<sup>2</sup> ao longo da história?

As lutas feministas, ao longo da sua história, têm se preocupado em desvelar a dimensão social e cultural dessas desigualdades no tocante a gênero e sexualidade, evidenciando centralmente as diferenças que potencializam as discriminações sofridas principalmente pelas mulheres ao longo do tempo. Tal movimento também foi o responsável por incentivar e apoiar os movimentos de reivindicações LGBT por seus direitos, incluindo as ações políticas dos movimentos de mulheres lésbicas.

Nas ciências humanas, a discussão em torno das dinâmicas das relações de gênero e da sexualidade geralmente são encaminhadas no sentido de desconstruir a ideia de essencialização e biologização e defender a ideia de construções sociais e culturais cujos imperativos também se exercem sobre os corpos podendo essas serem desconstruídas e reformuladas (BEAUVOIR, 1980; SCOTT, 1995; BUTLER, 2015; BOURDIEU, 2004; CONNELL, PEARSE, 2015).

As desigualdades de gênero são produtos e reflexos de um sistema patriarcal e heteronormativo cuja cultura machista coloca homens em situação de superioridade com exercício de poder e mando sobre mulheres e filhos no contexto familiar e para além dele. Considerando essa afirmação, o que dizer das famílias e relações afetivo sexuais construídas fora da heteronormatividade, a exemplo das famílias lesboafetivas, objeto desse estudo? As relações e famílias constituídas nesse novo modelo rompem, de fato, com o modelo patriarcal e heteronormativo, no que se refere à produção de desigualdades de gênero e controle da

---

<sup>1</sup> Nesse sistema sociocultural há “a pressuposição de que todos são, ou deveriam ser, heterossexuais. Um exemplo de heterossexismo está nos materiais didáticos que mostram apenas casais formados por um homem e uma mulher” (MISKOLCI, 2015, p. 46), cristalizando, assim, a ideia binária de que homens e mulheres são naturalmente predispostos a se relacionarem afetivo e sexualmente com o sexo oposto.

<sup>2</sup> Essas mulheres fazem parte do universo LGBT que inclui gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, bissexuais, intersexos.

sexualidade de mulheres? Seriam as relações afetivo-sexuais mantidas entre mulheres desenvolvidas nas suas relações de gênero e sexualidade de formas mais igualitárias e democráticas, quando comparadas àquelas vividas por elas em relacionamentos heterossexuais?

Contudo, não se está afirmando que todas as famílias e relações heterossexuais são machistas, embora se pressuponha que o modelo nuclear e tradicional de família esteja mais fortemente impregnado pelo poder do macho. As práticas machistas e as desigualdades de gênero podem estar presentes em qualquer modelo de família, até mesmo naqueles constituídos por pessoas LGBT, haja vista tratar-se de um processo cultural fortemente enraizado por práticas e discursos através dos processos de socialização e fortalecidos, muitas vezes, através das principais instituições sociais (BOURDIEU, 2004).

Ao adentrar como pesquisadora nesse universo lesboafetivo, iniciei estudando mulheres integrantes do Grupo de Convivência Borboletas, que lutavam por direitos de lésbicas, aprisionadas por uma normalização social heterossexista que marginaliza e violenta quem dela não faz parte ou quem de alguma forma resiste. O contato contínuo com as integrantes desse grupo e minha participação em algumas reuniões, fez eu perceber que algumas dessas mulheres já haviam sido casadas com homens e que de vez em quando se reportavam a essa relação, seja para mostrar a qualidade e felicidade da atual relação, seja para mostrar os problemas da relação anterior, o que chamou minha atenção e curiosidade para saber quais aspectos dessas relações se mostravam diferentes, ao passarem a impressão de terem saído de uma fase em suas vidas de sofrimento para uma fase atual de felicidades.

As conversas informais dessas mulheres sobre suas relações conjugais me instigaram a pensar sobre como se constituíam as relações de gênero e como elas experienciavam sua sexualidade em ambas as relações, pressupondo logo de início que possivelmente as relações lesboafetivas, aquelas onde diziam estar mais satisfeitas e felizes, proporcionavam-lhes maior autonomia, liberdade e amor, conseqüentemente, relações de gênero e exercício da sexualidade operando de forma mais igualitária.

Desse modo, o objetivo desse estudo é compreender como se processa a dinâmica familiar lesboafetiva<sup>3</sup> na vida dessas mulheres no tocante às relações de gênero e à sexualidade, com a finalidade de verificar se essa relação afetivo-sexual é vivida de forma mais igualitária e democrática quando comparada à relação heterossexual. As categorias

---

<sup>3</sup> A utilização dos termos lesboafetividade, lesboafetivas, lesboparentais são formas de dar visibilidade à figura da mulher lésbica e suas relações afetivo/sexuais, além de ser uma postura política perante a questão.

analíticas centrais de discussão teórica desse estudo estão relacionadas a gênero, família e sexualidade.

Igualmente a Linhares (2015), o “eu” que se posiciona na escrita deste trabalho, apesar de não compartilhar das mesmas experiências sexuais lesboafetivas das sujeitas envolvidas nessa pesquisa, acredita ser importante se colocar na posição delas enquanto mulher e compartilhar de algumas experiências próprias da condição feminina. Vale também destacar que os relatos das experiências de vida dessas mulheres se situam em momentos distintos de suas vidas, onde experienciaram a sua sexualidade seguindo o modelo heterossexual, passando, posteriormente, a se relacionarem afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo sexo, desafiando uma sociedade ainda guiada moralmente e legalmente pela heteronormatividade

A relevância dessa pesquisa se justifica à medida que trata das relações de poder presentes nas famílias, em específico as lesboafetivas, onde foi possível identificar a presença de (des)igualdades sociais de gênero e discriminações, assim como resistências e empoderamento feminino o que remete, em outros termos, a autonomia cidadã dessas mulheres.

As produções acadêmicas sobre lesboafetividade são ainda consideradas em menor número quando comparadas aos estudos sobre a homossexualidade masculina, como afirmam Mott (1987) e Navarro-Swain (1999, 2000, 2002), ao ressaltar que nas duas últimas décadas, principalmente nas ciências sociais, apesar de ter havido um acréscimo nos trabalhos referentes a essa temática, o foco principal é o sujeito masculino e/ou homoafetivo e não as mulheres lésbicas. Desse modo, esse estudo é mais uma contribuição para a área e para a compreensão da questão, fato que materializa em razão da política do silêncio que ofusca a visibilidade histórica das mulheres e em particular das mulheres lésbicas.

Corroborando com essas reflexões Magalhães (2010) nos lembra que esse problema ocorre por vários fatores, seja em virtude da história da humanidade ter sido feita e escrita por homens e para homens, ou simplesmente porque as mulheres foram mais discretas em relação à vivência da sexualidade, ou seja, pelo fato da discriminação e invisibilidade direcionada à lesbianidade ser explícita, prontamente vê-se a possibilidade de serem todos esses fatores adicionados a outros que ainda não foram apresentados aqui.

O texto dissertativo está organizado em três capítulos, com seus devidos desmembramentos em tópicos. Um capítulo intitulado “Gênero, Sexualidade, Lesbianidade e Outras Famílias”, que trata da discussão teórica em torno das categorias analíticas centrais de entendimento do objeto de estudo. Inicialmente se discute o surgimento e a utilização da

categoria gênero nos estudos feministas a fim de compreender como se constituem as relações entre os sexos, entendendo gênero como elemento constituidor das relações sociais, permeado por relações de poder, considerando ainda o seu aspecto relacional na análise (SCOTT, 1995).

Em seguida, são realizadas algumas reflexões sobre sexualidade, destacando seus atravessamentos por diferentes discursos historicamente situados e discriminadores dos sujeitos que vivem fora da heteronormatividade, a luta em torno da legitimação e do reconhecimento da diversidade sexual através da sua desnaturalização e rejeição ao essencialismo biológico, considerados obstáculos para o reconhecimento e legitimidade da homossexualidade e lesbianidade consideradas doenças e/ou crimes ((FRY e MACRAE, 1985).

Por fim, faço uma discussão sobre família, mostrando suas transformações e diversidade de modelos, incluindo nesses outras famílias, onde estão incluídas as mulheres dessa pesquisa e suas famílias lesboafetivas.

O capítulo “Trilhas Metodológicas: a aproximações com as borboletas e operacionalizando a escuta” trata dos caminho a ser seguido na execução da pesquisa, onde são apresentados os instrumentos ou técnicas de coleta de informações em campo, o tratamento analítico dos dados operacionalizados através da análise de discurso, a escolha e caracterização das entrevistadas, apresentação do perfil de identificação geral e individual por codinomes, a aproximação e os diálogos iniciais da pesquisadora com essas interlocutoras, destacando as interações desenvolvidas durante a pesquisa de campo, bem como reflexões sobre as condições de realização das entrevistas e os critérios que nortearam a seleção das entrevistadas.

O capítulo “Famílias de Mulheres: entre a Heterossexualidade e a Vivência da Lesbianidade” discute e analisa os achados de campo através dos discursos das mulheres lésbicas sobre as dinâmicas familiares vividas por elas, destacando nestas as relações de gênero e as vivências da sexualidade, considerando tanto a relação heterossexual vivida anteriormente como a relação lesboafetiva atual. No que se refere às relações de gênero, as discussões incluem assuntos relativos à divisão sexual do trabalho, expressas através da provisão econômica da família e criação dos filhos; no que diz respeito à vivência da sexualidade, as discussões incluem assuntos relativos a casamento, desejo, traição, separação, relações sexuais e prazer entre o casal lésbico, informações consideradas importantes para informar como se processam as relações de gênero e a sexualidade na dinâmica familiar dessas mulheres, onde se destacam alguns fatores que limitam ou ampliam a liberdade e o exercício da sexualidade em sua convivência familiar.

Já as relações heterossexuais vivenciadas por essas mulheres aparecem marcadas fortemente por práticas hierarquizadas e desiguais, visto que essas práticas, consideradas machistas, são evidenciadas por meio da exploração sexual, controle, vigilância, ciúmes, traição e autoridade dos maridos sobre esposas, cabendo-lhes tradicionalmente o lugar de cuidadoras responsáveis pela casa, marido e filhos, mesmo quando trabalham fora e/ou estudam. No que se refere às relações sexuais, essas se apresentam de forma não satisfatória, mecânica, visando a satisfação única dos companheiros que não possuem habilidade e sensibilidade em despertar-lhes desejo e obtenção de prazer inibindo-lhes a exibição e entrega do corpo. Embora elas apareçam mais aprisionadas e pressionadas, utilizam estratégias de resistências para conviver e subverter a ordem patriarcal e heteronormativa estabelecida nessas relações, buscando espaços próprios de autonomia e liberdade.

Essas mulheres sofreram ou sofrem discriminações em determinado momento de suas vidas, por suas preferências sexuais pelo mesmo sexo, seja no ambiente familiar, trabalho, ou por parte de pessoas (des)conhecidas. Todavia, as discriminações sofridas parecem não ter tomado grandes proporções em termos de frustrações, vergonhas ou traumas que as impedissem de “assumir” e viver com suas mulheres. Para algumas, assumir o envolvimento afetivo-sexual com mulheres significa marcar essa identidade social como postura política, pois assumirem sua lesbianidade significa resistência a heteronorma, para outras, não há a afirmação e muito menos necessidade de assumir essa identidade social e política, logo uma das mulheres entrevistadas afirmou que não era lésbica, mas que gostam da pessoa que convivia a quase duas décadas, fato esse que indica certa flexibilidade em torno do sexo dos sujeitos que participam das suas experiências sexuais.

De maneira geral, os resultados encontrados mostram que as relações lesboafetivas das mulheres que participaram dessa pesquisa se caracterizam como sendo, relações mais igualitárias de gênero e de exercício da sua sexualidade, quando comparada à relação heterossexual vivida anteriormente. O diálogo frequente entre o casal marca os acordos estabelecidos entre no que concerne à divisão de tarefas domésticas, provimento financeiro da família e autoridade junto as(aos) filhas(os). A convivência conjugal se apresenta de forma afetuosa e atenciosa entre as elas; as relações sexuais são mais prazerosas com exposição e entrega intensa do corpo, afloramento do desejo e obtenção de prazer, proporcionando-lhes uma vida conjugal satisfatória. Todavia, essas relações, embora em menor grau, quando comparadas às relações heterossexuais, também apresentam práticas e discursos de controle, posse, ciúme, traição e autoridade por parte das companheiras ou namoradas sobre elas e vice versa.

## **2. GÊNERO, SEXUALIDADE, LESBIANIDADE E OUTRAS FAMÍLIAS**

Esta pesquisa tem como proposta central de investigação compreender a dinâmica das relações de gênero vivenciadas por mulheres dissidentes de relacionamentos heterossexuais, bem como os sentidos que incidem na constituição dessas famílias recompostas lesboafetivamente. Logo, identificar os sentidos dos discursos proferidos por essas mulheres em torno da divisão sexual do trabalho e vivência da sua sexualidade nessas relações, também se faz necessário, analisar os significados atribuídos aos relacionamentos heterossexuais e lesboafetivos, assim como a presença de (des)igualdade, permanências e/ou mudanças de práticas nessas relações de gênero.

Para tanto, justifico a necessidade de buscar aprofundamento, a princípio sobre gênero, sexualidade e lesbianidade, que se constituem como pilares de sustentação teórica para assim compreender como se processa a vivência de famílias lesboafetivas, que assim como outros modelos familiares passam por um constante processo de metamorfose.

Por conseguinte, destaco que os depoimentos evidenciados na pesquisa empírica mostram que os relacionamentos afetivo-sexuais desenvolvidos entre mulheres, devem ser vistos em sua pluralidade, pois apresentam outras possibilidades de viver a sexualidade, o desejo, o prazer e ser família.

### **2.1 GÊNERO: REFLEXÕES SOBRE A DINÂMICA DAS RELAÇÕES ENTRE OS SEXOS**

A influência do movimento feminista e das teorias feministas nos anos 60 e décadas subsequentes do século XX foi fundamental para a ampliação de um olhar crítico em relação aos discursos que naturalizavam as diferenças e inferioridade das mulheres em relação aos homens. Tais discursos legitimavam e justificavam a hierarquização dos homens e seu domínio sobre as mulheres, respaldados por uma estrutura social que imputava atribuições e papéis sociais a cada sexo, espaços, trabalhos, comportamentos e práticas sociais.

A problematização dessas questões através dos estudos acadêmicos feministas possibilitou a construção de teorias próprias sobre as relações sociais entre os sexos. Gênero é a categoria analítica e empírica de exame dessas relações. É ampla em seu espectro analítico relacional, indo para além das relações entre homens e mulheres, ao considerar também as relações homem-homem, mulher-mulher. Sendo assim, essa categoria é fundamental para pensar as relações das mulheres dessa pesquisa que outrora já mantiveram relações com homens e atualmente se relacionam com mulheres. Desse modo, se fez necessário pensar no

desenvolvimento de uma “ordem de gênero” que valorizasse a diversidade e o combate ao preconceito, à discriminação e às desigualdades entre as pessoas.

É inegável a forte influência, nas pesquisas contemporâneas sobre gênero, dos movimentos de mulheres que lutaram e lutam constantemente por igualdade entre os sexos, fato que se comprova em detrimento da “ordem de gênero” perpetuada mundialmente. Nessa ordem existem “privilégios” destinados aos homens e “desvantagens” designadas para as mulheres<sup>4</sup>. Assim é salutar inferir que, mesmo considerando que os homens são privilegiados e as mulheres são desvalorizadas, há de se perceber que é uma relação complexa. De tal modo, é mister dizer que [...] há diferentes formas de privilégios e desvantagens, e a balança da desigualdade de gênero varia de lugar para lugar. Os custos do privilégio podem ser altos. Até mesmo a definição de quem pode ser considerado homem ou mulher é passível de contestação (CONNELL; PEARCE, 2015, p. 26).

Connell ainda alerta que “perceber a existência da ordem de gênero é fácil; compreendê-la não” (2015, p.36), isso porque apesar dos significativos avanços e riqueza resultante de décadas de pesquisas em torno da construção teórica de gênero, há divergências teóricas que só enriquecem o debate.

As últimas décadas do século XX foram palco de avanços significativos que alteraram o cotidiano e a vida de muitas mulheres nas esferas públicas e privadas. Por conseguinte, a categoria mulher se constituiu como importante base conceitual nos estudos feministas iniciais, buscando denunciar as suas condições de vida e de trabalho, principalmente no espaço privado (doméstico). De acordo com Louro (2014), os estudos se concentravam em diversas áreas interpretando “as desigualdades sociais, políticas, econômicas, jurídicas, denunciando a opressão e o submetimento feminino. Contam, criticam e, às vezes, celebram as “características tidas como femininas” (LOURO, 2014, p. 21).

É nesse contexto que surgem diferentes perspectivas analíticas de gênero<sup>5</sup> que, por vezes, causavam polêmicas, pois no bojo dos estudos feministas existiam aquelas(es) que ainda evidenciavam as desigualdades sociais entre homens e mulheres reforçando as características biológicas. Assim, lembra Louro,

---

<sup>4</sup> O pensamento moderno sobre gênero parte do reconhecimento de que tais fatos não são aleatórios, pois formam um padrão e fazem sentido quando vistos como parte de arranjos mais gerais do gênero, que são chamados de “ordem de gênero”, em sociedades contemporâneas (CONNELL; PEARCE, 2015, p. 36).

<sup>5</sup> O conceito passa a exigir que se pense de modo plural, acentuando que os projetos e as representações sobre mulheres e homens são diversos. Logo é observado que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem (LOURO, 2014, p. 27).

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que a relação entre ambos decorre dessa distinção, que é complementar e na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente, acaba por ter o caráter de argumento final, irrecorrível. Seja no âmbito do senso comum, seja revestido por uma linguagem "científica", a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender - e *justificar* - a desigualdade social (LOURO, 2014, p. 24-25, grifo da autora).

Contudo, não se pode negar a importância desses estudos iniciais que empreenderam forças para dar voz àquelas que, por muitos motivos, foram silenciadas e invisibilizadas. Outra significativa conquista foi a inserção desses estudos no espaço acadêmico, onde as estudiosas passaram a falar do cotidiano, da família, da sexualidade, das conquistas nos espaços público e privado, dos sentimentos e vivências. De tal modo que

Seria, no entanto, um engano deixar de reconhecer a importância destes primeiros estudos. Acima de tudo, eles tiveram o mérito de transformar as até então esparsas referências às mulheres - as quais eram usualmente apresentadas como a exceção, a nota de rodapé, o desvio da regra masculina — em tema central. Fizeram mais, ainda: levantaram informações, construíram estatísticas, apontaram lacunas em registros oficiais, vieses nos livros escolares, deram voz àquelas que eram silenciosas e silenciadas, focalizaram áreas, temas e problemas que não habitavam o espaço acadêmico, falaram do cotidiano, da família, da sexualidade, do doméstico, dos sentimentos. Fizeram tudo isso, geralmente, com paixão, e esse foi mais um importante argumento para que tais estudos fossem vistos com reservas. Eles, decididamente, não eram neutros (LOURO, 2014, p. 22-23).

Nesse contexto, tanto o movimento feminista quanto os estudos de gênero contribuíram diretamente para garantir direitos no que se refere à autonomia das mulheres em várias dimensões sociais. Assim, foi sendo desenvolvida uma nova postura feminina na sociedade, sobretudo no mundo ocidental, onde é iniciada uma onda de reivindicações no campo dos direitos de pertencimento do seu próprio corpo, rompendo assim as muralhas construídas em volta do silenciamento de questões relativas a sexualidade, aborto, estupro, lesbianidade e às várias formas de violências e desigualdades existentes na dinâmica das relações entre os sexos.

Dessa forma, é necessário ter alguns cuidados com os sentidos e significados de determinadas expressões, uma vez que a linguagem não é neutra, carrega uma série de implicações teóricas e simbólicas que são frutos de construções sócio-históricas e culturais que simbolizam hierarquizações, que reflete a ideia de que o masculino é universal e nessa lógica, o feminino é relativo, específico, inferior. Partindo dessa premissa, torna-se importante direcionar o olhar para a dinâmica das relações de gênero que são forjadas de acordo com o

arcabouço cultural e simbólico em que as pessoas estão inseridas e submersas. Nessa direção “o gênero é uma dimensão central da vida pessoal, das relações sociais e da cultura. É uma arena em que enfrentamos questões práticas e difíceis no que diz respeito à justiça, à identidade e até à sobrevivência” (CONNELL; PEARSE, 2015, p. 25).

Desta forma, o gênero enquanto categoria analítica abriu novos horizontes para a desconstrução e para a desnaturalização do significado do ser masculino e do ser feminino. Embora se perceba ainda a resistência em superar oposições binárias que trazem implicações para a socialização de mulheres e homens, como a obstinação das categorias que implicam reforçar as desigualdades entre pessoas, como sexo/gênero. Não obstante, o conceito de gênero tem contribuído de forma relevante no combate ao determinismo biológico.

Nesse sentido, Scott (1995) reforça a importância da construção do conceito de gênero afirmando que esse trouxe uma imensurável contribuição para os estudos sociais, pois apresentou a possibilidade de analisar teoricamente o sentido de ser mulher e o sentido de ser homem, de forma a permitir entender estas duas categorias como construções sociais, que adquirem seus significados por meio da história e das relações sociais, aspecto esse já afirmado por Beauvoir (1967, p. 9) quando afirma que “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Em análise semelhante à de Joan Scott, a filósofa Judith Butler (2015) coloca em pauta a historicização dos corpos e dos sexos. No entanto, Butler vai além, ao partilhar das premissas foucaultianas questionando se o “sexo” teria uma história ou seria uma estrutura nata, isenta de indagações, tendo em vista sua suposta incontestável materialidade (COSTA, 2015).

Nesse interim, Butler (2015) sugere uma teoria do sujeito, que certifica a existência de um sujeito-em-processo, que se constrói dialeticamente nos discursos e nas ações, nas performances. Nesses termos é que a autora recomenda que seja desfeita a dicotomia entre sexo e gênero, pois isso facilita o surgimento de outras possibilidades de problematizar o caráter essencialista de mulheres e homens. É nesse contexto que Butler coloca em xeque a questão da biologia, sobreposta aos aspectos socioculturais: o sexo e gênero, afinal, sempre foram semânticos. Essa ideia questiona, obviamente, a distinção entre esses termos, já extensivamente abordada na teoria feminista (COSTA, 2015).

O fio condutor do pensamento de Butler (2013) em sua produção, *Corpos que pesam*: sobre os limites discursivos do “sexo”, parte em direção à crítica da lógica que prediz a simbiose entre sexo, gênero, desejo, prática sexual em conformação aos ditames de uma ordem social heteronormativa. É nessa linha que a autora realiza sua proposta sobre gênero:

ressaltando de antemão seus aspectos enquanto categoria discursiva, logo abrange os aspectos sociais históricos e culturais das estruturas (corpos, sexos), que, erroneamente, são idealizadas, de tal forma que são postas como naturais (COSTA, 2015). Nesse contexto, as diferenças sexuais são indissociáveis das práticas discursivas que por sua vez acaba materializar no discurso a diferença sexual. Assim,

A categoria do "sexo" é, desde o início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de "ideal regulatório". Nesse sentido, pois, o "sexo" não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir — demarcar, fazer, circular, diferenciar — os corpos que ela controla. Assim, o "sexo" é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas. Em outras palavras, o "sexo" é um constructo ideal que é forçosamente materializado através do tempo. Ele não é um simples fato ou a condição estática de um corpo, mas um processo pelo qual as normas regulatórias materializam o "sexo" e produzem essa materialização através de uma reiteração forçada destas normas (BUTLER, 2013, p. 153-54).

Por conseguinte, é perceptível que o conceito de gênero, congregado a compreensão da categoria sexo, trouxe ganhos enormes, principalmente quando aliado às correntes estruturalistas e pós-estruturalistas, visto que estas correntes negam epistemologicamente qualquer tipo de essência relacionada existência da mulher, o que possibilitou o desenvolvimento de abordagens teóricas para compreender as relações sociais entre os sexos e as relações de poder que por elas perpassam.

Na história das sociedades humanas, descrita e, supostamente, escrita pelos homens, o espaço privado foi reservado às mulheres como local privilegiado para sua existência, ocupação e ação. É importante destacar que, apesar do lugar social a que foram submetidas as mulheres (ou, talvez, em razão disto), coube, principalmente, à mulher desnaturalizar e contestar a ordem estabelecida imposta pela sociedade heteropatriarcalista, por meio de sua organização em movimentos de mulheres e movimentos feministas que passaram a defender os seus direitos sociais e políticos.

Esses movimentos foram costurando, ideologicamente e na prática, a noção desse direito enquanto ação política para empoderar e dar visibilidade às mulheres, antes invisibilizadas inclusive pelo Estado. Nesse sentido, a ação desses movimentos somados aos estudos e pesquisas acadêmicas foram dando visibilidade às violações de direitos sofridas, às discriminações e às desigualdades, a exemplo da violência doméstica, à luta pela

descriminalização do aborto, pela igualdade de salários, direito à educação, a participação política no parlamento, entre outras.

Vale destacar que as mulheres participaram ativa e significativamente da ruptura entre o espaço público e privado, da saída do espaço doméstico para a rua em busca de sua cidadania. Em suma, é notória a contribuição desses movimentos sociais em prol de conquistas, inclusive o direito e autonomia sobre seu próprio corpo e, conseqüentemente, “contra a supremacia masculina, a violência sexual e pelo direito ao prazer” (BRASIL, 2010, p. 26).

O movimento feminista teve um papel fundamental no questionamento e combate às desigualdades de gênero, focalizando suas demandas em direção à possibilidade de superar diferenças que se revelavam em desigualdades, representadas nas relações de opressão/exploração pelos segmentos dominantes, comungando com os ideais burgueses de “Igualdade, Fraternidade e Liberdade” herdados da Revolução Francesa, provocando uma espécie de amnésia das diferenças, até então consideradas biologicamente naturais.

Contudo, as teorias feministas passaram a questionar os ideais burgueses que contribuíram para o apagamento das diferenças, consideradas e aceitas como naturais pela sociedade. Surge, então, a necessidade de repensar, reavaliar e atualizar questões e esquemas analíticos que superassem a realidade conjuntural de supervalorização de dicotomias e dualismos hierarquizados como sexo/gênero, natureza/cultura, razão/emoção, espírito/matéria, humano/animal, homem/mulher, raça/etnia, dentre outros que têm sido minuciosa e magistralmente apresentados em relação à dinâmica de análise das relações entre as pessoas (HITA, 2002), mesmo considerando que “os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura” (BUTLER, 2015, p.30).

As lutas e reivindicações do movimento feminista<sup>6</sup> evidenciaram, ao longo do processo histórico, que as mulheres conquistaram possibilidades de ser e estar no mundo, visto que os avanços e conquistas na condição feminina atual é fruto desse processo. Todavia, ainda é nítido no cotidiano a presença de desigualdades nas vivências da população feminina.

---

<sup>6</sup> As reflexões do final do século XIX, proporcionadas pelas lutas de mulheres feministas consideradas representantes da “primeira onda” ou “sufragistas”, reivindicavam o direito ao voto, direito de serem reconhecidas como cidadãs, capazes de assumirem postos e tomarem decisões juntamente com os homens. Nesse sentido, diversas ações isoladas ou coletivas, foram conduzidas contra a opressão das mulheres em variados momentos da História. A segregação social e política às mulheres tiveram como reflexo uma ampla invisibilidade como sujeito, inclusive como sujeito da Ciência (LOURO, 2014; FERREIRA, 2007).

Desse modo, se faz necessário ouvir o eco das vozes femininas em busca da sonhada “libertação” das amarras impostas pela sociedade, tanto no espaço privado quanto público.

Essas vozes, de certa forma, foram ouvidas e seu clamor sentido quando se visita a história das mulheres e suas várias formas de resistências e organização política. Nesse contexto, se destaca as dissidências no bojo do próprio movimento feminista, a princípio pela maioria das mulheres, que se caracterizavam como sendo de classe média, branca e heterossexual, esse fato foi gerando discordâncias no contexto da militância, visto que as mulheres negras e lésbicas não se sentiam contempladas nessas discussões.

Scott (1995, p. 2), afirma que “as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, no sentido mais literal, como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos” ou, como diz Puleo (2004, p. 13), “[...] quando falamos de gênero, fazemos referência a um conceito construído pelas ciências sociais nas últimas décadas para analisar a construção sócio histórica das identidades masculina e feminina”.

Assim, nesse percurso histórico se construiu novos caminhos para a desconstrução e desnaturalização do que seria ser mulher e ser homem. Conforme Scott (1995), gênero é,

[...] utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 7).

Vale destacar, nos termos de Scott (1995), que a perspectiva de gênero procura desnaturalizar tais relações desconstruindo as oposições binárias em torno de sua análise ao focar o aspecto histórico e relacional, ou seja, informações sobre mulheres são informações sobre homens e vice-versa, além de incluir também as relações entre mulher-mulher, homem-homem, combatendo o determinismo biológico na análise dessas relações sociais.

O surgimento da categoria gênero nos estudos feministas teve também a intenção de legitimá-los na academia e junto às agências internacionais de fomento incluindo, assim, recursos para o financiamento de pesquisas nessa área.

Nesses termos, a utilização do gênero como categoria de análise histórica possibilitou enveredar por caminhos analíticos antes desconhecidos, pois a partir de então se percebeu que essa categoria foi socialmente construída, assim como a categoria sexo veio

mostrar que não era somente o sexo que determinava a opressão e sujeição das mulheres. Corroborando com esse argumento Louro (2014) afirma que

É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual *gênero* será um conceito fundamental (LOURO, 2014, p. 25, grifo da autora).

Deste modo, gênero também designava relações socioculturais que se desenvolviam ou se desenvolvem baseadas nos sentidos e significados que eram e são atribuídos ao sexo anatômico. Nesse sentido, Scott (1995) reafirma o gênero como um elemento constitutivo das relações sociais e uma forma primeira de significar as relações de poder, pois além de servir como uma ferramenta analítica se constitui também como uma ferramenta política.

A estudiosa destaca que o gênero é um dos campos onde se articula e se exerce o poder, nesse viés toma a concepção de poder em Foucault ao dizer que é preciso fazer a substituição da “noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado”. O conceito foucaultiano de poder pode ser “entendido como constelações dispersas de relações desiguais constituídas” por meio de enunciados e discursos nos mais variados “campos de forças” estabelecidos por meios de dispositivos, que se exerce e se articula em todas as direções e intensidades, de cima para baixo, do centro para a periferia, do forte para o insignificante e vice-versa (SCOTT, 1995, FOUCAULT, 1988).

O poder não existe. Quero dizer o seguinte: a ideia de que existe, em um determinado lugar, ou emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos. Na realidade, o poder é um feixe de relações mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado. [...] Mas se o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma análise das relações do poder (FOUCAULT, 2014, p. 369).

Com vistas no processo histórico há de se ressaltar que a maioria das sociedades historicamente conhecidas revela predominância da dominação masculina, todavia o patriarcado irrestrito deve ser encarado com reserva. A subalternidade da mulher não significa

ausência absoluta de poder, os estudos realizados têm mostrado que estas detêm parcelas de poder. Neste sentido, as relações sociais de sexo ou as relações de gênero travam-se substancialmente no terreno do poder.

Todavia, Saffioti (2004) alerta que nos últimos milênios da história, as mulheres estiveram hierarquicamente inferiorizadas em relação aos homens. Ela argumenta que essa realidade não deve ser analisada exclusivamente sob o conceito de gênero, faz-se necessário “o uso simultâneo dos conceitos de gênero e de patriarcado, já que um é genérico e o outro específico dos últimos seis ou sete milênios, o primeiro cobrindo toda a história e o segundo qualificando o primeiro – ordem patriarcal de gênero” (SAFFIOTI, 2004, p. 132).

A autora em questão ainda ressalta que o patriarcado pode ser visto como “o mais antigo sistema de dominação-exploração”, nesse sentido, as categorias dominação e exploração, segundo Saffioti, devem ser analisadas como sendo faces de um mesmo fenômeno, pois é impossível pensar essa relação sem pensar relações de poder, contudo enfatiza que “[...] a sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens” (SAFFIOTI, 1987, p. 16).

Diante dessas relações consideradas complexas e por vezes conflituosas, Saffioti, ressalta que o poder é adulto, rico, branco e heterossexual, reforçando os estigmas que pairam sobre alguns seguimentos, como mulheres, homossexuais e negros, que permanecem marginalizados socialmente, pois são vítimas das tensas relações de poder, que deixam marcas sociais e geram hierarquias, segundo uma escala de valores, construída e legitimada pela sociedade. De modo geral, as relações de poder estruturam e consolidam toda uma teia sociocultural na qual demandam ações políticas individuais e coletivas para que sejam desconstruídas.

Saffioti (1987) esclarece que desde o início do processo de evolução social foram sendo construídas tais relações, a partir das representações de papéis destinados a homens e mulheres, que foram ganhando significados e constituindo-se numa importante referência, mas ressalta que o poder pode ser partilhado, podendo gerar ao mesmo tempo desigualdades, liberdade ou igualdade. De acordo com o discurso legitimado socialmente que justifica as relações de poder supervalorizando o poder do macho, considera-se que seja imprescindível nunca perder de vista o viés da desigualdade e das relações de poder entre os sexos.

Por conseguinte, quando se faz referência às relações de gênero é salutar destacar a presença de desigualdades e discriminações nas relações sociais entre os sexos. Conforme Mendes (2004), as mulheres vivenciam situações desfavoráveis que marcadamente podem ser

percebidas através da divisão sexual do trabalho, da violência doméstica, da criação das(os) filhas(os), bem como da vivência da sexualidade (MENDES, 2004, p.7), mas também destaca a presença de poder feminino adquirido pela condição de provedoras da família e por outras estratégias que evidenciam poder de decisão e autonomia na esfera doméstica, considerados micro poderes presentes nas relações do cotidiano familiar.

Assim, partindo do pressuposto de que as diferenças geram desigualdades entre os gêneros e que essas são produzidas e reproduzidas a partir das relações de poder, é possível afirmar que as relações de gênero existem num sistema construído culturalmente, como afirmado anteriormente, onde, geralmente, é naturalizada a inferiorização da figura feminina.

Nessa perspectiva, Rago (2012, p. 42) mostra que são várias as correntes de pensamento, com destaque para a teoria feminista que propunha uma reflexão sobre a construção cultural das diferenças sexuais, devendo assim denegar radicalmente o determinismo natural e biológico. Com a desconstrução da ideia centrada no sujeito cartesiano universal, ocorre [...] o questionamento das mitologias científicas sobre sua suposta natureza, sobre a questão da maternidade, do corpo e da sexualidade foi fundamental em termos da legitimação das transformações libertadoras em curso (RAGO, 2012, p. 40).

Fato que advém da reestruturação e construção dos múltiplos sentidos e interpretações das relações entre homens e mulheres visando, dessa forma, “o deslocamento do sujeito, a dissolução e historicização das identidades, a desnaturalização de inúmeras dimensões da vida social, cultural e sexual, um novo olhar se construía” (RAGO, 2012, p. 52). Mesmo considerando os significativos avanços no que diz respeito às conquistas alcançadas em relação ao reconhecimento da mulher enquanto sujeito de direito, Puleo (2004, p. 18) adverte que,

[...] apesar das mudanças, seguimos observando uma mesma justificativa de dois elementos do sistema de gênero: os papéis e o *status*. Por papéis entende-se a divisão sexual do trabalho com a correlata diferenciação de dois âmbitos o mundo do público, da razão, da igualdade – pelo menos perante a lei – e o mundo do doméstico, que é o mundo das necessidades corporais, de se alimentar, descansar, sexuais e afetivas (apoio emocional), satisfeitas pelas tarefas femininas do cuidado. O *status* diz respeito à hierarquia entre os dois gêneros (ou sexos), hierarquia que marca a desigual valoração dos papéis do mundo público e doméstico e a dificuldade de reconhecimento social que ainda temos de enfrentar as mulheres em diferentes esferas da vida (grifo da autora).

Desde o seu surgimento, em meados da década de 1970, que os(as) estudiosos(as) de gênero vêm desenvolvendo abordagens teóricas próprias, evocando questionamentos sobre as

teorias tradicionais que defendiam a ideia de que a distinção sexual é natural, universal ou imutável pressupondo, assim, relações hierárquicas de dominação e exploração entre machos e fêmeas (ROUDINESCO, 2003; RAGO, 2012; HITA, 2002; SAFFIOTI, 2004; RUBIN, 1993; LOURO, 2014; BUTLER, 2015).

Nessa direção, cabe considerar que se deve estar atenta e vigilante ao caráter binário que gera as diferenças de gênero, sexuais, dentre outras que naturalizam as desigualdades nas relações sociais entre mulheres e homens. As preocupações de um feminismo emancipatório, mesmo considerando algumas divergências epistemológicas, apresentam reflexões sobre a dinâmica das relações entre os sexos, bem como estratégias de ação política para superar relações de discriminação e desigualdades de gênero, sexo, raça/etnia, dentre outros marcadores identitários. É possível avançar.

Na análise de Scott (1995), as relações de gênero são amplamente constitutivas das relações sociais, por isso é importante compreendê-las do ponto de vista histórico, observando que tais relações possuem em sua raiz histórica os ranços da desigualdade na atribuição de valores para homens, como pessoas dotadas de força, virilidade e poder, e mulheres, como pessoas sensíveis, frágeis e pacatas (COSTA, 2015).

Nesse sentido, Butler (2013) explica que essa ordem social heteronormativa é uma operacionalização discursiva e compulsória de poder, que pretende a conformação entre sexos, gêneros, desejos e performances. Isso quer dizer que, se o corpo do recém-nascido traz uma vagina, deverá, via de regra, ser menina (COSTA, 2015). Nesses termos, Butler assegura que,

“O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado, (uma concepção jurídica) tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está pra a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura (BUTLER, 2015, p.25, grifos no original).

Dessa forma, pode-se compreender a performatividade do gênero, como um aglomerado de discursos normativos que levam a manutenção dessa ordem, por meio da repetição dos atos, gestos e signos discursivos, reforçando nos corpos a aparência de substâncias masculinas e femininas, que demarca a materialidade do discurso, apresentando os sujeitos culturalmente viáveis, tal como temos nos familiarizado, e, antes, tornado

impossível aos sujeitos serem “generificados” fora do discurso, pois o discurso é, justamente, o que ajusta, como um aparelho, aquilo que é o gênero (COSTA, 2015).

Vale destacar que é por meio das normas, repetições que o sexo é essencializado, sendo, ao mesmo tempo, também produzido pelas repetições, e desestabilizado. A esse respeito, Butler afirma que,

Como um efeito sedimentado de uma prática reiterativa ou ritual, o sexo adquire seu efeito naturalizado e, contudo, é também, em virtude dessa reiteração, que fossos e fissuras são abertos, fossos e fissuras que podem ser vistos como as instabilidades constitutivas dessas construções, como aquilo que escapa ou excede a norma, como aquilo que não pode ser totalmente definido ou fixado pelo trabalho repetitivo daquela norma (BUTLER, 2013, p.163-64).

A citação supracitada nos permite inferir sobre o caráter plástico, manipulável e instável dos corpos que, a despeito de serem vistos como fenômenos biologicamente natos, podem ser transformados. Nesse sentido, existem muitos casos que extrapolam a norma, como, por exemplo, homens e mulheres que negam seu sexo biológico, mas se relacionam com pessoas do sexo oposto, mulheres que mesmo não negando seu sexo, se identificam com o gênero masculino e se relacionam com o mesmo sexo.

Os exemplos citados mostram que o sexo não pode simplesmente ser visto como sinônimo de gênero e coeso com o desejo, uma vez que esta relação é bem mais complexa. Nesse caso, se o sexo for utilizado como sinônimo de gênero fica explícito que tanto o homem quanto a mulher somente poderão se relacionar com os seus opostos. De tal modo, se alguém desviar-se da regra por manifestar seu desejo por ambos os sexos, pelo mesmo sexo, essa pessoa pode ser tachada de anormal, esquisito, doente, como foi evidenciado por uma das entrevistadas, é comum que, esses sujeitos(os) sejam discriminadas(os) e ainda colocadas(os) à margem da sociedade.

Conforme já afirmado com base na teoria de Weeks (2013), Louro (2013), Foucault (1988), Butler (2013), o desejo nem sempre está em coerência com o gênero, com o corpo-sexuado. Nesses termos, reforça-se a ideia de que a sexualidade é uma construção que se desenvolve ao longo da vida, que envolve processos sócio-históricos, culturais e plurais. Seguindo essa reflexão, existem formas diversificadas para se proclamar os desejos e prazeres. Acredito que é nesse processo dialético que se encaixam os discursos das mulheres que participaram dessa investigação, visto que elas ultrapassaram as fronteiras que lhes são impostas pela heterossexualidade.

Assim, é basilar inferir que a sexualidade não é natural, e sim discursiva e construída. Portanto, não se pode dizer que exista um tipo único e correto de desejar. Ainda que a compreensão seja essa, não se pode negar que as normas impostas pela heteronormatividade terminam por influenciar os relacionamentos, sejam estes, entre pessoas do sexo oposto, em modelos heterossexuais, ou em modelos lesboafetivos. Este fato ocorre em virtude de suas vidas serem normalizada para seguir um único modelo aceitável, coerente, o da heterossexualidade (MISKOLCI, 2015).

Isto posto, parece propício discorrer, ainda que de forma, suscita sobre a teoria *queer*, pois esta se apresenta com uma nova visão, mais ampliada no sentido de contribuir para a desconstrução das dicotomias de sexo, gênero, desejo e sexualidade, e logo passa a reforçar que as identidades dos sujeitos pós-modernos não são fixas e sim fluidas e múltiplas.

De modo geral, o termo *queer* tem sido usado, na literatura anglo-saxônica, para englobar os termos *gay* e *lésbica*. O *queer* pode ser traduzido como algo relacionado a estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinário. No entanto, historicamente a palavra também se constitui de maneira depreciativa, pejorativa quando utilizada para designar *gays*, *lésbicas* e outras categorias de homossexuais. Vale lembrar que a “Teoria Queer nasce de uma vertente do feminismo que buscou incorporar as questões de sexualidade às de gênero” (MISKOLCI, 2011, p. 53).

Por conseguinte, destaca-se que o termo ganha características positivas somente quando passa a ser utilizado pelos ativistas dos movimentos LGBT. Essa utilização renovada da palavra *queer*, contribuiu para que os movimentos homossexuais se articularem em torno do desenvolvimento de uma política *queer* ou de uma teoria *queer*, que se apresenta como oposição as normas impostas pela sociedade. (BUTLER, 2013; MISKOLCI, 2015). A esse respeito Miskolci diz que

A perspectiva *queer* reconstitui a identidade em termos políticos e não “sexuais” unificando resistência e oposição aos regimes de normalização. Aqui chegamos portanto, a uma forma contemporânea de estética da existência, pois uma arte da existência é uma prática ética voltada a abrir espaços de liberdade dentro dos regimes de poder concretos em que vivemos. O *queer* se apresenta como espaço de construção de resistência à normalidade, aos limites históricos impostos por meio do biopoder e expressos, sobretudo, pelo dispositivo de sexualidade e seu imperativo heteronormativo. (MISKOLCI, 2011, p. 57-58).

Richard Miskolci afirma em seu livro “Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças” que a entrada dessa Teoria no Brasil se deu em meio a uma reconfiguração da área de estudos sobre a sexualidade, desde o final dos anos 80, que envereda por outros caminhos em virtude da epidemia de aids que estava abalando o mundo. Assim, os estudiosos se viram desafiados a lidar com uma realidade invisibilizadas ou apagada por décadas (MISKOLCI, 2015). Nos termos do autor, a proposta do queer é muito mais fazer um dialogo com aqueles e aquelas que normalmente são desqualificados do processo educacional e também da experiência de vida em sociedade, e é esse dialogo que pode se tornar a própria educação, mudando o papel da escola. (MISKOLCI, 2015, p. 40).

O próprio Miskolci, diz ser uma ação ambiciosa e realmente, desafiadora, um desafio grandioso, promissor, mas também incerto, logo deve ser encarado como algo que ainda estamos longe de alcançar, mas que deve ser enfrentado com coragem e acompanhado com o rigor que a complexidade do fenômeno exige.

O termo “Teoria Queer” foi cunhado por Teresa de Lauretis, em 1991. A formulação dessa teoria buscou inspiração nos estudos de Foucault, sobre a sexualidade, e de Derrida, sobre a desconstrução, assim como em escritos de Freud e Lacan (LOURO, 2001; MISKOLCI, 2011, 2015), e outra(os) teórica(os), sendo Judith Butler uma de suas principais representantes, considerada a teórica queer por excelência por desenvolver um processo chamado pela própria Butler de “uma genealogia crítica das ontologias de gênero” (SALIH, 2015, p.18), como Guacira Louro, considerada precursora em contexto brasileiro.

A proposta de Derrida sobre a desconstrução será fundamental para a teoria *queer*. Seguindo as premissas dessa proposta que diz ser através de binarismos que a lógica ocidental opera, logo uma concepção, entidade ou sujeito é sempre eleita como principal, imediatamente é definido a partir desse lugar a posição do seu oposto subordinado. Por exemplo, na dicotomia hetero/homo, o homo, é sempre vista como inferior ao hétero. Assim, com a utilização do processo desconstrutivo objetiva desestabilizar essa lógica, e também desordenar esses pares binários.

Portanto, a ideia de desconstrução aponta que cada polo sofre influencia e carrega vestígios do outro e desse modo necessita desse outro para se legitimar. Indica também o quanto cada polo é fragmentado e ao mesmo tempo plural, em si mesmo (LOURO, 2001). A autora em destaque ainda acrescenta que “queer representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora”. (LOURO, 2001. P.546).

Portanto, a teoria *queer* ao procurar desconstruir e desestabilizar as dicotomias de sexo, gênero e sexualidade, defendendo a pluralidade de expressão de desejo possíveis aos seres humanos, uma vez que, é perceptível que essas dicotomias não são capazes de comportar essa pluralidade que os sujeitos apresentam. As protagonistas deste trabalho, por exemplo, são mulheres que após determinado tempo vivendo nos padrões heterossexual, decidem mudar, e passam a vivenciar novas experiências, logo começam transitar pelas fronteiras do sexo, gênero e desejo, desconstruindo, como constatado no capítulo de campo, as dicotomias que dominam a sociedade.

## 2.2 SEXUALIDADE E LESBIANIDADE: (DES)NATURALIZANDO VIVÊNCIAS SEXUAIS

As contribuições de Michel Foucault, serão fundamentais para a construção teórica dessa seção, visto que sua coletânea sobre a “História da Sexualidade”, especificamente o volume I, que enfatiza sobre “a vontade de saber”, onde explicita a força do discurso como forma de repressão sexual, caracterizado como um modo eficaz de controle que faz a ligação entre poder, saber e sexualidade na sociedade ocidental. Assim, começa uma certa explicação “dos porquês” de o sexo ser reprimido.

Nesse contexto, foi cristalizado um discurso que está destinado a dizer a verdade sobre o sexo, e, dessa forma, é notório que o poder mascara o exercício da sexualidade, pois existem diversos discursos e diferentes formas de articulação poder-saber que marcaram esta história.

O regime vitoriano, segundo Foucault (1988), foi configurado sob a égide de uma espécie de aprisionamento das práticas e vivências de nossa sexualidade, que passou a ser “contida, muda, hipócrita”. Para o autor, ainda hoje os indivíduos se encontram assujeitados a seus princípios. No entanto, o pensamento foucaultiano argumenta que é evidente a percepção de que até o início do século XVII ainda existia certa franqueza ao se falar sobre sexualidade. O segredo não fazia parte das práticas, as palavras eram ditas sem pudor excessivo e sem camuflagem. Práticas sexuais vistas hoje como anormais ou patológicas, eram licitamente toleradas, pois eram vistas com familiaridade.

Depois de determinado tempo passou a existir certo afrouxamento de alguns códigos de conduta, como os “da grosseria, da obscenidade, da decência”, fato que se legitima quando comparados com aqueles do século XIX, quando não eram comuns discursos puritanos, as

transgressões eram visíveis, e nem por isso eram condenadas, “os corpos pavoneavam”, mostrando assim a plenitude de sua existência.

Porém, algumas instituições, em direção oposta, imputavam que a vivência da sexualidade fosse normatizada e impelida ao espaço privado, tudo isso sob constante vigilância, de forma que,

A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções. (FOUCAULT, 1988, p. 9-10).

Foucault, nos alerta a respeito da regulação da sexualidade, pois “o que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também” (FOUCAULT, 1988, p. 10). Nesses termos “é ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio”, imediatamente nos deixa nítido que, [...] não somente não existe, como não deve existir e à menor manifestação fá-lo-ão desaparecer — sejam atos ou palavras”, assim se justificaria a lógica da repressão e o funcionamento das interdições, nessa lógica “não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber (FOUCAULT, 1988, p. 10).

Porém, em termos de repressão, no que se refere “as relações do sexo e do poder” o locutor teria o que Foucault chamaria de benefício da transgressão, pois, “se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada”, assim, o sujeito que “emprega essa linguagem coloca-se, até certo ponto, fora do alcance do poder; desordena a lei; antecipa, por menos que seja, a liberdade futura” (1988, p. 12). Daí, então, esta forma ambígua e ao mesmo tempo solene que se fala, na atualidade, sobre o sexo. O autor esclarece ainda que,

[...] desde a época clássica, o modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade, só se pode liberar a um preço considerável: seria necessário nada menos que uma transgressão das leis, uma suspensão das interdições, uma irrupção da palavra, uma restituição do prazer ao real, e toda uma nova economia dos mecanismos do poder; pois a menor eclosão de verdade é condicionada politicamente (FOUCAULT, 1988, p. 11).

De fato, em nosso cotidiano existe a determinação de um regime que hierarquiza de maneira normatizada a vivência da sexualidade humana baseado na articulação entre saber-poder-prazer, sustentadora das nossas relações por meio de um discurso que profere a verdade sobre o sexo. É notório a existência de uma ideia de que o poder coloca ao sexo regras de interdição, proibições e censuras. Evidente que são somente algumas demandas, entre outras, que justificam a repressão do sexo para Foucault (1988). Assim,

Dizer que o sexo não é reprimido, ou melhor, dizer que entre o sexo e o poder a relação não é de repressão, corre o risco de ser apenas um paradoxo estéril. Não seria somente contrariar uma tese bem aceita. Seria ir de encontro a toda a economia, a todos os "interesses" discursivos que a sustentam (FOUCAULT, 1988, p. 14).

Foucault (1988) considera que o mundo moderno tem sido regido por um dispositivo de sexualidade, ou seja, uma rede de investimentos políticos, econômicos, institucionais, científicos, religiosos, jurídicos e educacionais que interagem entre si e trazem ao centro do social o sexo e a sexualidade que, por sua vez, adquirem em nossas vidas grande importância ao serem impostas mediante as relações de poder. Este dispositivo atua em diversas direções, logo, faz do sexo e das práticas sexuais a chave do controle de si e de outrem. Através do termo dispositivo, Foucault tenta caracterizar o exercício do poder ao dizer que,

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2014, p. 364).

Por conseguinte, sustenta que a complexidade do dispositivo da sexualidade necessita formular um discurso racional e lembra que os discursos sobre o sexo são múltiplos e exercidos com sutileza, de forma hierarquizada e estreitamente articulada em torno das relações sociais de poder. Seguindo essa premissa, Foucault (1988), ao esquematizar uma História da Sexualidade, apresenta diversos elementos que levam a compreendê-la como uma “invenção social”, pois a sua constituição se faz a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulamentam, normalizam, impõem saberes e determinam verdades.

O discurso sobre o sexo é próprio das sociedades modernas, pois, apesar dessa aparente visibilidade, condenou o sexo a permanecer na obscuridade, criando vários

dispositivos para mantê-lo sob controle e regulando-o por meios de discursos úteis. Foucault lembra que,

Na Grécia a verdade e o sexo se ligavam, na forma da pedagogia, pela transmissão corpo-a-corpo de um saber precioso; o sexo servia como suporte às iniciações do conhecimento. Para nós, é na confissão que se ligam a verdade e o sexo, pela expressão obrigatória e exaustiva de um segredo individual. Mas aqui é a verdade que serve de suporte ao sexo e as suas manifestações (FOUCAULT, 1988, p. 70).

Essa produção de verdades sobre o sexo mostra os esforços empreendidos em torno da vontade de saber relativa ao sexo, aspecto esse que marca a história do Ocidente moderno, que “fez funcionar os rituais da confissão nos esquemas da regularidade científica” (FOUCAULT, 1988, p. 70). As reflexões discorridas levam a indagação apresentada por Foucault: Por que essa caça à verdade do sexo? Seria em virtude do conhecimento construído sobre ele ser considerado “[...] a forma única do Grande Poder, [que] trata-se de imergir a produção exuberante dos discursos sobre o sexo no campo das relações de poder, múltiplas e móveis”? (FOUCAULT, 1988, p. 108).

A partir desse caminho trilhado foi observado que “quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não” (FOUCAULT, 2014, p. 44), desse modo, a principal função do poder seria reprimir por meio da propagação da verdade sobre o sexo, verdade esta que exerceria uma força sobre todo o corpo social. A consideração desses aspectos, e de muitos outros, põe em destaque a importância de se analisar de forma articulada categorias como gênero, sexualidade, lesbianidade, na busca de compreender as relações entre os sexos, que se constituem e se articulam em relações de poder entre mulheres e homens.

A produção de conhecimento sobre sexualidade e, especificamente, sobre a homossexualidade começa a mudar de tom no final do século XIX. Outrora valorizava a aceção de natureza como elementos predeterminados e estabelecidos pela biologia, vertente que foi considerada hegemônica, porém contestada. Mais recentemente, com argumentações que afirmavam ser essa categoria socialmente construída, tanto homens quanto mulheres são produtos da sociedade, logo, seus comportamentos e pensamentos não são derivados de uma natureza biológica.

Louro (2014) ressalta que, ao se referir a identidade sexual,

Não é possível fixar um momento — seja esse o nascimento, a adolescência, ou a maturidade — que possa ser tomado como aquele em que a identidade sexual e/ou a identidade de gênero seja "assentada" ou estabelecida. As identidades estão sempre se constituindo, elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação (LOURO, 2014, p. 31).

Para a autora, não é plausível definir um dado momento de constituição da identidade, pois: “as identidades de gênero e as identidades sexuais se constroem em relação”. Esse aspecto relacional que também é histórico implica pensar numa constante transformação, portanto, é adequado “[...] dizer que as várias formas de sexualidade e de gênero são *interdependentes*, ou seja, afetam umas às outras” e se encontram num processo de construção e desconstrução (LOURO, 2014, p. 53).

Contudo, para trilhar caminho pela história da homossexualidade, resgata-se o contexto vivenciado por algumas civilizações onde foi possível verificar que era comum o desenvolvimento de práticas sexuais entre homens, ao passo que, nessas sociedades, as mulheres eram vistas como seres inferiores ao sexo oposto. A elas eram reservados apenas os ensinamentos domésticos para que fossem boas esposas e mães. Sobre isso, Moreira Filho considera que,

[...] as mulheres não ocupavam nenhum papel relevante nesta sociedade, a não ser as cortesãs que se relacionavam de igual para igual com os homens, não tinham elas nenhuma base para educar os seus filhos homens, sendo que, quando a criança entrava na adolescência, era de costume que a família deste adolescente elegeisse um homem mais velho, ao qual era passada a obrigação de educar este adolescente. Segundo estudos, em razão desta relação de um educador e um educando, é que deu surgimento da pederastia, que acabou por se difundir pelas demais ilhas gregas (MOREIRA FILHO, 2009, p. 4).

O contexto evidenciado mostra que o costume descrito era aceitável pelos “cidadãos”, já que as mulheres eram consideradas incapazes, sobretudo para educar seus filhos “homens”, função esta que ficava sob a responsabilidade de um homem mais velho que passava tanto pelo crivo da família quanto do adolescente. Neste processo, considerado de aprendizado, o homem mais novo se submetia passivamente, “como uma mulher”, devendo obediência ao educador, assim como uma mulher obedecia a seu marido (MOREIRA FILHO, 2009).

É importante esclarecer que a relação homossexual entre um jovem e um homem mais velho era abertamente aceita e tida como natural, porém as relações entre homens da mesma idade não eram aceitas; acreditava-se que o homem que assumia postura passiva não era tido como verdadeiro homem,

pois o homem só assumia a postura ativa, ou seja, qualidade de “macho”, sendo que os passivos eram as mulheres, os jovens e os escravos, já que estes estavam em um plano inferior na sociedade (MOREIRA FILHO, 2009, p. 5).

Na Grécia Antiga e em Roma, apesar das restrições quanto à prática de atividades homoeróticas por homens adultos, as relações sexuais entre homem eram vistas de forma natural, fato também observado no Oriente. Nessas e em outras culturas, a homossexualidade e/ou a bissexualidade foi tratada de forma natural, contudo essa realidade mudou com o nascimento do cristianismo, como evidencia Moreira Filho, ao destacar que,

[..] a visão que estes povos tinham com relação à homossexualidade foi alterada com o surgimento do “cristianismo”, que passou a condenar toda e qualquer forma de atividade sexual estéril, ou seja, que não fosse senão com o fim único de procriação, sendo a homossexualidade inserida neste meio (MOREIRA FILHO, 2009, p. 6- 7).

O mesmo ocorria na Índia que, de certa forma, influenciava a população em razão dos deuses cultuados serem afetiva e sexualmente bissexuais. Existia também deuses hermafroditas e travestidos que mudavam de sexo. Os indianos encaravam o sexo como uma maneira de obter prazer e poder, pois, de acordo com os princípios místicos, os praticantes estavam em busca do prazer, pois dessa forma permaneciam mais conectados ao misticismo, pois acreditavam que o orgasmo os levariam a compreender os desígnios de seus deuses.

A homossexualidade na sociedade chinesa e no Japão também era vista como uma forma natural de relacionamento afetivo e sexual, os próprios imperadores influenciavam essa prática. Nessas e em outras sociedades não era exigido um padrão que normatizasse a conduta sexual dos indivíduos, logo, as outras formas de viver a sexualidade eram tratadas de forma natural, tão pouco tinham uma visão pecaminosa das relações homossexuais.

No entanto, vale lembrar que a homossexualidade e a figura do homossexual são categorias utilizadas a parti do século XIX, pois não devemos confundir comportamento com marcadores identitários.

Nas sociedades citadas, supostamente, o que predominava era a bissexualidade, visto que os homens se uniam às mulheres com a finalidade de procriação, a partir de então passou a prevalecer as relações heterossexuais, surgindo o casamento e a família. Não havia referência à prática sexual entre mulheres, visto que a sexualidade feminina, bem como suas vivências, não era digna de registro.

As reflexões trazidas por Toledo (2008) e Mott (1987) apresentam uma aparente contradição e ao mesmo tempo similaridades, tendo em vista que as relações afetivo-sexuais entre mulheres existem desde a Antiguidade e, mesmo que a elas tenha sido reservado o anonimato e a invisibilidade, ao longo da história, ainda assim, essas mulheres receberam várias nomeações, tanto populares, quanto eruditas: *tríades*, *fricatrix*, *sáficas*, *lésbias*, *lesbianas*, *lésbicas*, *sodomitas*, *invertidas*, *fancha*, *paraíba*, *machuda*, *lady* (TOLEDO, 2008, p. 46; MOTT, 1987, p. 11). Tantas denominações deixa patente que, apesar da tentativa de negar um fenômeno essencialmente humano e social, estas designações, muitas vezes preconceituosas, contraditoriamente, reafirmam a existência deste segmento.

É notório, que foi tecido um manto de invisibilidade sobre as relações afetivo-sexuais entre mulheres no decorrer da história, que revela, na época presente, um abismo entre esses sujeitos e suas formas de existência, particularidades e diversidades. Corroborando com esse pensamento, Mata (2009) assevera que,

[...] ao longo dos séculos na historiografia tradicional, observamos a produção de uma cultura que ignorava a mulher enquanto ser social, dotado de capacidade intelectual e vocação sexual própria, dificultando o estudo acerca do feminino que em geral fica resignado à reprodução da imagem materna e doméstica da mulher. São raros os vestígios deixados por elas. Na maioria das vezes, quando o silêncio é rompido, percebemos que estes sinais são na verdade resultados de registros que não foram construídos de suas próprias observações, quase sempre subjugadas ao olhar masculino (MATA, 2009, p. 1-2).

Todavia, como lembra Mata (2009) e Oliveira (2002, p. 17), a supervalorização dos homens, não impediu uma mulher, Sappho<sup>7</sup>, de se destacar por meio de sua poesia, de sua música no século VII a.C, e por suas vivências afetivas e sexuais com mulheres. Embora mantivesse também práticas heterossexuais (tinha marido e filha), mantinha relações lesboafetivas com jovens mulheres que estudavam e viviam com ela em Lesbos.

A história de Safo de Lesbos ecoa entre as maiores personalidades femininas da Antiguidade grega, suas obras, em especial na poesia, mostram registros iniciais acerca de suposições acerca de práticas sexuais entre mulheres ao longo da História, fato esse importante para o estudo da sexualidade (MATA, 2009). Mesmo considerando que essa prática afetiva e sexual entre mulheres fosse invisibilizada, ainda assim elas podem ser consideradas subversivas.

---

<sup>7</sup> Encontra-se entre as mais famosas e controvertidas autoras da literatura grega. De origem aristocrática, nasceu em Mitilene, na ilha grega de Lesbos em meados do século VII a.C., Viveu também na Sicília, exilada por razões pelas quais não sabemos ao certo (MATA, 2009, p. 2).

Essas vivências são frequentemente carregadas de sentimentos negativos que perpassam a vida das mulheres, tais como a rejeição pela família, a discriminação social e profissional. Conforme Rich (1993),

As lésbicas têm sido historicamente destituídas de sua existência política através de sua “inclusão” como versão feminina da homossexualidade masculina. Equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez. Parte da história da existência lésbica está, obviamente, a ser encontrada em contextos onde as próprias lésbicas, na ausência de uma comunidade feminina coerente, têm compartilhado um tipo de vida social e de causa comum com homens homossexuais (RICH, 1993, p. 36-37).

As mulheres lésbicas e as demais que fugiam do padrão feminino não eram bem-vindas numa sociedade tradicional e machista (MATA, 2009, p. 3). Assim, pode ser ponderado que o preconceito é forte no que se refere aos temas relativos à mulher, independente de fazer referência à sexualidade, mas de modo geral, a outros aspectos que envolvem a participação feminina em espaços de poder e decisão na sociedade.

Os movimentos que defendiam a bandeira de liberação sexual são movimentos de afirmação, movimentos que partem do dispositivo de sexualidade no qual estamos presos, mas ao mesmo tempo, se deslocam dele, se livram e o ultrapassam (FOUCAULT, 2014, p. 350).

Na atualidade, em que pese a identificação dos movimentos lésbicos com o movimento homossexual masculino dos anos 1970 e 1980, os movimentos lésbicos representam-se não como identidades sexuais, mas como identidades políticas. Criam, assim, o conceito de lesbianismo político<sup>8</sup>, em que a identidade lésbica passa a questionar o patriarcado e as instituições masculinas, politizando a condição radical das lésbicas no questionamento dessa ordem. Assim, a repressão às lésbicas, como sua invisibilidade, não estaria primordialmente motivada pela transgressão sexual, como no modelo das identidades radicais gays, mas por representarem um modo de vida obrigatório e também um ataque direto e indireto ao direito masculino de acesso às mulheres (RICH, 1993).

Rich (1993) evidencia que foi construída uma mentira ou justificativas da inadequação da sua existência, uma que afirma que as mulheres devem se voltar a seu destino inevitável, os homens, e que as mulheres precisam deles como seus protetores sociais e

---

<sup>8</sup> A "lésbica política" apareceu à época, figura cujos desejos sexuais não se voltavam necessariamente para outras mulheres, mas que se engajavam em uma luta sem tréguas e sem cumplicidade (SWAIN, 2002, p. 2).

econômicos, para a sexualidade adulta, e ainda que a família deve ser constituída heterossexualmente, como unidade social básica e deve cumprir sua função de acordo com os princípios heteronormativos, aos quais as mulheres estão intrinsicamente ligadas aos homens, e uma atitude contrária condena a mulher lésbica a uma marginalidade maior que a de ser mulher.

A dialética do pensamento hétero leva o indivíduo a não recusar a obrigação da prática sexual considerada necessária para a constituição de uma sociedade e negar significativamente a impossibilidade de constituição do outro (WITTIG, 1980). Igualmente, o lesbianismo, a homossexualidade e as sociedades não podem ser pensados nem falados, embora sempre tivessem existido, de modo que se justifica cultural e socialmente a política do esquecimento em relação as mulheres e as práticas afetivas e sexuais entre iguais. As lésbicas são segmentos mais escondidos na sociedade do que os homossexuais masculinos. Assim,

Essa mentira coloca um sem-número de mulheres aprisionadas psicologicamente, tentando ajustar a mente, o espírito e a sexualidade dentro de um roteiro prescrito, uma vez que elas não podem olhar para além do parâmetro do que é aceitável. Ela absorve a energia de tais mulheres e drena até mesmo a energia das lésbicas “no armário” – a energia exaurida em uma vida dupla. A lésbica que está presa “no armário”, a ideia que está aprisionada por ideias prescritivas do que é “normal” compartilha as dores das alternativas não alcançadas, das conexões rompidas, do acesso perdido à sua autodefinição de modo livre e poderosamente assumido. (RICH, 1993, p. 41).

Nessa perspectiva, a invisibilidade, a discriminação, a repressão às mulheres, de certa maneira, faz parte da vida da população feminina, no entanto, é algo que já vem sendo contestado de maneira individual e coletiva, devido a todas as questões que envolvem as relações de gênero, não é de se espantar quando nos deparamos com o grau de complexidade que envolve as vivências de mulheres lésbicas numa sociedade heteronormativa e machista, e o quão laborioso deve ser o processo de afirmação de suas identidades, no sentido de serem reconhecidas como detentoras de desejos e de direitos singulares a todas e todos.

Dessa forma, a mulher lésbica não deve ser vista como mutação feminina da homossexualidade do homem. Representa, de certa maneira, a rescisão com a cultura patriarcal que privilegia socialmente homens, ainda que sejam gays. As mulheres independentes de sua orientação sexual, raça/etnia, classe social, religião, visam ultrapassar a condição de subalternas e servis, características culturalmente naturalizadas ao longo do tempo. Lutar contra a misoginia, o patriarcado, assim como por visibilidade, foi característica do movimento lésbico.

De acordo com Mott (1987), as informações sobre o amor entre mulheres são ainda escassas, fragmentárias, quando não inexistentes. Se para os gays masculinos houve um verdadeiro complô do silêncio dos donos do poder e de seus escribas, para as mulheres lésbicas, a falta de documentação se deve mais à cegueira, indiferença e preconceito do “macho” que considera a sexualidade feminina irrelevante e indigna da atenção do sexo forte. Até pouco tempo a história do lesbianismo era uma página em branco.

A lesbianidade tem sido ofuscada, em virtude da tradição de valorização do homem, logo, a homossexualidade masculina é objeto frequentemente mais destacado em estudos e visibilidade social. O amor romântico entre mulheres, a prática afetiva e sexual e suas vivências lesboafetivas e familiares, é fruto de considerações “ainda” pouco exploradas pela academia, de tal modo que a percepção do lugar ocupado pela mulher lésbica é habitualmente enviesada e permeada por preconceitos, indiferenças e violências de várias ordens.

Entretanto, na atualidade é perceptível uma aparente visibilidade da lesbianidade no mundo científico, porém ainda com fontes escassas, se compararmos com pesquisas relativas às sexualidades humanas ou em relação à homossexualidade masculina, como aponta Toledo:

[...] temáticas como a homossexualidade, em escritos científicos, foram estudadas apenas nas últimas décadas no Brasil, tendo sido muito mais privilegiadas as publicações sobre homens homossexuais ou com práticas homoeróticas, principalmente no que diz respeito à área da saúde. As pesquisas científicas sobre lésbicas ou mulheres com relações/práticas homoeróticas são escassas e, devido a essa desvalorização e consequente invisibilidade no campo científico e social, muitas das referências sobre esses sujeitos que foram utilizadas aqui surgiam apenas em capítulos únicos, parágrafos soltos e notas de rodapé das obras consultadas. Trabalhos que tinham como objeto específico a homossexualidade de mulheres são mais recentes, tendo muitos deles despontado apenas nos últimos anos, fato contribuído pelo crescimento dos movimentos sociais (TOLEDO, 2008, p. 18).

A sociedade de modo geral e em específico a brasileira tem demonstrado seu julgamento a respeito da questão da lesbianidade. O silêncio que de certa maneira institucionalizou a existência das mulheres lésbicas, aos poucos vem sendo quebrado, especificamente depois do fim da ditadura militar, que durou mais de duas décadas, essas mudanças foram trazidas a partir da abertura política, e consequentemente, com a promulgação da Constituição de 1988 que permitiu o fim da censura e a garantia dos direitos humanos básicos às cidadãs e aos cidadãos brasileiras/os.

Em referência às transformações ocorridas por meio dos estudos feministas que contribuíram com reflexões acerca das relações de gênero, questionando a existência de um

comportamento essencialmente feminino ou masculino, bem como dos movimentos homossexuais, Foucault enfatiza que,

Essas mudanças, evidentemente, não as devemos aos partidos políticos, mas aos numerosos movimentos. Esses movimentos têm verdadeiramente transformado nossas vidas, nossa mentalidade e nossas atitudes, assim como as atitudes e a mentalidade de outras pessoas — as pessoas que não pertencem a esses movimentos. E isso é algo de muito importante e muito positivo (FOUCAULT, 2004, p. 276).

Nesse viés, Fry e Macrae (1985) em seu livro “o que é homossexualidade” enfatizam a significativa contribuição histórica dos movimentos homossexuais que deve ser levada em conta desde suas origens na Europa, que remonta ao século XIX. Os autores destacam que “os movimentos homossexuais invocam a legitimidade da representação de uma minoria oprimida”, no entanto, eles buscam “enxergar a questão do homossexualismo como sendo essencialmente uma questão política e cultural” (FRY e MACRAE, 1985, p. 14-15). Assim, “desejos homossexuais são socialmente produzidos como são também produzidos desejos heterossexuais. Para nós, um, ou outro ou ambos têm o mesmíssimo valor e devem ser vistos com a mesma perplexidade normalmente apenas reservada para a homossexualidade” (FRY e MACRAE, 1985, p. 16).

Portanto, trazendo para um momento mais contemporâneo, aproximadamente nos últimos 15 anos (século XX), as discussões e reivindicações sobre a homossexualidade concentraram seus esforços em aspectos voltados para a política sexual, porém não se pode esquecer que, os movimentos homossexuais seguiam duas vertentes, que evidenciavam a finalidade de “repensar a identidade homossexual e combater o preconceito social em todas as suas manifestações, a homossexualidade se tornou muito mais visível em geral para o público como um todo” (FRY e MACRAE, 1985, p. 31).

No entanto, vale ressaltar que no século XIX, a Medicina, influenciada pela cultura e pelas tradições sociais, atribuiu à homossexualidade a classificação de doença, todavia, com o aumento das pressões da sociedade civil organizada na década de 70 do século XX, a homossexualidade deixou de ser classificada como doença pela Associação Americana de Psiquiatria (FRY e MACRAE). Esses autores nos lembram ainda que “ao longo dos anos, um número crescente de médicos e psicoterapeutas deixaram de tentar “curar” seus pacientes homossexuais, mas nem por isso deixaram de agir no campo da sexualidade” (FRY e MACRAE, 1985, p. 76). A Psicologia, por exemplo, passa a discutir essa questão no começo do século XX, explicando o fenômeno como um desvio no desenvolvimento da sexualidade,

principalmente por meio das considerações freudianas, para quem os sujeitos homossexuais constituiriam “uma variedade especial da espécie humana, um terceiro sexo que tem o direito de se situar em pé de igualdade com os outros dois” (FREUD, 2007 apud GUIMARÃES, 2013, p. 46).

A partir de então, o campo da medicina começa a aceitar “a ideia de que a homossexualidade é uma orientação sexual tão aceitável como a heterossexualidade, garantiram sua continuada relevância (e, portanto, seus lucros)” (FRY e MACRAE, 1985, p. 76), no sentido de fazer com que os homossexuais aceitassem felizmente sua “condição”.

Os discursos médicos não tratam mais o homossexual como doente, mas como um sujeito “saudável”. Fry e Macrae, fazem referência ao médico americano George Weinberg, que publica, em 1973, um livro com um título que caracteriza o pensamento da época “a Sociedade e o Homossexual Sadio”. Esse livro, representa “o pensamento de muitos psicoterapeutas “progressistas”, a crítica feita à psicoterapia que tachou o homossexual de doente” (FRY e MACRAE, 1985, p. 77). O pensamento de Weinberg simula um grande avanço “contra a “conversão” dos homossexuais em heterossexuais”, porém o argumento girava em torno do fato de o homossexual se ver e se aceitar na sua condição gay. Nesse sentido, exemplifica o que segue:

Um homossexual é gay quando ele se vê feliz de ser alguém dotado da capacidade de enxergar as pessoas como romanticamente belas. Ser gay é ser livre de vergonha, culpa e remorso de ser homossexual. [...] Ser gay é vislumbrar sua sexualidade como o heterossexual sadio enxerga a dele (FRY e MACRAE, 1985, p. 77).

De acordo com as reflexões de Fry e Macrae, o poder exercido pela medicina é evidente, pois operava e permanece agindo politicamente no que diz respeito a homossexualidade, haja vista, o forte controle social em desfavor da homossexualidade e em benefício da heterossexualidade. “É mais do que claro que, no campo da sexualidade, saúde e doença no idioma dos médicos são apenas metáforas para “bom” e “ruim”, mascarando e legitimando juízos fundamentalmente morais” (FRY e MACRAE, 1985, p. 77-78).

É interessante observar que a condenação da homossexualidade se concentra no fato da atividade sexual, tanto do homem, quanto da mulher, ter o objetivo “primeiro” de gerar filhos para perpetuar a espécie humana, logo “tudo o que diverge dessa norma é então classificado como imoral, desviante, aberração, doença, pecado e/ou invisibilizado” (TOLEDO, 2008, p. 14).

Todavia, as transformações ocorridas em decorrência de diversos fatores socioculturais corroboram com a conquista da visibilidade, autonomia e liberdade por uma orientação sexual lesbiana perpassada pela luta por cidadania em movimentos organizados e pela construção de grupos de referência para reafirmar o direito de exercer sua sexualidade sem constrangimentos e algemas (ANDRADE, 2015).

A partir dessas lutas e reivindicações, logo entendemos as investidas preconceituosas contra as mulheres que amavam outras mulheres, o que se caracteriza também como a extensão do preconceito investido contra as mulheres, independente da raça, classe ou orientação sexual. Então, lutar contra as diferentes opressões significa também lutar por distintas formas de amar, diversas formas de relação com o desejo, à pessoa amada.

Nesse contexto, a heterossexualidade compulsiva, segundo Rich (1993), constitui-se num conceito elucidativo acerca dos mecanismos de construção do sexismo e da misoginia. De tal modo, que a heterossexualidade compulsória, chega a invisibilizar a experiência lésbica que por vezes “é percebida através de uma escala que parte do desviante ao odioso ou a ser simplesmente apresentada como invisível” (RICH, 1993, p. 21). Dessa forma pode ser ilustrada a partir do exercício de algumas formas de poder masculino revelando-se de forma mais evidentes do que outras, desse modo é reforçado a heterossexualidade sobre as vivências das mulheres.

Dessa maneira, as mulheres foram e são direcionadas a acreditar que o casamento e a orientação sexual voltada ao sexo oposto são vistos como elementos fundamentais de suas vidas – mesmo quando opressivos e não satisfatórios.

Portanto, falar de sexualidade, particularizando a lesbianidade é também falar da história de muitas mulheres que foram invisibilizadas e ou marginalizadas em decorrência de sua preferência afetivo-sexual por mulheres. E, nesse cenário, aparece a ideia de pluralidade, sendo esta condição básica da ação e do discurso, dentro dos aspectos de igualdade e da diferença. É notório que a identidade feminina foi construída sob a ótica de sua utilidade social.

A história das mulheres, das relações de gênero, da sexualidade, da lesbianidade se entrelaça com a história da família, da sociedade e da cultura nas quais os sujeitos estão inseridos e com as quais compartilham experiências e significados.

Certamente, viver a sexualidade de maneira criativa e sem restrições, é um direito de todas as pessoas, para que assim seja possível exercer a tão sonhada liberdade, mesmo com certas restrições, pois infelizmente, foi sedimentado o discurso que legitima o exercício da sexualidade considerando apenas o relacionamento entre um homem e uma mulher

reforçando, assim o binarismo imposto pela heterossexualidade que desvaloriza outras vivências consideradas marginais, portanto, fora do sistema heterossexual e heteronormatividade, tais como as vivências homoafetivas, lesboafetivas, que por muitos são consideradas falhas ou mesmo abjetas (ANDRADE, 2015, p. 107).

### 2.3 LAÇOS DE FAMÍLIAS: VISIBILIZANDO A FAMÍLIA LESBOAFETIVA

A família é uma categoria analítica importante para compreender e situar as mulheres sujeitas desse estudo enquanto famílias lesboafetivas situadas no que se pode denominar também de outras famílias e ou famílias recompostas, visto que as mulheres aqui apresentadas são dissidentes de casamentos/relacionamentos heterossexuais com ou sem filhos.

Já se afirmou anteriormente nesse estudo que uma das mais importantes mudanças ocorridas na sociedade contemporânea também está relacionada à família. Há uma série de modelos ou tipos de arranjos familiares que vai desde o tradicional até o mais distante desse, os novos modelos, que numa visão mais conservadora é tratada como desestruturação ou desordem familiar (GOLDANI, 1993), e numa visão mais moderna significa dinâmica e mudança social própria de uma instituição que está baseada na reflexividade e que deve ser entendida não meramente como “autoconsciência”, mas como um caráter monitorado do fluxo contínuo da vida social (GIDDENS, 1984, p. 3) que se encontra simultaneamente ligada à agência e estrutura.

Entendo assim como Melo (2005) que a família não é uma instituição universal e nem homogênea, “assim, não há uma família definida em termos absolutos, mas tipos históricos específicos de associações familiares, família e casamento são, portanto, categorias culturais cuja universalidade deve ser relativizada para que não se incorra em etnocentrismo” (p. 27).

É nesses termos que se acolhe a presença dos novos modelos familiares, em particular os lesboparentais foco da nossa investigação.

Considerando o processo de mudanças na instituição familiar, Roudinesco (2003) aponta que a mesma passou por três grandes fases. A primeira é caracterizada pela “*família dita tradicional*” que primava para garantir a transmissão do patrimônio por meio de acordos feitos entre os pais que negociavam suas filhas e seus filhos para se casarem sem levar em consideração as preferências dos futuros cônjuges, que eram unidos em sua maioria em idade precoce.

De acordo com essa ótica, “a célula familiar repousa em uma ordem do mundo imutável e inteiramente submetida a uma autoridade patriarcal”, onde prevalece o poder soberano do homem (ROUDINESCO, 2003, p. 19).

Na segunda fase, a família ganha status de “moderna” e já obedece a “uma lógica afetiva cujo modelo se impõe entre o final do século XVIII e meados do XX” (ROUDINESCO, 2003, p. 19). Nessa fase, o amor romântico<sup>9</sup>, a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnis por intermédio do casamento são levados em conta. A partir desse estágio a autoridade da família passa a ser compartilhada com o Estado. Assim “a atribuição da autoridade torna-se, então, motivo de uma divisão incessante entre o Estado e os pais, de um lado, e entre os pais e as mães, de outro”.

A fase seguinte se desenvolve em meados dos anos 1960, onde se estabelece a família dita “contemporânea” — ou “pós-moderna”, que une, ao longo de uma duração relativa, dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual. Nessa celeuma de mudanças a “transmissão da autoridade vai se tornando então, cada vez mais problemática à medida que divórcios, separações e recomposições conjugais aumentam” (ROUDINESCO, 2003, p. 19).

É possível lançar múltiplos olhares acerca da família, vista como uma instituição importante e fundamental para a vida em sociedade. Em princípio, é possível evidenciar alguns discursos que permeiam a construção de seus conceitos. É importante destacar que o termo abrange uma variedade de experiências e relações que giram em torno da sua formação, configuração e relações familiares e de gênero.

Todavia, do ponto de vista histórico e cultural referente ao reconhecimento social do que seria uma família, nem toda convivência ou união pode ser chamada e tão pouco reconhecida como família, seja do ponto de vista legal ou social. São várias as concepções que indicam o que seria uma família, logo, os “discursos religiosos, morais, legais, das tradições culturais, das políticas sociais, até à tradição de cada família, de cada indivíduo” têm um peso significativo na construção desse conceito (SARACENO, 1992, p. 11).

Essa estudiosa aponta a família como um “espaço ao mesmo tempo físico, relacional e simbólico aparentemente mais conhecido e comum”, podendo ser vinculada cotidianamente com as transformações, com as tradições, bem como com aspectos positivos e negativos que normatizam e codificam a vida familiar.

---

<sup>9</sup> Para Giddens, o amor romântico pode ser encarado como um compromisso ativo e radical com o “machismo” da sociedade moderna. O amor romântico pressupõe a possibilidade de se estabelecer um vínculo emocional durável com o outro, tendo-se como base as qualidades intrínsecas desse próprio vínculo. É o precursor do relacionamento puro, embora também permaneça em tensão em relação a ele (GIDDENS, 1993, p 10).

[...] a família revela-se como um dos lugares privilegiados de construção social da realidade, a partir da construção social dos acontecimentos e *relações aparentemente mais naturais*. De facto, é dentro das relações familiares, tal como são socialmente definidas e regulamentadas, que os próprios acontecimentos da vida individual que mais parecem pertencer à natureza, recebem o seu significado e através deste são entregues à experiência individual: o nascer, e o morrer, o crescer, o envelhecer, a sexualidade, a procriação (SARACENO, 1992, p. 12, grifo da pesquisada).

Vejamos alguns exemplos frutos desse construto social que dão significados ou não ao pertencimento de indivíduos a determinada ordem familiar. Por exemplo, “nascimentos ilegítimos”, famílias monoparentais, relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo são caracterizados como algo que existe pela metade, afinal “a própria linguagem com que se denominam as transformações, os novos processos de construção da realidade, confirma implicitamente a força normativa da codificação familiar” (SARACENO, 1992, p. 12).

Mesmo percebendo as mais diversas situações que permeiam a convivência familiar, essa pode ser considerada, como diz Roudinesco (2003, p. 7), “a instituição humana mais sólida da sociedade”, visto que o “desejo de família” é reivindicado por segmentos que outrora tinham esse direito negado e ao mesmo tempo contestavam seu enquadramento nessa instituição “normativa”, como é o caso dos homossexuais.

A autora em foco questiona [...] por que esse desejo de família, inclusive considerando que a homossexualidade sempre foi repelida da instituição do casamento e da filiação, a ponto de se tornar, ao longo dos séculos, o significante maior de um princípio de exclusão? (ROUDINESCO, 2003, p. 07).

De certo, é viável compreender a definição de família como a “comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; independentemente de orientação sexual” (art. 5º, inciso II, e parágrafo único da Lei nº 11.340, de 2006). O parágrafo 4º (CF de 88) apresenta a entidade familiar como a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes. É perceptível que essa nova regulamentação é basilar para se entender a família, além do modelo tradicional, logo significa um grande avanço, porém acredito que somente à luz da legislação não seja possível esclarecer sobre esse conceito e tão pouco sua estrutura.

Uziel alerta que “o termo família traz a ilusão de comportar, em si, uma realidade compreendida e partilhada por todos. No entanto, esconde inúmeros significados”. Nesse sentido, se faz necessário buscar conhecer a fundo essa instituição, pois, “desvelar a família

significa entender quais são os requisitos para que a união entre pessoas possa receber este nome”, (2002, p. 9).

Nessa perspectiva, a família pode ser compreendida por meio de sistemas de esquemas individuais e coletivos, socialmente organizado por estruturas estruturadas e estruturantes que levam em consideração a realidade social objetiva e subjetiva, produto das experiências práticas adquiridas pelos sujeitos sociais nas funções e atuações cotidianas (BOURDIEU, 1983).

Para Roudinesco (2003), é importante também historicizar a instituição família, pois é necessário penetrar em seu núcleo para revelar o “segredo desses distúrbios” percebido na família e, de modo geral, pela sociedade. A princípio, a autora aponta duas abordagens possíveis e significativas para que se compreenda o fenômeno familiar,

A primeira, sociológica, histórica ou psicanalítica, privilegia o estudo vertical das filiações e das gerações insistindo nas continuidades ou nas distorções entre os pais e os filhos bem como na transmissão dos saberes e das atitudes herdadas de uma geração à outra. A segunda, mais antropológica, ocupa-se, sobretudo da descrição horizontal, estrutural ou comparativa das alianças, enfatizando que cada família provém sempre da união — logo, do estilhaçamento — de duas outras famílias. No primeiro caso, usaremos com mais frequência a palavra “família”; no outro, “parentesco” (ROUDINESCO, 2003, p. 14).

Como já assinalado, alguns trabalhos tratam de identificar uma forma singular para mostrar que, “a família pode ser considerada como uma instituição humana com caráter duplamente universal, uma vez que associa um fato de cultura, construído pela sociedade, a um fato de natureza, inscrito nas leis da reprodução biológica” (ROUDINESCO, 2003, p. 16). Nesses termos, “não basta, portanto definir a família de um simples ponto de vista antropológico; é preciso também saber qual a sua história e como se deram as mudanças que caracterizam a *desordem* de que parece atingida na atualidade” (ROUDINESCO, 2003, p. 17, grifo da autora).

Goldani (1997) aponta que as mudanças nas estruturas familiares são partes de um processo mais amplo de transformações sociais e econômicas. Contudo, essas mudanças não expressam o desaparecimento da família ou a sua desestruturação, logo,

Os argumentos mais comuns, neste caso, giram em torno das mudanças nos padrões de comportamento, desde o aumento de novos tipos de uniões entre os sexos, declínio da fecundidade, aumento das mães solteiras e de separações e divórcios, novos padrões de sociabilidade e relações de gênero,

até a participação de mulheres, crianças e adolescentes no mercado de trabalho formal e informal (GOLDANI, 1997, p. 3).

Melo (2005) também confirma que essas mudanças foram significativas no contexto da família, expõe que o século XX foi palco de grandes transformações na história ocidental no que se refere às mudanças ocorridas na instituição familiar, assim,

Os últimos cinquenta anos têm sido marcados por uma recorrência obsessiva de discursos sobre desestruturação da família, perda de prestígio social do casamento e banalização do amor como ponto de partida para a construção de projetos duais de existência. As críticas aos imperativos absolutos de monogamia, da coabitação, da indissolubilidade, da exclusividade, da complementaridade e da compulsória reprodução biológica ganharam a arena política, despertando, em contrapartida, o medo e a ira dos defensores de uma concepção de família naturalista e sagrada, fundada em valores religiosos e encarregada da missão – primeira e insubstituível – de assegurar a coesão social e a reprodução da espécie (MELO, 2005, p. 27).

Conforme os argumentos de Goldani (1993) e Melo (2005), a desestruturação da família pode ser considerada um “mito”, visto que a família é uma instituição de maior confiabilidade, mesmo que essa evidência seja considerada uma “percepção paradoxal: instituição de grande confiabilidade e instituição em desagregação/crise”.

Conforme os termos apresentados é perceptível, que existe uma conotação “negativa” que pode ser conexa ao processo de mudanças percebido na família, que pode ser relacionado à “ideia de perdas em geral” que é “reforçada pela degradação das condições de vida, pelas estatísticas recentes sobre violência, tráfico de crianças, menores abandonados, crimes passionais, bem como é estimulada pela mídia televisiva que trata de mostrar o amplo leque de estilos alternativos de vida” (GOLDANI, 1993, p. 68). Todavia, fica claro que os discursos sobre as mudanças na família, bem como sobre as condições que os originam, transformam-se bastante. Nessa ótica a autora acrescenta que,

No que concerne aos estudiosos da família e aos grupos feministas, a ênfase é colocada nos padrões de mudança nas estruturas familiares, percebidos como parte de um processo mais amplo de transformações econômico-sociais. Neste sentido, tal como outras instituições, a família está no limiar de mudanças importantes. Entretanto, isto não significa que esteja, necessariamente, desaparecendo (GOLDANI, 1993, p. 69).

Se for fato que as representações e práticas sociais relativas às famílias passaram a explicitar outras dimensões, no que concerne aos modelos que representam de alguma forma mudança nas estruturas familiares, logo se pode destacar que essas transformações fazem

parte de um longo processo decorrente de fatores econômicos, sociais, tecnológicos e culturais.

Nessa perspectiva, Melo (2005) aponta que “a larga difusão de métodos contraceptivos, as amplas possibilidades de realização de esterilizações e abortos e os crescentes avanços das técnicas de reprodução também têm proporcionado uma dissociação crescente entre sexualidade, conjugalidade e reprodução” (MELO, 2005, p. 31).

Nesse contexto, vale lembrar as significativas lutas e contribuições dos movimentos homossexuais para que fosse colocada em pauta a importância de suas relações amorosas estáveis como de ordem familiar. Acrescento a essa conjuntura a necessidade, como já afirmado, de se conceber a família, o casamento, e a sexualidade como construções socioculturais dinâmicas, inconstantes e capazes, mesmo com todas as contradições, de congregar uma diversidade de situações e manifestações variadas de trocas afetivo-sexuais entre pessoas.

Segundo Melo (2005), “identificar as transformações que estão ocorrendo na família talvez seja o ponto de partida fundamental para uma tentativa de compreensão das relações estáveis entre pessoas do mesmo sexo como expressão de amor e nova modalidade de núcleo familiar” (p. 28-29).

Ainda que exista a idealização de um modelo de família, alicerçado em princípios religiosos e burgueses, ainda que sejam hegemônicos na sociedade os desdobramentos sociohistórico e culturais, admitindo assim que façamos a constatação empírica da diversidade de ser família, fato que vem ganhando respaldo inclusive no ordenamento jurídico.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, foi considerada também como entidade familiar a união estável entre um homem e uma mulher e a comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes (Art. 226, parágrafo 4º), ou seja, a família monoparental<sup>10</sup> que “inclui necessariamente a existência de uma criança na casa e geralmente a guarda fica com a mãe, os lares de homens solteiros, separados ou viúvos não são considerados lares familiares”. Nessa ótica “a naturalização da família composta por pai, mãe e filhos, defendida inclusive em suas raízes biológicas, não abre espaço para outras configurações. No lugar da diferença cristaliza-se a inferioridade” (UZIÉL, 2002, p. 27).

A situação fica ainda mais complexa quando se acrescenta outro marcador identitário, “além do sexo biológico”, como por exemplo, “a orientação homossexual”. No

---

<sup>10</sup> Sociólogas feministas teriam introduzido este termo no intuito de valorizar os lares chefiados por mulheres, concedendo-lhes o mesmo estatuto que às famílias clássicas. A criação deste termo, além de descrever melhor a situação, dava um estatuto de família verdadeira para este arranjo familiar (UZIÉL, 2002, p. 23).

entanto, “por mais que estejamos falando de mudanças no que define família e nas novas exigências sobre o desempenho parental, a distinção de gênero determinando atributos qualificados para a função de “cuidador/educador” permanece” (UZIEL, 2002, p. 24), indicando que a sociedade cristalizou o lugar adequado para homens e mulheres.

Vale lembrar que as famílias recompostas ou reconstituídas se constituem a partir de separações ou divórcios, assim, os ex-cônjuges, em muitos casos, voltam a se casar ou compartilham uma união estável com outra pessoa, para confirmar essa premissa, é só fazermos uma relação com as interlocutoras da pesquisa. Deste modo, “é possível encontrar famílias reconstituídas ou recasadas, nas quais, após a separação da primeira união, um dos pais ou ambos constituem outras famílias”.

Essa nova composição faz emergir “um novo tipo familiar, com filhos de um ou de ambos os novos cônjuges provenientes de ligação anterior, gerando a fusão das famílias, com suas diferentes características e maneiras de se relacionar” (MARANGONI, 2011, p. 2), havendo, portanto, um alargamento da definição de família, assim como o surgimento de novas famílias, tais como aquelas que fazem parte dessa investigação, ou seja, famílias recompostas entre mulheres, denominadas nesta pesquisa como família lesboparental.

Atualmente, o principal papel da família “é de suporte emocional do indivíduo, em que há flexibilidade e, indubitavelmente, mais intensidade no que diz respeito a laços afetivos” (MARANGONI, 2011, p. 4-5), porém, a visão compartilhada pela sociedade quando se trata de relacionamentos e recomposição de famílias entre pessoas do mesmo sexo não é tão harmoniosa assim. Dessa forma, se faz necessário defender “uma visão pluralista, tendo em vista os diversos arranjos familiares, buscando-se identificar o elo de afetividade que permeia os relacionamentos deles decorrentes” (MARANGONI, 2011, p.5).

Nesses termos, cabe lembrar ainda que os vínculos familiares por mais que os avanços mostrem o contrário e por mais que suas redefinições explicitem as mudanças da sociedade, permanecem concedendo o estatuto de família a um número restrito de indivíduos que circulam a vida de outros (UZIEL, 2002).

Cabe mencionar que a família, assim como outras instituições, está sujeita a um constante processo de metamorfose, influenciada pelas alterações socioculturais. Assim,

As diversas mudanças ao longo da evolução das relações pessoais na sociedade têm grande influência na família, que vem se apresentando de diferentes maneiras, afastando-se do que anteriormente considerava-se padrão. Entre tais mudanças destaca-se o recasamento e a concomitante

constituição de uma nova família, o que está cada vez mais presente na nossa realidade (MARANGONI, 2011, p. 15).

No que tange às relações afetivo-sexuais e o direito de família entre pessoas do mesmo sexo, Melo (2006) ressalta que em virtude da diversidade familiar existente,

Nenhum sociólogo, na atualidade, define a família conjugal (formada por um pai, uma mãe e seus filhos) como “normal”, em oposição à suposta “anormalidade” de famílias homossexuais. Todavia, as resistências à aceitação de famílias formadas por homossexuais relacionam-se ao fato de que o movimento – e mais, a simples existência – de gays e lésbicas desafia estruturas milenares a partir das quais as sociedades humanas foram construídas, como a repressão sexual e a heterossexualidade compulsória. De uma maneira geral, as demandas de gays e lésbicas pelo reconhecimento de seus vínculos afetivo-sexuais como de ordem familiar não negam a diferença sexual, entre o masculino e o feminino, mas sua consideração como o único fundamento do desejo, da sexualidade e da família (MELLO, 2006, p. 499).

Reforçando essas colocações em destaque, o autor afirma que a vivência de relacionamentos amorosos e sexuais se caracteriza por ser algo inerente aos seres humanos, porém ainda se coloca, em termos legais e jurídicos, um privilégio heterocêntrico. Dessa forma, ainda se reforça e se representa a opressão sexual e a injustiça erótica, que atinge principalmente, gays e lésbicas no Brasil e em diversas partes do mundo. De acordo com os argumentos supracitados é fundamental reconhecer a multiplicidade de modelos de famílias, bem como as controvérsias no que se refere ao reconhecimento e aceitação dessas famílias recompostas por gays e lésbicas, pois estas representam a contestação da ordem heterossexual, reivindicando o direito a outras vivências sexuais, especificamente destaco a lesboafetiva.

Uziel (2002) referenda a importância de “discutir o conceito de família e alguns de seus formatos é levantar temas encobertos sobre essa designação que não carrega unanimidade”. Foi possível realizar nesse caminho reflexões sobre esse complexo universo, bem como a diversidade que a família carrega em sua estrutura. Torna-se, pois, fundamental “desvendar quais são as dificuldades e os impasses em se enquadrar determinados grupos neste nome” (UZIEL, 2002, p. 9). O momento parece propício para destacar que essa colocação se enquadra perfeitamente no universo dessa investigação que trata de mulheres dissidentes de relacionamentos heterossexuais que decidem conviver afetivo e sexualmente com outras mulheres, formando assim outra família.

### 3. TRILHAS METODOLÓGICAS: APROXIMAÇÕES COM AS BORBOLETAS E OPERACIONALIZANDO A ESCUTA

#### 3.1 EU E AS BORBOLETAS<sup>11</sup>: INICIANDO O DIALOGO

Nesse item apresento os caminhos percorridos na operacionalização dessa pesquisa, que se inicia com a minha aproximação junto às mulheres sujeitas desse estudo, passando pelas interações desenvolvidas durante o processo de investigação, os critérios que nortearam a seleção das entrevistadas, bem como reflexões sobre as condições de realização das entrevistas e das condições dessa pesquisadora na trajetória desse estudo.

Vale ressaltar que o trabalho contou com a interação de muitas pessoas como amigas(os) lésbicas e gays e alguns de seus familiares para que fosse possível me aproximar das mulheres que tiveram experiências conjugais heterossexuais e que em um momento posteriormente passaram a constituir famílias lesboafetivas, com as quais tive a grata satisfação de interagir, me emocionar e aprender.

A construção de uma pesquisa, a priori, remete ao planejamento, aplicação da técnica, sistematização e análise das informações a fim de objetivar o que é subjetivo, fato esse peculiar ao campo acadêmico, mas que se constitui em grande desafio para os(as) pesquisadores(as). Contudo, há que se registrar que o trajeto e a feitura de uma pesquisa não inclui só o que foi planejado e sistematizado, mas também os imprevistos ocorridos pelas vicissitudes da vida naquele momento. Em tempos de “ventos contrários”, administrei os imprevistos, nem sempre de forma tão objetiva e técnica como gostaria. Nesses momentos se imbricam técnicas e sentimentos, portanto, objetividades e subjetividades.

Desde a escolha do tema de pesquisa está aí envolvida certa subjetividade proclamada há muito por Weber (2004), seguida por Wright Mills (1969), que me faz refletir sobre a escolha desse objeto de pesquisa como frutos de “afeições e precedências” dessa pesquisadora, mas também da necessidade de ter certa isenção e usar a objetivação, (BOURDIEU, 2007) cuidando, assim, em evitar o bias<sup>12</sup> (GOLDENBERG, 2000). Compartilho com Becker (1977) quando diz que o “contexto e o norte teórico da análise, e a

---

<sup>11</sup> Denominação recebida pelas mulheres que participavam do Grupo de Convivência Borboleta.

<sup>12</sup> Esse termo é comumente utilizado entre os cientistas sociais e faz referência a atitudes do pesquisador em relação a parcialidade, preconceito, dentre outras questões subjetivas. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa, através da observação participante e entrevistas em profundidade, combate o perigo de bias, porque torna difícil para o pesquisado a produção de dados que fundamentem de modo uniforme uma conclusão equivocada, e torna difícil para o pesquisador restringir suas observações de maneira a ver apenas o que sustenta seus preconceitos e expectativas (GOLDENBERG, 2000, p. 47).

personalidade e o momento sócio-histórico do pesquisador afetam os resultados finais da investigação”. Como também concordo com Costa (2016), quando destaca a importância da(o) pesquisadora(o) assumir de forma consciente, “suas simpatias pessoais”, destacando também seu posicionamento político, bem como “de que lado está”, visto que “considerações absolutamente objetivas são uma ilusão” (COSTA, 2016, p. 50), porém é preciso o esforço frequente em busca da objetivação.

A experiência de uma pesquisa no campo de gênero e da sexualidade, principalmente no que tange às relações afetivas e sexuais entre mulheres, desde a elaboração do projeto, o processo de coleta de informações em campo, a construção do referencial teórico, foram considerados por mim um desafio grandioso que precisava ser vencido. A princípio por se tratar de um assunto que indiretamente me implica na condição de mulher, me fazendo perceber o quanto somos violentadas e marginalizadas por uma sociedade heteronormativa, lesbofóbica, sexista e misógina que forja estruturas de opressão, dominação e desigualdades imputadas à vida privada e pública das mulheres.

Conforme fui me apropriando do assunto e adentrando nesse universo, diversas questões eram postas, dentre estas, uma que me chamou atenção foram os questionamentos sobre minha orientação sexual, fato que aconteceu tanto nas minhas relações cotidianas com amigos e familiares quanto durante a jornada acadêmica do mestrado, na universidade.

Assim, o processo de construção da pesquisa trouxe à tona, a questão de que sou o outro, por estar abordando um assunto que não faz parte do meu universo pessoal, é fato que, no início, me senti incomodada, depois reconheci e senti que estava extremamente ligada ao contexto, principalmente no que diz respeito à legitimidade da existência dessa mulher que historicamente foi invisibilizada pela própria ciência e pelas práticas sociais e também por ter familiares próximos que compartilham experiências afetivas e sexuais com pessoa do mesmo sexo e que fazem parte do meu convívio e ciclo de amizade.

É compreensivo que estudos que abordam assuntos como a lesbianidade, a homossexualidade, a prostituição, a negritude remete a(o) leitora(o) instantaneamente a conectar a figura da(o) pesquisadora(o) como pertencente ao grupo investigado que por vezes são socialmente estigmatizados.

Isto posto, vale ressaltar que no início me senti incomoda e por vezes me trouxe constrangimento, por ser feita esta associação, então, em vários momentos tive a necessidade de justificar meu interesse científico pelo tema e ao mesmo tempo afirmar a minha experiência até o momento com o universo heterossexual, será por quê? Hoje essa questão já

está bem resolvida, os curiosos permaneceram na dúvida sobre as preferências sexuais da pesquisadora, sou ou não lésbica? Ou talvez bissexual?

Nesse sentido, é preciso se despir da imagem de que é necessário ser uma mulher lésbica para falar e escrever sobre mulheres lésbicas ou ser negro para falar de racismo. A proposta aqui é escrever a partir da ótica de uma mulher que “está de fora”, mas ao mesmo tempo está submersa no universo pesquisado em virtude de fatores internos e externos relacionados ao fato de ser mulher e compartilhar, medos, angústias e desejos que se assemelham aos das mulheres pesquisadas.

A despeito de não compartilhar da mesma experiência afetiva e sexual das protagonistas da minha pesquisa, agora me veio à mente a historiadora Michelle Perrot, ao ser indagada se existiria uma maneira feminina de fazer/escrever a história, radicalmente diferente da masculina e, ainda, se existiria uma memória especificamente feminina? Ela responde ao mesmo tempo de maneira positiva e negativa. Para ela, mesmo que não existisse um método especificamente feminino, haveria uma maneira própria desenvolvida pelas mulheres de olhar e questionar a realidade, advinda de sua experiência como “mulher”.

Dessa forma, o importante é compreender que a epistemologia feminista produz eco na historiografia, pois a produção do conhecimento trazida pela incorporação da categoria gênero, sexualidade, lesbianidade, entre outros assuntos, apontam para a sexualização da experiência na dinâmica das relações humanas (RAGO, 2012).

Ao tempo que este processo se desenvolvia, pude contar também com posições bastante compreensivas, que me incentivavam e ao mesmo tempo depositavam confiança na continuidade do meu estudo, aspecto esse que, por vezes, eu mesmo duvidava. Todavia, em virtude da base da proposta se fundamentar numa perspectiva feminista me proporcionou confiar na minha capacidade produtiva e no enfrentamento dos diversos obstáculos que foram aparecendo no percurso de construção.

Os estudos de gênero me permitiram adentrar em outras áreas do conhecimento até então desconhecidas, que se colocaram indispensáveis para a construção do arcabouço teórico para entender o rico e complexo campo empírico que me propus investigar. Dessa forma, foi possível articular saberes diversos que auxiliaram no processo de compreensão da categoria gênero, sexualidade, lesbianidade, no caminho da constituição de outras famílias formadas por mulheres dissidentes de relacionamentos heterossexuais e que na atualmente se relacionam afetivo e sexualmente com mulheres.

A primeira incursão em campo foi na cidade de Caxias, onde mantenho residência fixa e por já ter realizado uma pesquisa com mulheres lésbicas em meados de 2012<sup>13</sup>. Na ocasião comecei a acionar possíveis participantes da pesquisa através da técnica de bola de neve, “snow ball”, na qual uma pessoa indica ou convida outra, de sua rede de relações. A partir desse momento ocorre a ampliação da rede de contatos através das participantes dos grupos e de amigas(os) em comum e até parentes.

Tomei como referência inicialmente o Grupo de Convivência Borboleta<sup>14</sup> e o Grupo Matizes<sup>15</sup>, ambos se constituíram referências por realizarem ações em prol da defesa dos direitos e visibilidade de mulheres lésbicas, respectivamente, atuando no município de Caxias-Maranhão e em Teresina-Piauí sendo, assim, entidades propícias a contribuir com informações sobre as sujeitas que essa pesquisadora estava buscando. Todavia, por uma questão de praticidade e de convivência anterior com as participantes, optei em buscar a maioria das mulheres participantes da pesquisa através do Grupo Convivência Borboleta.

Cabe evidenciar que desenvolvi inicialmente, uma pesquisa exploratória, onde foram realizadas conversas informais com 3 (três) mulheres, tal feito me possibilitou obter uma maior aproximação com o campo conseguindo, assim, estreitar vínculos com possíveis mulheres que fariam parte desse complexo processo investigativo.

Nesse interim, lembro que na semana da diversidade LGBT (2014)<sup>16</sup> fui convidada pela coordenadora do Grupo de Convivência Borboleta (constituído apenas por mulheres lésbicas) para participar de uma reunião e no decorrer de uma roda de conversa, duas

---

<sup>13</sup> Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça ofertada pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

<sup>14</sup> O Grupo de Convivência Borboleta foi criado em outubro de 2010 em Caxias-Maranhão. É um grupo de defesa das minorias sexuais. E tem por objetivo discutir políticas públicas voltadas para o universo lesboafetivo promovendo um espaço de acolhida escuta e troca de experiências entre mulheres lésbicas que participam das atividades realizadas em parceria com a Secretaria Municipal da Mulher, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e outras instituições que visam discutir políticas públicas voltadas para a promoção dos direitos humanos das mulheres e o universo lesboafetivo. É composto somente por mulheres lésbicas maiores de 18 anos que buscam visibilidade e/ou conhecimento sobre seus direitos civis, reprodutivos, jurídicos, etc. As componentes do grupo também buscam o seu auto fortalecimento enquanto mulheres que se relacionam afetivo-sexual com mulheres.

<sup>15</sup> Grupo Matizes Teresina, Nordeste/Piauí, Brasil. O Grupo é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, cuja missão principal é a defesa dos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Foi fundado em 18 de maio de 2002. Seus objetivos consistem em: Defender o direito à livre orientação sexual; Combater qualquer forma de preconceito e discriminação contra gays, lésbicas, travestis, bissexuais e transgêneros, visando à construção da cidadania plena e à efetivação dos direitos humanos desse segmento; - Promover campanhas informativas e de conscientização que contribuam para o respeito dos direitos de gays, lésbicas, travestis, bissexuais e transgêneros ([www.youtube.com/user/matizes1000](http://www.youtube.com/user/matizes1000); [www.matizes.xpg.com.br/c1.htm](http://www.matizes.xpg.com.br/c1.htm)).

<sup>16</sup> O evento foi promovido pelo Grupo de Convivência Borboleta em parceria com a Secretaria Municipal da Mulher, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e aconteceu em Caxias. Tema Diversidade e visibilidade Lésbica.

borboletas relataram sobre suas experiências em relacionamentos heterossexuais, visto que já tinham sido casadas, tinham filhos e atualmente se relacionavam com mulheres.

Ao conversar com algumas integrantes dos grupos supracitados, com algumas colegas de trabalho e do mestrado ao qual estou vinculada, fui adquirindo maiores informações e constatei que o assunto, em questão, aguçava a curiosidade das pessoas, inclusive a minha, em relação à existência de famílias formadas por mulheres, principalmente pela particularidade de já terem sido casadas com homens e terem filhos deles. Me veio algumas indagações momentaneamente. Como experienciaram esses dois casamentos no que se refere às relações de gênero e a sexualidade? Quais motivos fizeram com que se separassem? Por que o interesse por mulheres? Como percebiam essa relação atual em relação a anterior?

Inicialmente, foi possível verificar que as mulheres apontadas como referência para a minha pesquisa, segundo informações preliminares, mantiveram relacionamentos conjugais heterossexuais entre 7 (sete) e 15 (quinze) anos de duração. Esse foi o quadro inicial que me permitiu ver a possibilidade de um campo viável e instigante de investigação. Os diálogos iniciais proporcionaram a mim grande motivação para investigar esse universo que se apresentava tão fluído e pouco explorado. Os contatos dessa pesquisadora com as mulheres do grupo Borboleta foram ficando mais próximos e a partir daquelas que conhecia foram indicadas outras mulheres que atendiam ao perfil que eu buscava e que estivessem dispostas a colaborar com a pesquisa.

Quanto à escolha das entrevistadas foram estabelecidos alguns critérios. O primeiro deles privilegiava mulheres que foram casadas em relacionamentos heterossexuais, com filhos, e que na atualidade se relacionasse afetiva e sexualmente com mulheres e tivessem constituído família com outra mulher. Cabe aqui dizer que houve algumas dificuldades para encontrar 10 (dez) pretendidas entrevistadas (total estabelecido no projeto) que se encaixassem no perfil, fato que me fez repensar a quantidade e o perfil antes estabelecido.

Logo no início, entrevistei mulheres que também eram dissidentes de relacionamentos heterossexuais, que mantinham relações afetiva-sexual com mulheres, mas que nunca tinham residido na mesma casa e também não tinham filhos de relacionamentos anteriores. Por fim, mesmo com alguns desencontros e recusas, terminei por contemplar uma quantidade superior à estabelecida no projeto, em virtude de algumas mulheres, mesmo não atendendo aos critérios da pesquisa, terem se disponibilizado com tanta vontade para contribuir com a investigação somado ao fato de terem sido encaminhadas a mim para participarem da pesquisa, optei em entrevista-las por serem mulheres que estavam se

relacionando com outras mulheres, o que já me informaria muito sobre esses casais em suas relações de gênero e sexualidade, mas queria também que fossem mulheres que tivessem uma relação estável com na mesma casa e com filhos, formando uma família.

No total, foram realizadas 13 (treze) entrevistas. Dentre essas, 1 (uma), apesar da possível entrevistada ter demonstrado bastante interesse em participar da pesquisa ocorreu alguns desencontros, ela mora em outra cidade, então o recurso utilizado foi enviar o roteiro via e-mail, no entanto a pesquisadora optou por não utilizar essa entrevista, em virtude de não seguir o mesmo critério adotado para as demais entrevistadas, além de perceber que as respostas estavam “elaboradas demais”, com a inclusão até de autores para justificar as respostas.

Outras 6 (seis) entrevistas também não foram consideradas para análise por não atenderem alguns critérios estabelecidos a priori como perfil. Todavia foram feitas pela disposição que demonstraram essas mulheres em participar, mas no decorrer da entrevista percebi que elas não se enquadravam no perfil, seja por não conviverem conjugalmente com a companheira na mesma casa, não terem uma relação estável, não terem filhos, por não terem sido casadas com homens ou não terem mantido nenhum relacionamento com homens. O tempo escasso que havia para essa pesquisadora finalizar a pesquisa, junto aos problemas pessoais pelos quais estava passando também contribuíram para restringir o número de entrevistas a serem analisadas, ficando sempre atenta que essa redução não comprometesse os resultados desse estudo.

Assim, foram utilizadas para análise nessa pesquisa 6 (seis) entrevistas com mulheres que eram separadas de casamentos heterossexuais com filhos e que atualmente vivem conjugalmente com mulheres e com seus filhos formando uma família lesboafetiva. O local em que realizei a pesquisa de campo foi em Caxias-MA, e o período de realização foi de março/2016 a novembro/2016. As entrevistas ocorreram, em sua maioria, nas residências das entrevistadas (quatro) e também em uma Faculdade da cidade (duas).

Outro elemento importante a ser destacado foi a recusa de 3 (três) potenciais entrevistadas. Pois bem, 1 (uma) é enfermeira e as outras 2 (duas) são professoras universitárias, com titulação de doutoranda e doutora. A enfermeira me surpreendeu com a desistência, mas nem tanto, pois já tinha remarcado a entrevista 5 (cinco) vezes, dando indícios de que estava com receio de participar, pois mesmo ela escolhendo o lugar para a realização da entrevista terminava não comparecendo e remarcando. Já a negativa das professoras, confesso que foi uma surpresa, de fato foi “um não” que me fez refletir muito,

principalmente porque a temática em questão também faz parte do cotidiano pessoal e científico delas, sobre o quanto o assunto sexualidade é considerado de foro íntimo, não dito.

Em contrapartida, recebi agradecimentos de outra entrevistada que me revelou ter sido eu a primeira pessoa que ela tinha confidenciado aspectos tão íntimos de sua trajetória conjugal, afetiva e sexual, “foi até bom conversar, foi bom, porque eu nunca tinha falado pra outra pessoa, pra chegar a falar como foi minha vida, você foi a primeira pessoa que falei abertamente [...], são pouquíssimas as pessoas que sabem, [...]. Acho que de vez em quando é muito bom a gente se abrir com outras pessoas (risos)” (Dryas Júlia, 49 anos). Em relação às demais entrevistadas, a maioria demonstrou interesse e valorização por esse tipo de trabalho, algumas incentivaram a participação de outras mulheres na pesquisa, inclusive intermediando o contato para facilitar a aproximação com a pesquisadora.

Isto posto, cabe destacar que durante o trabalho de campo defrontei-me com uma variedade de possibilidades das mulheres vivenciarem suas relações afetivas e sexuais, tais como: mulheres que se relacionavam sexualmente com homens e mulheres; mulheres separadas de relacionamentos heterossexuais com filhos que depois de um certo tempo passam a se interessar por outras mulheres; mulheres que não se consideram lésbicas, mas que mantêm apenas relações sexuais e afetivas com mulheres, assim como aquelas que se consideram.

As mulheres participantes da pesquisa, assim como os nomes de suas(seus) filhas(os) e companheiras foram identificadas(os) por codinomes, respeitando um princípio ético estabelecido entre as/os envolvidas/os na pesquisa e essa pesquisadora, a fim de preservar a identidade das participantes e de pessoas que possam estar relacionadas às suas histórias de vida. Foi escolhido o nome de borboletas<sup>17</sup> brasileiras e estrangeiras raras, pois entendo que a simbologia representada pela borboleta se adequa perfeitamente a história de vida dessas mulheres.

---

<sup>17</sup> As borboletas sempre foram consideradas um grande mistério para a natureza, simboliza transformação e ao mesmo tempo pode representar a morte e ressurreição. Entre outros, simboliza felicidade, beleza, inconstância, efemeridade da natureza e da renovação. Símbolo místico que faz referência à metamorfose, portanto, da transformação que os seres humanos passam ao longo da vida, não só física (crescimento), como sociais (mudança de trabalho, casamento, nascimento de um filho, entre outros). As borboletas coloridas são mensageiras de alegrias, sorte e felicidade. Simboliza a serenidade, a calma, a paz. A borboleta é a alma que sai de uma pessoa que morre e se liberta (a saída do casulo). Ela vai para outra pessoa numa oportunidade de refazer a sua história de vida com mais experiência. Na mitologia grega, a personificação da alma é representada por uma mulher com asas de borboleta. No Japão, a borboleta é o símbolo da gueixa e representa a figura feminina (mulher), visto que está associada à leveza, gentileza e graciosidade. Encontrado em: Dicionário de símbolos: significado dos símbolos e simbologias <https://www.dicionariodesimbolos.com.br/borboleta>.

Os contatos iniciais com essas mulheres mostraram a riqueza de informações e significados contidos em seus discursos, indicando a complexidade embutida nas relações afetivas e sexuais, sobretudo no tocante a gênero e sexualidade que, a priori, parece processar-se em meio cambiante entre princípios e práticas guiadas pela heteronorma e fora dela, às suas margens. Nesse sentido, é importante compreender e evidenciar as tramas que se configuram na família lesboparental, bem como perceber certa desconstrução do essencialismo biológico, em torno do que se define por feminino e masculino e suas atribuições e atributos.

Nessa direção, tanto Scott (1995), como Foucault (1988), mostram a importância de se pensar essas relações sociais de gênero operando de forma relacional, numa dinâmica baseada em exercício de micro poderes que podem gerar mudanças e permanências a um só tempo, o que não significa atestar eternização da dominação masculina ou de relações de gênero opressoras, mas uma forma singular de processar as mudanças na área de gênero e da sexualidade, mudança que se dá nos interstícios, de forma sutil, mas sempre metamorfose.

### 3.2 CONHECENDO AS PROTAGONISTAS DA PESQUISA

Para adentrar esse universo, desenrolar, e ao mesmo tempo, também trançar os fios desta meada que interligam os dois mundos evidenciados, lancei-me numa viagem científica para analisar e construir reflexões sobre essas vivências lesboafetivas, bem como as novas configurações de famílias recompostas por mulheres que percebem que o relacionamento afetivo e sexual com homens já não as estimulavam para manterem seus casamentos nos moldes tradicionais e mesmo permanecer neles. Apresento abaixo o perfil de identificação geral e individual das mulheres que participaram desta pesquisa.

As 06 (seis) entrevistadas que tiveram seus discursos analisados têm entre 37 (trinta e sete) e 49 (quarenta e nove) anos de idade. A metade, 3 (três) delas se auto declararam pardas, 2 (duas) se identificaram como brancas e 1 (uma) se declarou morena. Quanto ao nível de escolaridade, 1 (uma) tem Ensino Fundamental incompleto (7ª série), 2 (duas) Ensino Médio completo e 3 (três) com nível superior completo com especialidade na sua área de formação. No que se refere à profissão 1 (uma) é empregada doméstica (no período da entrevista encontrava-se desempregada); 1 (uma) chef de cozinha; 1 (uma) agente comunitária de saúde e 3 (três) são professoras da educação básica. Quanto aos rendimentos encontrou-se uma variável entre 500,00 e 7.000,00 reais, o que no geral se relaciona ao nível de escolaridade prevalecente entre elas e as profissões exercidas.

No tocante a religiosidade 1 (uma) se auto declara espiritualista e 5 (cinco) são católicas. Todas têm filhas(os), sendo que 4 (quatro) delas tem 2 (dois) filhas(os), e 2 (duas) tem 1 (um) filhas(os) com idades que variam entre 10 e 28 anos. A duração dos relacionamentos com seus cônjuges variou entre 6 e 19 anos, no relacionamento, lesboafetivo atual, varia entre 2 a 15 anos de convivência.



**GRETA OTO**

Greta Oto, tem 39 anos, branca, Ensino Médio completo, trabalha como chefe de cozinha. Tem 2 (dois) filhos, o menino com 18 (dezoito) anos e a menina com 11 (onze) anos. Foi casada durante 15 anos, ela afirma que sua vida no casamento hétero, era só família, ele e os filhos, porém se queixa que não ocorreu estreitamento de laços afetivos com a família, a convivência segundo a entrevista era muito fria e vazia. O marido passava 30 (trinta) dias viajando, e 15 (quinze) dias com a família, quando estava em casa, nos primeiros 5 (cinco) dias era aceitável, tolerável porque existia a saudade, o corpo sentia falta, mas depois ela percebeu que, o sentimento que prevalecia era de tristeza, de indiferença, até o jeito dele falar chegava a incomodá-la.

Greta Oto tinha uma inquietação muito grande que não conseguia entender, mas sabia que faltava “o amor, o desejo a outra pessoa que todo mundo parecia ter e eu não”, todavia faz questão de afirmar que não tinha interesse afetivo e sexual por outra pessoa e muito menos por mulher. Esse sentimento só apareceu no final do casamento, e se constituiu como motivo real para pedir a separação, e assim decidiu arriscar e aceitar essa paixão por uma mulher e dar um novo rumo para sua vida.

Hoje está divorciada legalmente. Depois da separação do pai de seus filhos em 2009 (dois mil e nove), passou a relacionar-se afetivo e sexualmente com mulheres. Ela expõe que é “iniciante”, uma vez que teve apenas 4 (quatro) relacionamentos com mulheres e quer parar por aí, pois pretende oficializar a relação com a companheira atual que tem 23 (vinte e três) anos de idade, terminou o Ensino Médio e ainda não trabalha. O relacionamento atual foi o mais duradouro, com aproximadamente 3 (três) anos.



**SYLPHINA ANGEL**

Sylphina Angel tem 37 anos, branca, com pós-graduação na sua área de formação. É católica. Professora de geografia. De acordo com sua trajetória de vida, diz que desde criança não pensava em casar, ter filhos, seu propósito de vida, desde jovem, era de ter um emprego que ganhasse bem, ter uma casa, um carro, mas em virtude da forte tradição religiosa e familiar foi direcionada para o casamento. Foi casada por 7 (sete) anos, mas no total seu relacionamento heterossexual durou 15 (quinze) anos, sendo que destes 8 (oito) anos foram de namoro. Ela tem 2 (dois) filhos, o mais velho tem 12(doze) anos e a caçula tem 10 (dez) anos.

De acordo com seus argumentos depois do nascimento dos filhos percebeu o esposo distante, alheio a determinadas coisas e diferente com ela. É nesse período que começa a sair com algumas amigas. Então descobre que o marido estava traindo-a, inclusive com homens.

Desde jovem já sentia atração física, desejo por mulheres, mas deixou esse sentimento aprisionado por mais de 3 (três) décadas, somente depois da sua separação, com 31 (trinta) anos, é que teve sua primeira relação afetiva e sexual com uma mulher. Depois dessa primeira experiência, entre os anos de 2009 (dois mil e nove) e 2016 (dois mil e dezesseis), teve 3 (três) relacionamentos lesboafetivos com duração média de 2 (dois) anos.



**DRYAS JÚLIA**

Dryas Júlia, tem 49 (quarenta e nove) anos. Se declara parda. É católica. Professora, graduada em Biologia com Especialização. Diz ter infância e adolescência “normal, natural”, onde teve alguns namorados “sérios” e que nunca teve atração por mulheres. Casou-se com seu segundo namorado aos 19 (dezenove) anos, já grávida, o relacionamento teve duração de 17 (dezesete) anos. Tem um casal de filhos, o rapaz com 28 (vinte e oito) anos e a filha 26 (vinte e seis) anos.

Destacou que seu casamento era “normal”, tranquilo, com altos e baixos, mas convivia bem, porque era um bom esposo e também um bom pai, mas reclamava da ausência

do marido com a família e a dedicação demasiada com a política e o sindicato, alegando ser esse um dos motivos do afastamento do casal, mas acrescenta que procurava amor, carinho que não existia muito. Nesse período começou a fazer universidade em outra cidade, fato que contribuiu para aumentar o distanciamento do marido, ao tempo que fez amizades que preencheram essas “ausências e distanciamento” do marido.

É nesse contexto que conhece sua atual companheira e decide pedir a separação, os filhos tinham entre 12 (doze) e 16 (dezesesseis) anos, o ocorrido foi em meados de 2003 (dois mil e três). Hoje ela já oficializou a união estável de 14 (quatorze) anos, com a primeira e única mulher de sua vida, afirma que não gosta de mulher e sim do seu grande amor.



**SAPHO LONGWING**

Sapho Longwing, tem 47 anos, se auto declara morena e católica. É professora da educação básica, graduada em geografia. Relata que na sua adolescência namorou alguns meninos, mas sentia atração por mulheres, mas que sempre se reprimiu, não gostava de sentir esse desejo, não queria casar, mas por insistência da família casou sem querer e sem gostar do marido, casou virgem aos 20 anos.

Por conseguinte, diz que aprendeu a gostar do marido e que era muito boa minha vida com ele, conviveu na mesma casa por aproximadamente 2 (dois) anos e separou, mas, ainda manteve um relacionamento com o ex-marido, depois da separação, por um período de 4 (quatro) anos, o casamento no total durou 6 anos.

Depois da separação definitiva, passou a se relacionar afetivo e sexualmente com mulheres, diz já ter se envolvido com várias mulheres, contudo, relacionamentos duradouros foram 3 (três), sendo um de 4 (quatro) anos, outro de 5 (cinco) anos e o atual. O divórcio saiu recentemente, então ela oficializou a união estável com a companheira que constituiu família há 14 (quatorze) anos.



**PARNASSIUS APOLLO**

Parnassius Apollo, tem 41 (quarenta e um) anos. Se autodeclarou parda e católica. Concluiu o Ensino Médio. Exerce a profissão de agente comunitário de saúde. Achava que o casamento seria coisa de novela, de filme, mas se decepcionou, se sentiu usada, acabou tudo, vendeu a casa e tudo que tinha, mas afirma que a separação ocorreu sem brigas.

O casamento teve duração de 9 (nove) anos. Sua filha tem 18 (dezoito) anos, trabalha e estuda e o filho 17 (dezesete) anos, é estudante. Quanto ao desejo pelo mesmo sexo, diz que tinha 36 (trinta e seis) anos e admirava mulher, achava bonita, mas nunca se viu com uma mulher, mas acrescenta que quando aconteceu foi uma coisa natural, depois da primeira experiência, o primeiro beijo, percebeu que era sua “praia”, o coração ficou acelerado, nunca tinha sentido e com o beijo da namorada se apaixonou.

Seus relacionamentos afetivos e sexuais com mulheres foram 3 (três), o primeiro com duração de 5 (cinco) meses, o segundo 1 (um) ano e 2 (dois) meses e o atual que está com 7 (sete) meses. No entanto evidencia que foram relacionamentos conturbados, as mulheres com que se envolveu eram muito ciumentas, a ponto de ocorrer violência. Assinala também que 2(duas) das mulheres com quem se relacionou eram casadas com homens e também tinham filhos e netos.



**DIATHERIA CLYMENA**

Diatheria Clymena, 41 anos. Se autodeclara parda e católica. Ensino Fundamental incompleto (7ª série). Sua profissão é doméstica, mas no momento da entrevista estava desempregada. É de uma família numerosa, composta por 9 (nove) irmãos, destes 3 (três) irmãos são gays, incluindo sua irmã gêmea. Casou-se ainda adolescente, com 16 (dezesesseis) anos e logo teve suas 2 (duas) filhas.

Descreve que a convivência com o marido nos 3 (três) anos iniciais era boa, depois ele passou a se envolver com outras mulheres, fato que não a incomodava porque ele não

deixava faltar nada para ela e as filhas. Diz que ele era um bom marido. As filhas tinham respectivamente 6 (seis) anos e 7 (sete) anos, quando decidiu separar, dar um ponto final no seu casamento que estava com duração de 6 (seis) anos.

Aos 22 (vinte e dois) anos se assumiu, teve várias experiências com o mesmo sexo, sendo que destaca 3 (três) relacionamentos duradouros: de 1 (um) ano, 3 (três) anos e seu atual que está com mais de 4 (quatro) anos. Nesse processo de assumir-se lésbica fez algumas tentativas de envolvimento com homens, mas aí percebeu que a sua atração, o seu desejo era por mulheres, e acrescenta que depois de 14 (quatorze) anos de separação o ex-marido pediu para recomeçar, mesmo sabendo que ela já tinha feito nova escolha Sua companheira é professora numa escolinha de reforço.

### 3.3 INSTRUMENTALIZANDO EM CAMPO: TÉCNICAS E TRATAMENTO DOS DADOS

Segundo Costa (2016) “é impossível estudar qualquer produção discursiva sem definir a direção a ser tomada pelo trabalho analítico” (COSTA, 2016, p. 54), seguindo esta premissa apresento nesse tópico alguns dos fundamentos que me auxiliaram a descrever a trilha metodológica que foi empregada para a coleta, discussão e análise das informações de campo.

Considerando que o objetivo dessa pesquisa é compreender as vivências afetivo-sexuais de mulheres dissidentes de casamentos heterossexuais que atualmente vivem com mulheres, a fim de verificar como se processam as relações de gênero e a sexualidade nessas relações, a partir dos discursos dessas mulheres sobre a questão, essa pesquisa é qualitativa, visto que a intenção é pinçar a produção de sentidos dos discursos delas sobre suas relações afetivas, ou seja, compreender as sujeitas em seus próprios termos.

Nessa direção, Goldemberg nos diz que na pesquisa qualitativa [...] “a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória etc.” (GOLDEMBERG, 2000, p. 15).

Aspectos esses que se enquadram ao objeto aqui investigado. Nesses termos, a autora acrescenta que “os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social” (GOLDEMBERG, 2000, p. 51).

Seguindo nessa perspectiva, Minayo (2004) diz que a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificada, e sim, numa compreensão que leva pesquisadoras(es) a oportunidade de submergir na subjetividade dos sujeitos, possibilitando-lhes relatarem seus sentimentos, rememorar histórias pessoais, além de proporcionar uma aproximação estreita com o universo da investigação.

Cano (2012) afirma que por mais diversas que sejam as interpretações, pode-se dizer que as pesquisas qualitativas

[...] pretendem obter uma compreensão mais profunda do contexto e da visão dos próprios atores para poder interpretar a realidade. Mesmo quando o material empírico se resume a um único indivíduo ou instituição, como acontece nas histórias de vida ou nos estudos de caso, a ambição de generalizar a outros indivíduos, grupos ou situações é clara, pois sem ela estaríamos falando de história ou de literatura, não de ciência social. A abordagem profunda do individual é justamente uma chave de acesso ao grupo. (CANO, 2012, p.108-109).

Desse modo, foi necessário trilhar um caminho que seja capaz de enlaçar e analisar os sentidos e significados emanados da ação/interação do sujeito com o mundo social e com outros sujeitos. As relações familiares dessas mulheres dissidentes de relacionamentos heterossexuais carregam, assim como outras configurações de famílias, uma série de símbolos e significados que dificilmente seriam compreendidos e analisados sem a utilização do método qualitativo.

Acredito que a ideia de que a(o) pesquisadora(o) deve assumir uma posição empática com o ambiente, as pessoas e os problemas que abordam, confiante de que a descrição dos problemas identificados é, também, o meio tanto de revelação quanto de solução desses problemas sociais e ainda que,

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa (CHIZZOTTI, 2003: 221).

Logo, é salutar mencionar a importância atribuída à reciprocidade que ocorre nas relações sociais que proporcionam ao sujeito vivenciar experiências por meio da

ação/interação. Nesse contexto, a linguagem merece destaque, pois através desse mecanismo de comunicação as experiências ganham uma significação de acordo com o tempo e espaço que o sujeito está inserido. Para Sauerbronn e Ayrosa (2010), os significados que as pessoas acessam para seus domínios são baseados nas suas interpretações, nas suas interações sociais e nas formas com que essas constroem uma ordem social negociada e acordada.

Todavia, para que sejam obtidos os resultados esperados mediante a utilização de uma abordagem qualitativa, alguns esforços precisam ser empregados, bem como o emprego de técnicas que se harmonizem à instrumentalização da metodologia escolhida.

Como técnica de coleta em campo utilizo a entrevista<sup>18</sup> do tipo semiestruturada e individual<sup>19</sup>, visto que proporciona tanto a(o) entrevistadora(o), quanto a(o) entrevistada(o) compartilharem [...] as influências verbais (o que é dito ou perguntado), as não-verbais (comunicação cronêmica – pausas e silêncios, cinésica – movimentos corporais, e paralinguística – volume e tom de voz), e as decorrentes da visualização das reações faciais do interlocutor” (FRASER e GONDIM, 2004, p. 143).

Através do uso de entrevistas semiestruturadas, pode-se obter algumas vantagens como maior flexibilidade para garantir a resposta desejada; verificar possíveis contradições; sem falar que é o instrumento mais adequado para a revelação de informação sobre assuntos complexos, fatos esses que propiciam o surgimento de outros dados (GOLDEMBERG, 2000). Nesse termo a(o) entrevistadora(o) pode introduzir o tema da pesquisa deixando a(o) entrevistada(o) à vontade para discorrer sobre o assunto, ou fazendo interferências pontuais.

Como direcionamento, segui um roteiro com tópicos guia que “além de ser um instrumento orientador para a entrevista, o tópico guia pode ser útil para a elaboração e antecipação de categorias de análise dos resultados” (FRASER e GONDIM, 2004, p. 145). De tal modo, que vislumbre a garantia da,

---

<sup>18</sup> A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. Em outras palavras, a forma específica de conversação que se estabelece em uma entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante. Deste modo, a entrevista dá voz ao interlocutor para que ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o entrevistador e em um processo de influência mútua produz um discurso compartilhado pelos dois atores: pesquisador e participante (FRASER & GONDIM, 2004, p. 140).

<sup>19</sup> A entrevista individual é uma interação de díade, indicada quando o objetivo da pesquisa é conhecer em profundidade os significados e a visão da pessoa. Esta modalidade de entrevista é muito utilizada em estudos de caso, história oral, histórias de vida e biografias, que demandam um nível maior de detalhamento. É preferida também quando a investigação aborda assuntos delicados, difíceis de serem tratados em situação de grupo. (FRASER e GONDIM, 2004, p. 149).

1) representatividade dos significados, passível de ser obtida ao entrevistar aqueles que conhecem e compreendem profundamente a realidade a ser estudada, 2) para permitir que o entrevistado sinta-se mais livre para construir seu discurso e apresentar seu ponto de vista, o que faz com que o roteiro seja o mais flexível possível, e, por último, 3) para submeter as interpretações do pesquisador à avaliação crítica dos próprios participantes da pesquisa (legitimidade). (FRASER e GONDIM, 2004, p. 143).

A escolha pela entrevista semi-estruturada deve-se, também, ao fato de ir a campo com certo nível de estruturação, proveniente do conhecimento que se tem sobre o assunto, adquirido através de bibliografia especializada sobre o tema, em estudos anteriores e na pesquisa exploratória implementada no início desse estudo.

No que diz respeito ao número de pessoas entrevistadas, reportar-me-ei aos argumentos de Duarte (2002), que afirma o seguinte: “enquanto estiverem aparecendo dados originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso, as entrevistas precisam continuar sendo feitas” (DUARTE, 2002, p. 143-144). Entendo, como o autor mencionado, que essa quantidade não deve ser fixa, visto que o número pode variar em “razão do objeto e do universo de investigação”, ou seja, que as entrevistas devem continuar “até que o material obtido permita uma análise mais ou menos densa” acerca do objeto pesquisado (DUARTE, 2002, p. 144). Todavia, a quantidade apontada poderá variar para mais ou para menos, dependendo da saturação dos discursos ou repetição dos conteúdos.

Boni (2005), quando se refere à utilização da entrevista, afirma que nesse processo ocorre uma interação entre a(o) entrevistadora(o) e a(o) entrevistada(o) propiciando, dessa forma, “respostas espontâneas”, maior proximidade e afetividade entre ambos, permitindo a(o) pesquisadora(o) tocar em assuntos mais complexos e delicados, ou seja, “quanto menos estruturada a entrevista, maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes” (BONI, 2005, p. 75). Dessa forma, acredito que fiz a escolha adequada visto que o assunto abordado, por vezes, pode causar situações de constrangimento ou vergonha.

Seguindo as reflexões de Boni, creio que “a entrevista deve proporcionar ao pesquisado bem-estar para que ele possa falar sem constrangimento de sua vida e de seus problemas (...)” (2005, p.77), desse modo, a ambientação onde foi realizada contribuiu significativamente para o seu sucesso, como também ter por certo que a(o) pesquisadora(o) deve transmitir confiança a(o) entrevistada(o), visto que o momento da entrevista é permeado por sentimentos, afetos pessoais, fragilidades, por isso o respeito aos sujeitos pesquisados é primordial. Outra técnica considerada nesse estudo foi a observação sistemática no momento da coleta de informações, pois assim é possível ficar atenta para o tom da voz, os silêncios, as

pausas, aos sentimentos de exaltação, a raiva, o amor, aos movimentos do corpo, entre outros (FRASER e GONDIM, 2004, p.141).

No tratamento analítico dos dados foi utilizada a Análise de Discurso (AD)<sup>20</sup>, recurso empregado para interpretar a fala das entrevistadas na busca dos sentidos daquilo que está sendo dito ou não-dito. Caregnato e Mutti (2006, p. 680) consideram que “o processo de análise discursiva tem a pretensão de interrogar os sentidos estabelecidos em diversas formas de produção, que podem ser verbais e não verbais, bastando que sua materialidade produza sentidos para interpretação”<sup>21</sup>. Portanto, ao realizar uma leitura crítica do material deve-se

[...] captar a marca lingüística e relacioná-la ao contexto sócio-histórico. Deste modo, várias leituras do texto farão com que o analista do discurso estranhe aquela(s) palavra(s) ou formas sintáticas, pode ser, que marca(m) o discurso e se repete(m), visualizando assim as marcas lingüísticas no material languageiro. Também é interessante explicar o motivo que induziu a escolha do recorte sócio-histórico, pois este faz parte das “condições” de produção do discurso. (CAREGNATO e MUTTI, 2006, p. 682).

A Análise do Discurso permite que se procure sentido no processo de leitura e releitura das informações que serão interpretadas por meio da linguagem, que “vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer. Entende-se como memória do dizer o interdiscurso, ou seja, a memória coletiva constituída socialmente” (CAREGNATO e MUTTI, 2006, p. 681).

A escolha da AD se deu por acreditar que é um método que dá possibilidade de realizar intenções mais completas com a expectativa de interrogar os sentidos produzidos por meio das falas das entrevistadas. Assim, foi possível interpretar a produção dos sentidos, saberes e poderes presentes nos discursos das mulheres que participaram dessa pesquisa.

Spink e Medrado (2013) afirmam que os discursos desenvolvem uma natureza polissêmica, nesse sentido, permitem aos indivíduos diversificarem seu trânsito por vários cominhos, logo, têm a possibilidade de vivenciarem variadas situações que sejam capazes de satisfazê-los. Os autores evidenciados destacam que, “pelo fato das pessoas estarem, ao longo da vida, frequentemente em contato com um caleidoscópio mutante de situações, elas

<sup>20</sup>Um dos fundadores dos estudos sobre o discurso foi Michel Pêcheux, estabelecendo a relação existente no discurso entre língua/sujeito/história ou língua/ideologia Caregnato e Mutti (2006, p.681).

<sup>21</sup>Caregnato e Mutti (2006, p.681-2) lembram que “a interpretação do discurso “é um ‘gesto’, ou seja, é um ato no nível simbólico. [...] A interpretação é o vestígio do possível. É o lugar próprio da ideologia e é ‘materializada’ pela história. [...] Ela sempre se dá de algum lugar da história e da sociedade [...]”. O gesto de interpretação é assumido, sendo um gesto simbólico que dá sentido fazendo a significação. “Não há sentido sem interpretação”, portanto deverá sempre existir uma interpretação para dar visibilidade ao sentido que o sujeito pretendeu transmitir no seu discurso”.

necessitam dispor de muitos e diferentes repertórios para se adaptar a essas situações” (POTTER e WETHERELL, 1987, p. 156, apud, SPINK e MEDRADO, 2013, p. 239).

Assim como Spink e Medrado (2013), acredito que [...] “a produção de sentido é uma força poderosa e inevitável da vida em sociedade e buscar entender como se dá sentido aos eventos do nosso cotidiano fez com que novos horizontes se abrissem e novas perspectivas pudessem ser consideradas” (SPINK e MEDRADO 2013, p. 21).

Dessa forma, para entender essa natureza polissêmica dos discursos, com a intenção primeira de submergir na subjetividade das entrevistadas, a fim de pinçar os sentidos ditos e os não-ditos, é que vou buscar entender as práticas discursivas explicitadas pelas mulheres entrevistadas.

As práticas discursivas e a produção de sentido, segundo Spink e Medrado, nomeadamente são um novo movimento teórico-metodológico que se coloca com a missão de ir além das respostas que tenha por base somente o âmbito da língua, da sintaxe e da semântica, deve-se buscar daqueles sentidos mais profundos, logo se caracteriza como “a configuração de um contexto propício para novas buscas: conceitos, métodos, epistemologia, teoria, visão de mundo” (SPINK e MEDRADO 2013, p. 21).

Nessa direção, as práticas discursivas remetem, “aos momentos de ressignificações, de rupturas, de produção de sentido, ou seja, corresponde aos momentos ativos do uso da linguagem, nos quais convivem tanto a ordem como a diversidade” (SPINK e MEDRADO 2013, p. 26), que, de maneira geral, enriquece tanto a existência do sujeito, bem como as inferências da(o) pesquisadora(o).

Dessa maneira, a análise de discurso deve seguir 3 (três) temáticas básicas: a *função* que faz referência ao discurso adotado como ação, pois é “tão produtor de realidade quanto qualquer ação concreta”; a *construção* que faz “uso dos recursos linguísticos preexistentes, como forma de estabelecer “os repertórios interpretativos”, ação que se realiza por meio de uma “seleção e escolha”; e a *variação* que seria o produto das análises adquiridas através da função e da construção. Pode-se perceber que o discurso é estabelecido para a ação e uma das perspectivas seria a mudança, pois os sujeitos vivenciam em cotidiano diferentes situações que requer a construção de diversos discursos (SPINK e MEDRADO 2013, p. 20).

Nesse viés, a perspectiva construcionista, de acordo com Spink e Medrado (2013), tem primado pela utilização das práticas discursivas, pois compreende que “tanto o sujeito como o objeto são construções sócio-históricas que precisam ser problematizadas e desfamiliarizadas” (SPINK e MEDRADO, 2013, p 55). Para que seja atingido esse propósito “implicam ações, seleções, escolhas, linguagens, contextos, enfim, uma variedade de

produções sociais das quais são expressão. Constituem, assim, um caminho privilegiado para entender a produção de sentido no cotidiano” (SPINK e MEDRADO, 2013, p. 20-21).

É fato que na visão construcionista a produção de sentido se processa no contexto da ação social, então, destaco que a postura epistemológica que orienta a investigação acerca da realidade social, tendo em vista alcançar os critérios postos na pesquisa, é o “Construcionismo Social”, uma vez que corrobora com as categorias, crenças e valores reguladores das maneiras de compreender e encaminhar os processos pelos quais os sujeitos sociais dão sentido às ações que executam (SPINK e MEDRADO, 2013, p. 54)

Também será feito uso da análise categorial devido à sua funcionalidade operacional em contribuir no “desmembramento do texto em unidades, em categorias segundo reagrupamento analógicos”, nesse viés a “análise categorial poderá ser temática, construindo as categorias conforme os temas que emergem do texto” (CAREGNATO E MUTTI, 2006, p. 683).

Goldenberg (2004) e Cano (2012) reforçam que a utilização de uma triangulação<sup>22</sup> na pesquisa é salutar, pois abrange a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social. Nessa perspectiva, concordo com Cano (2012) quando diz que a(o) pesquisadora(o), estrategicamente, deve diversificar as técnicas, pois essa ação permitirá escolher a que mais se adequa ao seu propósito ou incorporar várias.

Como ressalta Diniz & Guerriero (2008), “grande parcela das pesquisas sociais envolve “risco mínimo” aos participantes” (p. 80-81), ou seja, risco semelhante ao de qualquer relação social fora do contexto de pesquisa. Porém, é na fase de divulgação dos resultados que se interpõem os maiores desafios éticos que incluem garantia de anonimato e sigilo, ideias sobre representação justa, compartilhamento dos benefícios da pesquisa, devolução dos resultados, dentre outros elementos e assertivas que pautam a pesquisa científica com seres humanos.

Confirmo aqui o compromisso ético com essa pesquisa e com os sujeitos envolvidos e reafirmo que o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Piauí, onde se encontra vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia –

---

<sup>22</sup> Triangulação é uma metáfora tomada emprestada da estratégia militar e da navegação, que se utilizam de múltiplos pontos de referência para localizar a posição exata de um objeto (GOLDENBERG, 2004, p. 64). Em relação ao ato de pesquisar existem diversos tipos de triangulação que podem ser realizados no sentido de obter uma maior confiabilidade dos dados e ampliação de perspectiva: entre áreas do conhecimento científico (interdisciplinaridade); entre pesquisadores especialistas de diversos campos profissionais (situados em regiões diferentes dentro de um mesmo país ou em nível internacional); entre teorias, visando maior nível explicativo dos dados da pesquisa e também triangulação de técnicas, com o objetivo de integrar num mesmo objeto de pesquisa várias estratégias operacionais (SANTOS, 2009, p. 144).

PPGS. Entendo que esse procedimento representa compromisso e zelo para com a produção científica, com os sujeitos da pesquisa e a instituição acadêmica que ora represento.

Cabe ainda ressaltar que todas as mulheres que aceitaram participar desta pesquisa, tomaram conhecimento sobre o anonimato e privacidade que lhes são garantidos, os objetivos, metodologia e finalidade dessa pesquisa, bem como foram informadas do direito de desistir em qualquer momento do processo de construção, assinaram duas vias, do termo de consentimento livre e esclarecido –TCLE, autorizando o uso de suas falas, ficando uma via com as entrevistadas e outra com a pesquisadora responsável.

Vale ressaltar que após compilar os depoimentos das entrevistadas, debruicei-me sobre as falas para assim realizar a análise dos discursos, observando não só as referências feitas às relações conjugais, heterossexual e lesboafetiva, mas de modo geral as experiências e emoções vividas por essas mulheres nas referidas relações. Seguindo esse norte, apresento abaixo as análises que foram pinçadas das falas das borboletas acerca das suas convivências familiares com seus ex-cônjuges e na atualidade com suas companheiras, filhas e filhos e de modo geral com outros membros da família.

#### 4. FAMÍLIAS DE MULHERES: ENTRE A HETEROSSEXUALIDADE E A VIVÊNCIA DA LESBIANIDADE

Esse capítulo apresenta a discussão e análise dos discursos das mulheres participantes da pesquisa sobre a dinâmica familiar lesboafetiva, no que diz respeito às relações de gênero e vivência da sexualidade. No que diz respeito as relações de gênero incluiu-se centralmente para análise as tarefas domésticas, provisão econômica na família, criação dos filhos(as), dentre outros aspectos que apareceram como desmembramentos. No que se refere à vivência da sexualidade a centralmente gira em torno da dinâmica das relações afetivo-sexuais entre elas. Os discursos foram analisados considerando as duas experiências por elas vivenciadas, tanto a lesboafetiva como a heteroafetiva, as quais são aqui remetidas.

##### 4.1 RELAÇÕES DE GÊNERO EM FAMÍLIAS LESBOAFETIVAS COM EXPERIÊNCIAS HETEROSSEXUAIS

Na investigação do fenômeno em curso, as relações de gênero no contexto familiar são analisadas através do que denominei Divisão Sexual do Trabalho que inclui aspectos relativos às atividades domésticas, provisão econômica, autoridade na família, criação de filhos(as), dentre outros. A seguir destacarei alguns trechos dos depoimentos que mais visibilizam esses aspectos vivenciados em duas fases distintas da sua conjugalidade, a heterossexual e a lesboafetiva.

No que concerne às *tarefas domésticas* fica caracterizado que essas mulheres, nas suas relações heterossexuais, são as principais responsáveis pelos serviços da casa, mesmo quando trabalham fora, de tal forma que a participação dos maridos é vista como “*ajuda*”.

Era os dois ... tanto a mim quanto ele sempre trabalhei e ele também a gente nunca teve um desequilíbrio a minha vida sempre foi muito equilibrada tanto emocional quanto financeiramente eu podia não amar, mas eu controlava aquela emoção, é, a gente sempre conversou muito, brigas a gente quase não tivemos, poucas, eu sempre fui muito sincera acho que foi daí que partiu de tudo dar certo eu sempre tive um controle financeiro, ele trabalhava e eu também, a gente nunca passou por grandes dificuldades financeiras assim que a gente sempre teve apoio financeiro assim que eu tenho um tio que sempre nos apoiou e deu um rumo para gente partir, trabalhar e ele sempre trabalhou e eu também e a gente sempre viveu em acordo tanto eu quanto ele, e a educação dos filhos foi a melhor que a gente pode dar tanto a minha parte quanto a dele, a gente nunca usou de força pra educar nenhum dos dois a gente sempre conversou muito tanto com um quanto com outro até no processo de separação foi os quatro nós sentamos e conversamos os

motivos que não dava e ele teria que ir embora porque ele não é daqui eu também não eu fiquei com os meninos e ele foi e sempre foi um acordo muito grande, tudo que acontece hoje mesmo depois de a gente separado a quase quatro anos é acordado com ele parte financeira, parte escola dos meninos se eles estão me dando trabalho eu comunico e ele chama a atenção, ele me ajuda bastante, ele me apoia muito, eu nunca abri a boca na minha vida pra dizer que o meu casamento terminou por ele, não foi! Meu casamento terminou por falta de afinidade e de amor, porque eu estava em um relacionamento que não era pra mim porque quem errou em empurrar foi eu. [...] tinha a participação dele, sempre teve. É... quando ele estava em casa ele me ajudava em tudo, se eu estava trabalhando ele fazia os afazeres, como ele faz até hoje na casa dele, ele não é um homem ruim (Greta Oto, 39 anos).

[...] Ele sempre trabalhou, não deixava faltar nada em casa. E eu sempre cuidava das meninas, cuidava da casa. Mas ele também quando estava em casa, cuidava também. Ele não era um homem de ver as coisas assim e não ajudar. Quando eu estava de resguardo ele fazia as coisas, ele sempre tinha aquele cuidado de ter uma pessoa ali pra fazer. Por que ele trabalha. Mas também ele sempre fazia, ajudava. Ele fazia a parte dele. (Diatheria Clymena, 41 anos).

A questão dos trabalhos domésticos era feitos por mim, cuidar da casa, dos filhos era feito por mim. A questão financeira era feita por ele, por que até então eu não trabalhava [...], só ele e não tinha divisão de despesas (Sylphina Angel, 37 anos).

Esta outra entrevistada, abaixo, se refere ao seu relacionamento heterossexual, mostrando o estabelecimento tradicional de *atividades masculinas e atividades femininas* vivida por ela nessa relação. Mulheres são geralmente as cuidadoras (cuidados dos filhos e trabalhos de casa) consideradas pessoas cuidadosas, gentis, zelosas, estando sempre prontas para se sacrificarem em favor do outro, mesmo que isso custe abandonar uma carreira profissional, como afirmado abaixo por Sapho Longwing:

Era ele, a questão das coisas, o dinheiro. Antes eu trabalhava, [...] mas eu era, assim, tão imatura... Eu trabalhava no Estado e no Município, ele era tão ciumento, que ele fez eu renunciar os meus empregos e eu deixei por gostar tanto dele. Aí minha mãe sempre falava que o marido da gente é o emprego [...] Abandonei o emprego pra cuidar da casa, [...] as tarefas domésticas eu cuidava, tinha uma menina que me *ajudava* a olhar a criança. Então fiquei sem nem uma renda, [...] a minha filha era muito pequena, ela só tinha 1 (um) ano e meio. [...] Depois a gente se separou (Sapho Longwing, 47 anos).

No que se refere à *provisão econômica*, destaca-se aqui a relação entre mudança de casamento e mudança financeira, ressaltando os impactos causados na situação financeira da

família e no poder aquisitivo das mulheres no contexto da união lesboafetiva. Uma entrevistada relata sobre a dificuldade em se adaptar a sua nova realidade que denomina ser “uma outra história”, que mudaria sua vida em muitos aspectos, principalmente na parte econômica, visto que antes tinha ajuda do ex-marido para dividir as responsabilidades da casa e principalmente a provisão econômica, deixando seu dinheiro mais livre para gastar consigo e com os filhos. No relacionamento atual não conta mais com a ajuda do ex-marido, passa a ser a provedora econômica da família assumindo as despesas e responsabilidades da “nova” família. O decréscimo da renda familiar foi motivo de conflitos com a companheira no início da união, período de adaptação do casal.

No começo não foi fácil. A gente se adaptar uma a outra, foi difícil. Teve muita confusão, muita briga. Pra mim, principalmente, tava mudando toda minha vida. Era uma outra história, até mesmo a questão financeira [...] por que antes aquele meu salário, parte era só pra mim, pra meus filhos, questão de vaidade, comprar roupas, de comprar pra meus filhos, eu não tinha uma responsabilidade de uma casa nas minhas costas. Entendeu?! De pagar escola, de pagar luz, tudo..., mesmo que eu tivesse a ajuda que tinha, assim, considerando hoje, assim. Eu era professora do estado, duas matriculas e tudo e recebia pensão dele. Na época pagava salário mínimo cada um, na época era uma boa pensão (Dryas Júlia, 49 anos).

Outra questão que essa mesma entrevistada coloca em relação a provisão econômica da família na sua experiência lesboafetiva, diz respeito a não tomada de atitude da companheira em assumir as despesas da casa ou mesmo uma família, alegando a falta dessa experiência em sua vida. Ao que foi acionada por Dryas para que a fizesse, “até cair a ficha” da companheira. Quando isso acontece, passam a compartilhar de forma mais igualitária e satisfatória não só a parte financeira, mas outras atividades próprias do contexto familiar, respeitando a habilidade e afinidade de cada uma.

Um fato que chama atenção aqui é a estranheza inicial de Dryas em relação à companheira não cumprir o papel inicialmente esperado de provedora econômica, supostamente como tradicionalmente fazem os homens, mas que posteriormente vai se diluindo essa expectativa, em torno da companheira, para pensar num compartilhamento mais democrático entre elas.

No início também foi um pouco complicado, porque Sapho Longwing, [...] não tinha noção de família, assim, de assumir as responsabilidades, de assumir as questões financeiras de casa, foi preciso, assim, ir tipo me impondo nesse ponto, [...] até cair a ficha da responsabilidade, demorou um tempo [...]. Desde de quando meus filhos estavam no Ensino Médio, ela tem uma filha também, era os três juntos na mesma escola [...]. Mas a questão de

estudo foi dividido [...]. Em casa hoje, a gente já divide tudo, compras, supermercado, a gente tem uma pessoa que ajuda a gente [...], eu sei cozinhar, ela não sabe, [...] eu fico com o trabalho pesado (risos), [...], ela não é muito dessa parte, não, ela é de trazer [...], de organizar o que tá faltando, tá quebrado, [...] ela já vai atrás de uma pessoa, pra ajeitar, essa parte aí já é dela, aí já é ela que faz (Dryas Júlia, 49 anos).

O depoimento de Dryas, acima, é confirmado pela companheira Sapo:

Tudo é dividido, questão da alimentação, água, telefone, a empregada, o caseiro [...]. Quem faz mais é ela (tarefas domésticas). Sou mais de fazer as coisas assim, mais burocráticas, questão de tá faltando isso, o gás faltou, daí vou providenciar, alguma coisa desmantelou, de uma lâmpada ter que trocar, essas coisas eu resolvo. [...] Minha filha foi criada com minha tia. E os meninos (da Dryas Júlia) aqui com a gente. [...] A gente colocou nossos filhos na melhor escola da cidade. Depois eles foram morar em Teresina, [...] foram morar juntos os três, nunca tiveram distinção [...]. A minha convivência com os meninos é assim muito boa. Formou os três. Já foi em minha gestão, as duas meninas terminaram o curso Superior de Enfermagem juntas (Sapho Longwing, 47 anos).

No que se refere à criação dos filhos, há inicialmente um indicativo na fala dessa entrevistada de reconhecimento do maior poder da autoridade paterna no contexto familiar, indicado também pelo maior respeito das(os) filhas(os). Assim as relações de autoridade e poder também se constituem como elementos que marcam a cena doméstica, determinando para os cônjuges e filhos posições hierárquicas, direitos e deveres particulares, porém desiguais. A sociabilidade doméstica norteia-se em relações afetivas cujo conteúdo e modalidades de expressão se diversificam conforme o gênero e a idade de seus componentes, e de acordo com as relações existentes entre eles.

Várias estudiosas(os) da área de gênero têm discutido sobre a autoridade de homens e mulheres na família, seja destacando sua amplitude, os elementos que a constitui e como se apresenta, a exemplo de Scott (1995), Da Matta (1997), Sarti (2011, 2003) e Romanelli (2000).

Outro ponto de destaque dessa questão, trata da autoridade exercida pela companheira sobre os filhos biológicos da outra no contexto familiar. Ao que parece, há também aqui um acordo prévio de uma para a outra, no que se refere ao alcance e limites da mesma.

Nesse relato é possível observar a mãe biológica tomando para si a responsabilidade de educar as(os) filhas(os), contudo permitindo que a companheira também a exerça, mas da

forma anteriormente acordada entre o casal, e mesmo com esse acordo ainda há uma vigilância da parte da mãe, quando das correções:

É diferente, porque assim um respeito de um pai é outro, né?! E eu tenho dois filhos praticamente, um entrando na adolescência e o outro saindo, então é uma fase muito complicada, o Crisálida, tem embate com a Borboleta, então ele acha que pode, ele não quer receber uma ordem, embora receba, mas ele não quer e o respeito com o pai é outro. [mas ele obedece?] obedece, resmunga, mas obedece, a Crisálida, não, ela já tem onze anos, ela está entrando na adolescência não sei como vai ser de agora pra frente, mas por enquanto é tranquilo, mas às vezes eu tenho que intervir de vez em quando, sabe colocar cada um do seu lugar, \_\_\_'olha Borboleta a educação dos meus filhos é minha você pode ir até tal ponto' mas, daqui pra cá eu que mando. [E até que ponto ela pode ir?], é tipo... Organização da casa ela tem total, ela fica mais que eu, então quem determina quem vai fazer tal tarefa é ela, ela tem total liberdade. Eles ajudam, né?!] ajudam, ela tem total liberdade de corrigir, a Crisálida é responsável por catar coco de bob e guardar louça, o Crisálida lava o banheiro, lava a louça e cuida da roupa dele, então ela tem ... isso que já é específico de cobrar deles. E no dia que não fazem dá briga, sim isso ela tem autoridade o que ela não tem autoridade se eu disser pra eles, ' - meu filho você pode ir nessa festa e vai voltar tal hora', ela não pode interferir, 'não ele não vai!', porque as vezes ela quer, isso ela não pode, já é obrigação minha isso quem tem que determinar se ele vai a tal evento ou não sou eu, isso eu já não permito que ela faça, se eu estiver corrigindo eles, eu falando com eles, sou eu que estou falando com eles, eu não quero intervenção dela. Mas quando ela fala também você intervém? Não, eu fico do lado dela, se ela está chamando atenção porque não fez isso, não fez aquilo, ela está certa, porque ela tocou pra mim uma coisa e foi um acordo entre a gente, foi acordado aquilo dali tem que cumpri, ela que está chamando atenção, ela tem todo direito de está chamando atenção deles, eu nunca bati, as vezes ela quer que eu bata e eu não faço isso, isso também ela não interfere, não bato porque eu não sou do tipo de bater se eu pegar para bater eu bato muito, então prefiro não bater [...]. (Greta Oto, 39 anos).

Aqui é possível perceber alguns motivos que geram conflitos entre o casal, o *ciúme*, indicativo de insegurança sobre a companheira. Nesse caso se refere às amizades e ex-namoradas da companheira:

[...] Foi um, dois, três anos bem difíceis, a gente também discutia, não que brigava, mas tinha muita discussão, porque na época, ela tinha muitas amizades e que eu não gostava, até por que tinha outras pessoas que já tinha se relacionado com ela. E (ela) ficava sempre querendo tá no meio. [...] Acho que tanto o relacionamento hetero como homossexual, tudo é difícil e depois de muito tempo a gente foi conseguindo se adaptar, engolindo algumas coisas. Hoje nossa vida é maravilhosa, [...] foi difícil por essa questão, eu tive muito ciúme, [...] porque no começo sempre, é uma insegurança muito grande, porque é um universo muito desconhecido pra mim, pra ela não. Ela já tinha tido vários relacionamentos com outras

mulheres, pra mim era tudo novo, diferente e aí muita desconfiança, muito ciúme, a gente teve muitas brigas [...] (Dryas Júlia, 49 anos).

Esta entrevistada também faz uma reflexão sobre as diferenças e semelhanças de estar casada com mulher e casada com homem. Segundo ela, a diferença está no *companheirismo, amizade e compartilhamento* que tem com a companheira, bem diferente do ex-marido. A semelhança nesse relacionamento está no fato de ambos, companheira atual e ex-marido, não gostarem de ficar em casa no final de semana, segundo ela, parecem estar aprisionados e angustiados em casa. A literatura de gênero tem mostrado que tradicionalmente o espaço privado foi endereçado às mulheres e o espaço público aos homens (DA MATTA, 1997; BOURDIEU, 2004).

O que eu acho de diferença é a questão do companheirismo. Assim, eu acho, hoje, com a pessoa que eu vivo atualmente é muito maior, de dividir as coisas. Coisas que eu não fazia com meu esposo, viajar, viajar em família, viagem de férias, que não existiam no meu casamento, [...] além de ser companheira, de ser minha amiga, de contar as coisas, tudo. Com meu marido não era assim, coisas assim do trabalho, chegar conversar, [...] às vezes. Ela até pergunta, não vai me contar o que aconteceu hoje? [...]. Eu acho que a questão, assim, da amizade, da confiança na pessoa, conversar bobagens, essas coisas, eu acho que é muito melhor. Semelhanças? Não sei, assim, no meu casamento como o de hoje, assim, eu não vejo muita semelhança não. A não ser no princípio, assim a questão de não querer, de não ficar em casa. Ela, no começo, [...] final de semana, ah! Vamos passar o dia em casa, ela ficava, assim, ela se sentia angustiada, parece que tava presa. Com meu marido também tinha isso, parece que o final de semana ele já acordava, direto pro sindicato. Então eu achava isso parecido. Que eu dizia, Meu Deus, vai ficar a mesma coisa? Acordou, escuto a água do chuveiro caindo, escuto um desodorante (risos), já vai sair (risos) até hoje digo isso, é, isso daí era um trauma pra mim [...]. (Dryas Júlia, 49 anos).

Diatheria Clymena, chama atenção abaixo para o *cuidado* que tem a companheira com ela, com o seu bem estar. Esse cuidado parece ter seu elogio associado a execução de tarefas que vão além das responsabilidades esperadas para a companheira no contexto familiar, aquelas que supostamente é de responsabilidade de quem não é a provedora econômica da família ou que está no lugar do feminino, deixando implícito a presença de uma divisão sexual do trabalho em moldes tradicionais, mesmo quando executadas por mulheres, o que seriam as permanências de gênero, ao modo de Bourdieu (2004).

Pra mim é uma pessoa maravilhosa, ela me ajuda, tem as mesmas responsabilidades ou até mais que se fosse um parceiro homem. Ela trabalha, do trabalho dela pra casa. [...] Aqui é dividido, mas na verdade, ela faz mais

do que eu (tarefas domésticas), [...] ela tem muito esse cuidado comigo, às vezes ela sai e eu fico deitada, [...], mas quando eu levanto ela já lavou a louça, já encheu litro, já trocou uma coberta de cama. Quando dá no final de semana ela lava a casa, deixa tudo limpo, [...] mesmo ela trabalhando, sempre tem aquele cuidado, assim de me ajudar (Diatheria Clymena, 41 anos).

Em suma, tendo em vista as relações de gênero a partir do que se definiu aqui como Divisão Sexual do Trabalho nos relacionamentos lesboafetivos dessas mulheres e remetido também por elas aos seus relacionamentos heterossexuais, é possível inferir que há traços comuns no sentido de uma definição de tarefas/atividades estabelecidas culturalmente para homens e mulheres na família como frutos de um construto social da divisão sexual do trabalho nas relações de gênero (CONNELL, PEARSE, 2015; BOURDIEU, 2004).

Todavia, há diferenças como essas se efetivam, e como as mudanças se processam no interior desse contexto. Nos relacionamentos heterossexuais, essa atribuição de tarefas e autoridades aparecem como dada e certa de ser cumprida por homens e mulheres antes mesmo do casamento se concretizar. Nos relacionamentos lesboafetivos, essa distribuição tem um sentido de compartilhamento, acordado entre o casal no decorrer do casamento como um processo contínuo a ser ajustado pelo casal, havendo certa flexibilidade, mesmo dentro de certo estabelecimento de responsabilidades e atividades.

Esse diálogo na distribuição de responsabilidades e tarefas e a maleabilidade daí advinda, talvez se deva ao fato do casal se reconhecerem, através de suas experiências particulares, na condição de mulher num mundo de mando e autoridade masculina.

Nesse sentido, se poderia falar de certa resistência dessas mulheres ao modelo heteronormativo construindo essas diferenças em seus relacionamentos lesboafetivos, a partir da composição do próprio casal até constituição pública do que estou denominando aqui outras famílias e especificamente famílias lesboafetivas.

De modo geral minha vida hetero foi bem vazia. Por que eu acredito assim no relacionamento tem que haver cumplicidade. Eu caso com uma pessoa, ou então caso comigo mesmo e era mais ou menos assim, então eu era tudo, tomava decisões desde a cozinha até o ao portão da rua. Então, eu consegui suportar esse tempo por 3 anos, era um casamento assim, era um casamento abençoante... Mas depois eu conseguir manter ele por mais 7 anos, só de aparências, eu vivia minha vida a pessoa lá vivia a dele. [...] Crie meus filhos sozinha, dentro de uma casa com duas crianças uma de 8 (oito) e outra de 9 (nove) anos. E consegui graças a Deus educar eles, todos os dois, hoje tem 17 (dezessete) e 18 (dezoito) anos, são meu orgulho. Mas a vida de casada mesmo fui casada assim achando que era aquela coisa de novela de filme sei lá, na realidade não foi nada disso. [...] Economicamente o pai dos meninos nunca deixou faltar, até hoje se eu precisar é só ligar. Mas, assim as decisões

eu era quem tomava. Eu dizia assim: eu vou fazer isso. Eu planejava fazer, colocava em pratica e resolvia tudo. Ele não era pessoa pra dizer: Eu quero assim... Até uma tinta da casa, que eu perguntava pra ele, ele dizia: pinta do jeito que tu quiser. [...] Eu não ajudava na parte financeira porque no inicio do casamento eu trabalhava como doméstica e só depois de três anos fui trabalhar como agente comunitária de saúde (Parnassius Apollo, 41 anos).

Nos relacionamentos lesboafetivos e heterossexuais experienciados por essas mulheres, há traços em comum no sentido da presença em ambos de uma divisão sexual do trabalho, ou seja, uma definição de tarefas/atividades a serem exercidas pelo casal no contexto da família, fruto um construto social da divisão sexual do trabalho nas relações de gênero (CONNELL, PEARSE, 2015; BOURDIEU, 2004). Todavia, há diferenças de como essa distribuição de tarefas e responsabilidades se efetivam e como as mudanças que se processam no interior desse contexto.

No que se refere aos relacionamentos heterossexuais, essa atribuição de tarefas/atividades e autoridade na família geralmente aparece como dadas e certas de serem cumpridas culturalmente por homens e mulheres, antes mesmo do casamento se concretizar. Nos relacionamentos lesboafetivos, essa distribuição tem um sentido de compartilhamento, acordado entre o casal no decorrer do casamento como um processo contínuo a ser ajustado, havendo certa flexibilidade mesmo diante de certo estabelecimento de responsabilidades e atividades diferenciadas para cada pessoa que forma o casal.

Acredito que o diálogo existente entre o casal lesboafetivo na distribuição de responsabilidades e tarefas, assim como a maleabilidade daí advinda, talvez se deva ao fato dessas mulheres se reconhecerem num mundo heteronormativo na condição de mulheres, um mundo de mando e autoridade masculina.

Nesse sentido, as diferenças percebidas na divisão sexual do trabalho nesses casais lesboafetivos e até mesmo a própria constituição da família fora dos padrões heteronormativos podem ser vistas como resistências ao modelo heteronormativo construindo essas diferenças em seus relacionamentos lesboafetivos, a partir da composição do próprio casal até constituição da família lesboafetiva propriamente dita.

#### 4.2 A SEXUALIDADE EM RELACIONAMENTOS HETEROSSEXUAIS E LESBOAFETIVOS

As pessoas experienciam sua sexualidade de diferentes formas, expressando-se e deleitando-se dos desejos e prazeres corporais. Como diz Louro, [...] “o que importa aqui

considerar é que – tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade – as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas num determinado momento” (2014, p. 31).

Logo existem desafios e enfrentamentos para assimilar esse processo. É importante ressaltar que os discursos centrados em torno da sexualidade, de alguma maneira, terminam envolvendo questões relacionadas a gênero. Tanto o gênero quanto a sexualidade devem ser entendidos como constituintes da identidade humana, visto que fazem parte do comportamento, práticas e valores construídos na dinâmica dessas relações.

Ao relatarem sobre suas experiências sexuais as mulheres, sujeitas desse estudo, acabam fazendo referência não só à relação atual (lesboafetiva), mas também àquela vivida em momento anterior (heterossexual), numa espécie de contraponto mostrando não só diferenças discrepantes, mas o quanto em uma delas vivia “tosada” e insatisfeita (hetero) e na outra livre e satisfeita. A sexualidade vivenciada com mulheres, diferentemente daquela vivida com homens, é marcada por carinho, compreensão e liberdade, a exemplo do que relata Greta Oto:

É baseada de uma forma totalmente diferente de um relacionamento hétero, é uma troca de *carinho* mais intenso, a gente tem a oportunidade de falar coisas uma à outra, que em um relacionamento hétero não tem essa *liberdade*, querendo ou não o relacionamento hétero deixa a gente meio “tosado”, meio assim, incapaz de reagir em determinada situação, num relacionamento entre mulheres é totalmente diferente, principalmente na parte íntima, quando você diz para um companheiro seu, um ‘não!’ na cama, um ‘não!’ em qualquer situação [...] aquilo vira um tormento, [...] seu casamento aí já tem um inferno, ele não aceita um ‘não’. A sexualidade entre um casal hétero ela é muito mais aflorada, no ponto, assim, de traição. Em um relacionamento homo, [...] é muito mais *compreensível*, mesmo que você diz não na hora do relacionamento sexual, ‘hoje eu não quero!’ vai ter um beijo um abraço e vocês vão dormir abraçadas, em um relacionamento hétero isso jamais acontece, é no momento que você diz não para o homem, ele vira um bicho, ele se transforma (Greta Oto, 39 anos).

Greta Oto afirma que na relação sexual com mulheres o desejo aflora, se acende num simples olhar, toque ou troca de palavras entre elas. Outro aspecto considerado importante para essas mulheres é a liberdade e o despudoramento que possuem no uso do corpo para dar e receber prazer, diferentemente da experiência vivida com o marido onde praticamente estavam ausentes o desejo, o prazer e a liberdade dessas mulheres se expressarem sexualmente através do seu corpo.

É bom, é muito bom, é ótima, [...] é 100% (cem por cento) quando você faz uma coisa que você está a fim de fazer, que você tem *desejo* é bom, [...] triscou já está aceso (risos), é diferente, é verdade! Ela fala, assim, às vezes, ‘amor me dá um beijo de boa noite pra mim dormir’ eu digo, Borboleta!<sup>23</sup> um beijo não resolve, se a gente dá um beijo, a gente não para nisso, e é, se dê um beijo não para, é um relacionamento muito forte, [...] e tem isso ainda, é mais *aberto*, eu tenho *intimidade* com ela fisicamente, coisas que eu jamais faria com homem, jamais na minha vida, eu fiquei 15 (quinze) anos casada, o meu ex não conhece um terço do meu *corpo* e nunca fez isso comigo e eu nunca quis fazer com ele, o que eu faço com ela, a liberdade que eu tenho, não existe o que eu e a Borboleta não fazemos, [...] a gente faz todo tipo de experiência, qualquer tipo de curiosidade que ela tenha ou que eu tenha [...]. Eu tô falando por mim, eu não teria coragem de fazer com um homem, entendeu? [...] porque eu não tinha esse desejo e essa abertura pra que o outro me tocasse ou me fizesse sentir o que eu deixo e permito que ela faça, o que torna o sexo uma outra coisa, porque se você tem muito pudor no sexo, ele não é gostoso, não é? Então, você tem que ter essa liberdade [...], eu não tinha *liberdade* (Greta Oto, 39 anos).

Diferentemente da experiência vivida nas relações heterossexuais, em que se sentiam tosadas, limitadas, seja para o uso livre do corpo ou para recusar as práticas sexuais aos seus maridos<sup>24</sup> de tal modo que a sexualidade exercida nessa fase de suas vidas aparece como dever, obrigação (PERROT, 2003). A entrevistada justifica essa assertiva colocando que a negação por parte da mulher pode levar o homem a praticar a traição, pois segundo elas a sexualidade entre um casal hetero é muito mais a florada, fato que acaba por justificar e naturalizar, segundo os argumentos apresentados, a infidelidade masculina.

Segundo Tania Salem, “a representação nativa da sexualidade masculina pode ser, em suma, formalizada nos termos de uma *teoria sexual pulsional*”, (SALEM, 2004, p.19), logo é caracterizada por uma energia incontrolável que deve ser saciada, pois é o ‘próprio corpo que pede’, é nessa perspectiva que se justifica a ideia de descontrole sexual masculino que os levam naturalmente a “trair”, já as mulheres supostamente desenvolvem um controle maior sobre sua sexualidade (SALEM, 2004).

Salem, nos mostra com sua pesquisa que para os homens, a sexualidade feminina é auto controlável, logo se distingue da masculina, pois eles necessitam de mais sexo que a mulher. De fato, é o que eles tentam evidenciar; porém, há aspectos de suas falas que revelam o papel da modelação social em sua identidade, principalmente no que se refere a auto valorização da virilidade.

<sup>23</sup> Identificação utilizada por essa pesquisadora para nomear a companheira da entrevistada.

<sup>24</sup> Assim se opera uma construção sociocultural da feminilidade que Beauvoir (1949) disse ser feita de contenção, discrição, doçura, passividade, submissão (sempre dizer sim, jamais não), pudor e silêncio. Eis as virtudes cardeais da mulher (PERROT, 2003).

De acordo com Foucault (2004), a sexualidade é uma questão central para se compreender as relações sociais hierarquizadas e dominantes que contribuem para indicar as expressões de gênero, a conquista da liberdade, do desejo, bem como compreender novas formas de vivências afetivas e sexuais que ultrapassem a heteronorma. Diz o estudioso que

A sexualidade faz parte de nossa conduta. Ela faz parte da liberdade em nosso usufruto deste mundo. A liberdade é algo que nós mesmos criamos — ela é nossa própria criação, ou melhor, ela não é a descoberta de um aspecto secreto de nosso desejo. Nós devemos compreender que, com nossos desejos, por meio deles, instauram-se novas formas de relações, novas formas de amor e novas formas de criação. O sexo não é uma fatalidade; ele é uma possibilidade de aceder a uma vida criativa (FOUCAULT, 2004, p. 260).

Certamente, é possível pensar e viver a sexualidade de modo criativo e amplo, exercendo, assim, a tão sonhada liberdade que, segundo Foucault, é uma criação nossa, como é também o gênero. Infelizmente, por muito tempo, essas categorias foram pensadas considerando apenas o sexo masculino e feminino reforçando, dessa forma, o binarismo imposto pela heterossexualidade que estigmatiza e desvaloriza outras possibilidades de vivências sexuais e mesmo considera-las subversivas, como as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo, e como diz Toniette (1997, p.2) “reconhecer as diversas constituições e possibilidades de sexualidade, visando à aceitação e o estabelecimento de diretrizes inclusivas dessa diversidade”.

Com referência ao corpo da mulher, vale lembrar que ao longo da história ele foi identificado por seus mistérios e forças, servindo também como forma de controlar a sexualidade feminina. As mulheres, por sua vez, idealizaram outras maneiras para explicar e conhecer o próprio corpo, dando outros sentidos às representações que circulavam no meio social. Nesse sentido, Perrot (2003, p. 26) destaca que: “nosso corpo, nós mesmas: direitos do corpo, conhecimento do corpo, livre disposição do corpo na procriação e na relação amorosa”. A autora alerta também para o pesado silêncio que ainda “continua recobrando os sofrimentos do corpo da mulher no mundo”, mesmo considerando que na atualidade se vive uma revolução em relação as suas representações e descobertas.

As diferenças percebidas e sentidas por essas mulheres, sobre suas vivências sexuais, ocorrem em fases distintas de suas vidas, na primeira fase, quando estão casadas com homens são conduzidas pela normatividade heterossexual cuja construção social das sexualidades masculina e feminina está pautada nessa lógica que libera os homens e aprisiona as mulheres em sua sexualidade requisitando delas o casamento e maternidade.

Para ilustrar essa ideia de liberação e aprisionamento para mulheres e homens em relação a sexualidade, trago Roberto Damatta, com o texto “Sobre comidas e mulheres”, que de maneira criativa ilustra as relações sociais em vários aspectos, na política, na economia, na família. O autor utiliza metáforas para fazer a associação de comidas com à sexualidade, assim o ato sexual pode ser comparado com a ação de “comer”, abarcar, englobar, ingerir ou circunscrever totalmente aquilo que é (ou foi) comida” (DAMATTA, 2004, p. 33). E ainda faz a correlação da comida com a mulher, bem como faz a associação da figura feminina com a função que é destinada historicamente para as mulheres,

Assim, a mulher que põe à disposição do grupo (da família) seus serviços domésticos, seus favores sexuais e sua capacidade reprodutiva tornam-se a fonte de virtude que, na sociedade brasileira, se define de modo pastoral e santificado. É a virgem, a esposa e a mãe que reside nas casas e que jamais é comida ou poderá virar comida: presa fácil de homens que se definem como sexualmente vorazes. Ou melhor, tais mulheres podem ser comidas, mas primeiro são transformadas em noivas e esposas (DAMATTA, 2004, p. 33).

Na segunda fase, quando assumem relacionamentos com mulheres e vão viver juntas como casal, é um momento específico das suas vidas que já cumpriram o que lhes era exigido socialmente de uma mulher, é também uma fase em que despertaram e passaram a olhar para si mesmas desejando autonomia e emancipação de situações e pessoas opressoras. É, então, o momento em que vão resistir de forma mais incisiva contra o sistema opressor do machismo refletindo sobre sua condição de mulher nessa sociedade.

Nessa fase, tiram a venda dos olhos e passam a enxergar as várias direções e possibilidades de serem felizes e exercitarem sua sexualidade não só de forma prazerosa, mas de outras maneiras e com outros sujeitos. Nessa fase que se encontram desprendidas de diversas amarras, assumem o relacionamento com mulheres buscando liberdade, prazer e satisfação sexual.

A satisfação de terem relação sexual com mulheres é representada por Sapho Longwing quando ressalta não só a presença do afeto e da amizade, mas do carinho e do toque na intimidade. Ao contrário dos homens que, para ela, se comportam de forma muito mecânica, objetiva e visando à satisfação própria. A compreensão é um elemento também presente nessas relações quando afirmam a não “obrigatoriedade” de praticarem o ato sexual, quando uma das companheiras não quer, ao contrario da relação com homens que diante da recusa buscam outras mulheres para satisfazerem suas necessidades de sexo, demarcando distinções claras entre a sexualidade feminina e a sexualidade masculina.

Nesse sentido, a infidelidade aparece como prática corriqueira e natural de homens que não podem viver sem sexo, uma vontade que precisa ser satisfeita, uma necessidade que precisa ser suprida para não virar doença, diferentemente das mulheres que podem viver sem sexo, que nada acontece, como se escuta comumente no imaginário social. Por essa razão, as mulheres acabam sendo consideradas menos afeitas às práticas sexuais, como se gostassem menos de sexo, ao contrário dos homens que identificam no sexo uma fonte de dominação e exploração das mulheres.

Outro ponto comum, nas narrativas é que, na relação lesboafetiva, não existe a “obrigatoriedade” de praticar o ato sexual somente para a satisfação de outrem. Fato que se confirma no depoimento das borboletas. Mesmo apresentando esse contexto harmonioso em sua relação afetiva e sexual com as companheiras, demonstram ainda que existe hierarquia, logo é revelado certo nível de submissão, que pode ser considerada consciente e “harmoniosa”. Veja a seguir essa revelação:

Muito bom, eu acho que existe, uma diferença muito grande, diferente mesmo, [...] questão do carinho, do tocar, é tudo mais carinhoso. E o homem não, é assim, mais animal, já chega, quer pegar, não quer saber se você está com dor de cabeça, se você não quer hoje. Só chega, vem no pega e tal, só quer se satisfazer. E nosso caso não, se uma não quer, pelo menos a gente abraça cheira, adormece, não é obrigado fazer também. Mas o homem não, quer por que quer... É uma coisa muito diferente isso aí. [...] Uma diferença muito maior, por que ela é uma pessoa muito amiga. Eu não tinha o espaço de tá conversando, a gente conversa de todo tipo de assunto. [...] Eu sou uma pessoa muito calada, muito fechada, não converso muito, quando ela vem, às vezes eu falo, assim, eita mais tu fala demais (risos), [...] às vezes quando ela não fala, aí eu pergunto, o que aconteceu no serviço hoje? [...] ela conta tudo. [...] Não achei muita semelhança não. Só diferença mesmo, assim, a vida hétero... o homem é mais grosseiro, é mais individual nas coisas. [...] O homem que pode sair, que pode ir pra um lugar tal, por causa da sociedade que já é assim e a mulher não pode fazer nada. A gente faz tudo igual, eu e ela. A gente sai juntas, se eu sair, eu aviso ela, vou pra lugar tal. E eu tenho esse espaço de ir, ela me dá o espaço pra eu ir e vir. É tanto que a confiança é grande que eu vou, ela deixa, depois eu estou retornando e não tem problema. Se eu fosse fazer isso no casamento hetero era totalmente diferente, eu não poderia ir, por que eu estava adulterando alguma coisa. (Sapho Longwing, 47 anos).

Nesse relato de Sapho Longwing, também é possível perceber suas inquietações sobre as normas sociais diferenciadas para homens e mulheres ao afirmar que as permissões são geralmente endereçadas aos homens e as interdições às mulheres, ou seja, essa situação se desenvolve em função da cultura heteropatriarcalista na qual as mulheres são submetidas as vontades e ao poder masculino.

De maneira semelhante Sylphina Angel também demonstra inquietações sobre as normas sociais que aprovam as expressões públicas de afeto entre casais de sexo oposto, mas discriminam essas expressões em casais do mesmo sexo, tidas como uma espécie de imoralidade que pode deturpar o comportamento de crianças, por exemplo, devendo assim ser serem evitadas do olhar público.

[...] a gente sente falta de uma determinada coisa, que não é “física”, mas que é do tipo, você tem um namorado, você tem um relacionamento hetero, você pode sair, você pode abraçar, você pode beijar em qualquer lugar, quando é dessa forma, ainda não se pode fazer isso, se pode, mas não se deve, por conta de várias pessoas, que estão por aí, exemplo de crianças, pode não, elas sofrem um impacto muito grande com isso. Pra mim é melhor [relação lesboafetiva], eu vejo assim, a questão da mulher que tem um carinho a mais, que trata melhor. [...] Pra mim é assim, né, sentem as mesmas coisas, gostam das mesmas coisas, eu vejo assim. (Sylphina Angel, 37 anos).

O silêncio que permeia a vida das mulheres lésbicas faz parte de um silenciamento maior que recobre com densas cortinas o universo feminino em suas diversas dimensões e, nesses termos, a invisibilização de sua existência enquanto mulher lésbica parece ser menos significativa frente aos preceitos sociais, tendo em vista a relação de poder, alistado ao controle dos corpos que acabam regularizando interdições e muitas vezes intolerâncias nas relações afetivas e sexuais, como mostra Foucault (1988, p. 96), “[...] o silêncio e o segredo dão guarida ao poder, fixam suas interdições; mas também, afrouxam seus laços e dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras”.

Contudo, Sylphina Angel, garante que mesmo no silêncio surge a busca por algo mais, que vai além do físico e que caracteriza sua convivência lesboafetiva como democrática e igualitária, visto que os sentimentos e gostos convergem e que o carinho e o tratamento são bem melhores nas relações lesboafetivas, quando comparadas à relação heterossexual.

Parnassius Apollo, em seu relato, chama atenção aos padrões sociais e culturais através dos quais as mulheres foram socializadas no que diz respeito ao exercício da sua sexualidade no sentido de serem contidas, não demonstrarem prazer e não tomarem iniciativas no ato sexual, quando desobedecem esses padrões estabelecidos são tachadas de anormais, doentes, desviantes e uma série de aspectos que as desvalorizam e desqualificam. Diante das censuras sofridas recuam e se reprimem, como se pode ver abaixo:

[...] o meu ex-marido por a gente ter um relacionamento aberto, [...] eu falava pra ele tudo, não sei se isso fez ele ter medo de mim, [...] E aí eu

dizia, eu quero assim, eu gosto assim, eu queria fazer isso, daí ele ficava tipo... Mas quando dizia assim, pra mim não foi suficiente, eu quero mais, ele dizia assim, ‘tu é doente, tu é anormal, vai pro médico’. Eu fui me autocensurando e me evitando. Então eu não tinha mais aquele desejo, de ir atrás do prazer sexual em si. [...] a mulher gosta de saber se tá bom, se tá ruim, quando ela gosta, é a melhor coisa que tem, [...] eu digo pra ela que eu quero assim, ou então, se eu digo, assim não tá bom, não é desse jeito, ela tá conhecendo o meu corpo, o meu gostar, e a gente vai descobrindo. E eu só te digo uma coisa cada relação é única, não tem aquela de hoje é A, amanhã é A, não tudo é única. Às vezes você estar com a pessoa ali naquele seu momento, só o fato de você está... um carinho, assim, diferente, você sente prazer, não precisa ser necessariamente sexual, mas aquela forma de carinho, de amor, coisa que o homem não tem. O homem quando ele está com uma mulher, a primeira coisa que ele quer é só se satisfazer e tá bom, acabou. Ele não quer saber se ela ficou bem, ficou satisfeita, se machucou, não quer não. E a mulher, se a mulher for falar alguma coisa, a mulher lésbica, se foi bom ela quer fazer melhor, se foi ruim, foi ruim mesmo, [...] (Parnassius Apollo, 41 anos).

Quando Parnassius Apollo fala do relacionamento com mulheres, externa a presença de liberdade para conversar com a parceira sobre como deve ser ou não praticada a relação sexual de buscar descobrir o corpo da outra a fim de se proporcionarem prazer. Nesse sentido, as mulheres são bem diferentes dos homens, elas se preocupam com o bem estar da outra, enquanto os homens só querem se satisfazer sem se preocupar se a mulher ficou satisfeita. Observa-se aqui que os adjetivos nominados por essas mulheres a elas mesmas em oposição aos adjetivos nominados aos homens, acabam colocando-os em bloco, as mulheres, de um lado, como sensíveis, compreensivas e afetuosas nos relacionamentos conjugais, e no outro, homens incompreensíveis, frios, insensíveis, o que, de certa forma, acaba essencializando-os.

Ponto em comum dos dois é que eu continuo sendo a mesma pessoa, assim, entre aspas, a chefe, o dono da casa, o pai da casa, a mulher da casa. A diferença está na afetividade mesmo, o homem é totalmente diferente, é o oposto da mulher. Mas, essa mulher que eu estou agora, por que a outra era pior do que homem. O relacionamento com mulher é mais o meu tipo [...]. Eu já procurei saber se eu sou ninfomaníaca. Meu desejo sexual é pra o mês inteiro, [...]. E falar em sexo pra mim é um assunto tão... [...] Encaro com muita naturalidade a questão do corpo, da sexualidade. Eu gosto de sexo, mas não só por fazer, eu gosto do prazer. [...] vou curtir minha vida, [...] consegui me aceitar do jeito que eu sou, de fazer o que eu gosto. Se eu não for fazer o que eu gosto, aprendi uma coisa, [...] a gente faz, mas em primeiro lugar faz o que você gosta. Posso não ter muita coisa, mas tenho tudo que eu quero (Parnassius Apollo, 41 anos).

Parnassius Apollo destaca que ela continua a mesma pessoa, com as mesmas funções que exercia no seu casamento hétero, mas agora é diferente porque conseguiu se aceitar do jeito que é, de fazer o que gosta e de aceitar seu corpo e a sua sexualidade como natural. Esta

entrevistada ainda traz à tona a intensidade do seu desejo sexual, a ponto de procurar saber se é ninfomaniaca, o que propicia direcionar a reflexão para a “mística da supremacia vitoriosa da pulsão sexual masculina, qual seja, o pênis-de-vida-própria” (RICH, 1993, p. 32), que, segundo a autora, repousa na supremacia do direito sexual masculino sobre às mulheres, o que, talvez, justifique a submissão, a prostituição, aqui entendida não como mercadoria “venda do corpo”, mas como a realização do ato sexual sem vontade, somente para a satisfação do homem, levando a entender que a mulher não pode apresentar “atitude” quando o assunto é o exercício da sexualidade.

As mulheres aprendem a aceitar como natural a inevitabilidade dessa “pulsão” porque elas a recebem como um dogma. Assim, temos o estupro marital. Assim, temos a mulher japonesa que resignadamente arruma a mala de seu marido para que ele viaje um final de semana para os bordéis kisaen de Taiwan. Assim, temos a desproporção econômica e também psicológica de poder entre marido e mulher, entre empregador masculino e a mulher trabalhadora, entre pai e filha, entre professor e aluna. (RICH, 1993, p. 32)

A respeito dessa obrigatoriedade e sujeição das mulheres, é possível evidenciar que a heterossexualidade, concebida como regime político que administra os corpos fazendo dessa maneira o gerenciamento da vida, com a perspectiva de a produzir a normalidade, a produzir corpos heteros. Todavia, é possível romper com o padrão que normaliza vidas, pois, o corpo é múltiplo e plástico, e apresenta uma pluralidade de expressões que não podem se reduzir ao masculino e feminino.

De acordo com esse contexto, Sena (2004), aponta que,

[...] as experiências e conhecimentos diferentes das perspectivas hegemônicas inscrevem-se dentro da anormalidade e da incoerência, negando as diversas possibilidades de ser, de estar da realidade e, sobretudo, negando o potencial criativo e plural de homens e mulheres (SENA, 2004, p. 29-30).

Por essa razão, as instituições e os sujeitos, sob pressão de modelos e de práticas sociais aceitáveis nas diversas esferas, sofrem influência na construção das identidades de homens e mulheres.

Assim, considerando essa ressignificação de sentimentos que se materializam nos corpos que experienciam outras formas de viver a sexualidade, é relevante destacar o pensamento de Foucault, ao afirmar ser a sexualidade um dispositivo histórico que se desenvolve em forma de rede, “em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos

prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas estratégias de saber e de poder” (FOUCAULT, 1988, p. 116-117).

Por esse viés, fica evidente que a sexualidade é, portanto, uma invenção produzida por meio de múltiplos discursos e práticas sociais que regulam, instauram e normatizam os sujeitos e, muitas vezes, afirmam uma única e legítima forma de viver a sexualidade, ou seja, a heterossexualidade (LOURO, 2014).

Diatheria Clymena é outra que destaca que a vivência de um relacionamento lesboafetivo é bem melhor do que os relacionamentos heterossexuais visto que naqueles há uma valorização do compartilhamento e da confiabilidade entre o casal, considerando ser esse um diferencial.

Quando a gente quer sair pra jantar a gente vai junto, quando a gente quer ir pra uma festinha, a gente vai junto, quando é um almoço de família na casa dela, a gente vai junto, quando é na minha casa também, até hoje eu nunca soube que ela fosse infiel, até hoje eu não tenho motivo nenhum pra desconfiar, embora ela seja muito ciumenta, aí tem ciúme! (risos), eu acho que esse é um dos motivos pelo qual sou fiel ainda, pense numa mulher! Mas também é uma pessoa que não deixa a desejar, é uma pessoa carinhosa, que cuida bem de mim, é uma pessoa, assim, pra todos os momentos [...]. Um relacionamento com mulher a gente se entende melhor, mulher é mais compreensiva, [...] a gente conversa mais, tem mais diálogo, é mais carinhosa. No meu outro relacionamento não, por que homem, não todos, mas tem uns que, Ó senhor! Igual a um... As responsabilidades, e aquela coisa, assim de você dizer, por que no caso, tem pessoas que pensam assim, ah! eu não vou morar com mulher por que eu não vou ter um futuro, eu não vou ter uma segurança, no meu caso não, por que se eu podia ter alguma coisa com ele, com ela eu tenho muito mais. Pra mim mudou pra melhor, do meu casamento com pais das meninas, pra ela mudou pra melhor (Diatheria Clymena, 41 anos).

Diatheria Clymena apresenta relatos de vivências que expõem situações de diálogo, confiança, compreensão e cumplicidade, condições estas que, para ela, “visivelmente”, não seria possível em relacionamentos heteros, e que superaram as expectativas pessimistas concebida por outras pessoas.

#### 4.3 ENTRE ELAS: METAMORFOSEANDO SENTIMENTOS E VIVÊNCIAS SEXUAIS

As informações descritas neste tópico corroboram para uma reflexão sobre o papel privilegiado que a sexualidade tem na produção do discurso de verdade sobre o sexo e consequentemente sobre o eu, de forma que se produz um “dispositivo de aliança”, que,

segundo Foucault (1988), objetiva dentre outros aspectos o da reprodução da trama que enreda as relações, visando assim à manutenção da lei que a conduz, uma vez que esse dispositivo “[...] se estrutura em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito” (FOUCAULT, 1988, p. 117).

Mott (1987), lembra que a história revela que as mulheres lésbicas enfrentam uma política do esquecimento e do silêncio sobre a diversidade das relações humanas, principalmente no que tange às relações sexuais, invariavelmente, a sua voz silenciada e sua existência invisibilizada pela sociedade, como se as mulheres de modo geral, sejam elas lésbicas ou não, não tivessem uma história que fizessem jus a ser registrada nos anais do tempo, um presente a viver com dignidade e o exercício da plenitude de sua cidadania, bem como um futuro melhor a ser reivindicado.

Deste modo, buscando refletir sobre a descoberta do desejo afetivo e sexual entre mulheres, seus sentimentos e reações, para que dessa forma possamos entender como se processam as atitudes em torno da (in)visibilidade dos relacionamentos sexuais e afetivos entre mulheres, bem como a *aceitação, a revelação ou a manutenção do “segredo”* de “novas” identidades de gênero e sexual, destaco, a seguir, alguns trechos das falas das entrevistadas que evidenciam as particularidades dessa descoberta.

O conflito na aceitação de um “novo” sentimento é exposto por Greta Oto ao relatar quando passou a sentir algo diferente por uma amiga. Inicialmente não aceitou, estranhou, ficou confusa achando que tinha enlouquecido, que era anormal. GUATTARI e ROLNIK (1996, p.43) apontam que na sociedade, há sempre a ideia de que todo aquele que foge aos padrões é um ser anormal “[...] você é uma mulher, de tal idade e de tal classe, é preciso que você se conforme a tais limites. Se você não estiver dentro destes limites, ou você é delinquente ou você é louca”.

Foi um susto muito grande. Foi muito aos poucos, não foi uma coisa de uma hora para outra, começou com uma amizade, essa amizade transformou, foi depois de um ano de amizade com essa pessoa que eu descobri que teria alguma coisa a mais que a amizade. Não poderia ser só amizade e foi difícil, um choque pra mim, eu fiquei pensando que eu estava ficando louca que aquilo não era normal, que não poderia acontecer. Ficava pensando no meu casamento, embora o casamento infeliz, o casamento tem que ser completo, ele tem que ter tudo e eu sentia que faltava alguma coisa (Greta Oto, 39 anos).

Greta Oto admite que em seu casamento faltava algo e era infeliz, contudo, mesmo apresentando alguns motivos para justificar o aparecimento desse novo sentimento por outra

pessoa, ainda assim se sente culpada. Essa atitude negativa em relação à ressignificação da amizade se dá, simplesmente, porque era por uma mulher, provavelmente, se fosse pelo sexo oposto não teria causado tanto impacto. O que perpassa a ideia de loucura e de anormalidade aqui talvez seja fruto de uma construção histórica e social que atribuiu à figura do homossexual características vinculadas à ideia de criminosos ou pecado, indicando a esses sujeitos a punição e repressão.

Partindo do princípio dessa negação e da dificuldade que essa mulher sente em aceitar o “novo” sentimento afetivo e sexual por mulheres, é que confirma o esforço de muitos autores em não invisibilizar e muito menos ignorar a sexualidade feminina. Assim, na percepção de Perrot (2005)

Homens e Mulheres são identificados por seu sexo; em particular as mulheres são condenadas a ele, ancorados em seus corpos de mulheres chegando até a ser prisioneiras deles. [...] Esta naturalização das mulheres, presas aos seus corpos, a sua função reprodutora materna e doméstica, e excluídas da cidadania política em nome desta mesma identidade, traz uma base biológica ao discurso paralelo e simultâneo da unidade social (PERROT, 2005, p. 470).

Confirmando essa assertiva da naturalização do aprisionamento da mulher em seus corpos em virtude da identificação do sexo, Sylphina Angel, diz que, embora a atração física e o desejo por mulheres aparecessem na adolescência, ela deixou morrer, sucumbir para cumprir assim a sua “função”, então casou e logo pariu dois filhos. A situação toma outro rumo somente depois de descobrir que o marido estava lhe traindo, e quando uma amiga se declara apaixonada por ela. Então ela deixa aquele desejo aflorar, reviver, mas ainda com restrições, e culpa, principalmente pela forte influencia religiosa, contudo a vida toma o seu curso e se encarrega de ajudá-la a entender e aceitar a sua “nova” existência, a lesboafetiva.

[...] Eu creio que desde pequena sinto esse *desejo*, mas já só depois de grande já, de adulta já, com 31 (trinta) anos é que eu tive a primeira relação né... Como eu falei, pra mim primeiro impacto, foi desastroso assim, eu me sentia muito *culpada* daquilo que eu estava fazendo [...] Tive um namorado, mas tipo assim, aquela coisa muito superficial, de tá se olhando na Igreja. Depois tive um segundo namorado. Passamos um período grande de 8 (oito) anos namorando [...]. E eu sentia, deixava aquilo incutido, mas eu sentia atração física por pessoas do mesmo sexo, no caso por mulheres, só que eu deixava aquilo dentro de mim, morrer, sucumbir. E então, eu casei, com dois meses de casada eu já estava grávida [...] depois de um ano [...] eu já estava grávida de dois meses, do segundo filho, uma filha. Então, quando meus filhos tinham uns seis, sete anos, eu fui a uma festa e uma pessoa deu em cima de mim e disse que queria ficar comigo, e eu achei aquilo fora do

limite. Eu pensei nossa isso não pode estar acontecendo comigo! Eu me via uma pessoa religiosa, mãe de dois filhos, casada, mãe, esposa, essa coisa toda. Então quando eu me deparei com essa realidade, que tava muito perto, e soube do que tava sendo feito pra mim, aí eu fiquei, poxa eu estou sendo traída. [...] Passei um determinado tempo, [...] dei uma carona pra um determinado grupo de amigos, todos homossexuais, eram de três meninas e um rapaz e a gente parou em um barzinho, e a pessoa quando desceu todo mundo, a pessoa foi e me atacou, me deu um beijo, eu me senti, assim, de impacto, a pior pessoa do mundo, eu queria... Parece que o chão tinha aberto na minha frente, e sei lá, e eu tivesse caído. [...]. Então, depois dessa primeira relação minha com uma mulher, aí é que parece que rasgou o mundo no meio, pensei que eu não ia mais sobreviver aquela situação, eu me senti impactada demais, mas aí foi passando [...] (Sylphina Angel, 37 anos).

Rich (1999) lembra que no contexto político da discussão feminista sobre a lesbianidade, a temática da invisibilidade social é colocada em pauta a partir da denúncia sobre o sistema da heterossexualidade compulsória. Nesse sentido, a autora busca desconstruir a ideia da existência de uma orientação heterossexual natural para as mulheres, argumentando que tal premissa consiste na criação de uma “instituição política” basilar que legitima a dominação masculina.

Portanto, seguindo as reflexões de Rich (1999), acredita-se que a existência lésbica deve ser utilizada como uma forma de enfrentamento da norma heterossexual que invisibiliza duplamente a mulher lésbica. Nesses termos, a experiência lésbica analisada via heterossexualidade compulsória, é entendida através de “uma escala que parte do desviante ao odioso ou a ser simplesmente apresentada como invisível” (RICH, 1993, p.21), como é possível perceber nos depoimentos aqui transcritos.

Nesse contexto, convém enfatizar a complexidade das relações de gêneros. Direciona-se um olhar para as múltiplas dimensões que agem na construção da identidade de gênero do sujeito: a) dimensão simbólica – que traz representações sobre a mulher, podendo ser exemplificada simbolicamente por meio da imagem de Eva e Maria; b) dimensão normativa – que dá significado aos símbolos, expressados nos princípios da religião, educação, ciência, política e jurídica, instituindo uma oposição entre o masculino e o feminino; c) dimensão organizacional – que cria uma aparente continuação na representação dos gêneros, reforçada pelas instituições; e d) dimensão subjetiva – que garante a identidade de gênero, com a inclusão de valores, símbolos e normas, edificadas e validadas por meio das instituições sociais. Essas dimensões dinâmicas se relacionam de acordo com a conjuntura histórica, principalmente com o desenvolvimento das relações de poder vivenciadas e instituídas pela própria sociedade (SCOTT, 1995, ANDRADE, 2013).

Convém destacar que o movimento contraditório que direciona a uma “nova” identidade ou a uma síntese identitária (falando dialeticamente) não é indolor ou sem marcas, tendo em vista que, desde sempre, para que se possa viver socialmente, ainda predominam os valores de uma sociedade hierarquizada, onde as mulheres são “naturalmente” direcionadas a viverem de acordo com o sistema heterossexual, mesmo que essa atitude as exclua do exercício político de sua cidadania em nome desta mesma identidade que as visibiliza (PERROT, 2005).

Outra importante característica apontada na formação de casais de mulheres ocorre, a princípio, pela potencialização do cuidado e atenção direcionado à “amiga”. Nesse caminho se percebe uma conexão entre amizade, que passa também a se vincular às práticas afetivas e sexuais. O investimento emocional na relação de amizade conota uma estreita ligação com o sexo, como constatado a seguir:

[...], eu gostava da companhia, de andar, por que meu marido saía, ou tava no sindicato e ela tava mais disponível, a gente ia pra todo lugar. Assim, mas não acontecia nada, só amizade. [...] A gente se apaixonou. Eu ainda tentei desistir algumas vezes, não foi uma só vez. [...] A gente se afastou e eu acho que foi a partir desse momento que se afastou, que a gente percebeu que a gente estava se gostando, começou a sentir falta uma da outra. Foi pior. Pior não, melhor, não sei [...]. Ficava me questionando o tempo todo. E pra mim o momento que eu comecei aconteceu alguma coisa, eu ainda não considerava isso como traição, eu não tava traindo, aquilo era uma brincadeira, era uma coisa entre amiga, por que essa pessoa já era minha amiga, que era uma brincadeira que ia acabar ali, uma coisa que aconteceu, mas que não era nada sério [...] (Dryas Júlia, 49 anos).

Os argumentos de Dryas Júlia mostram que o fato da atual companheira se “disponibilizar” no início da amizade, dando-lhe atenção e fazendo-lhe companhia na ausência do marido, ocasionou o estreitamento dos laços de amizade entre elas e, posteriormente, transformou-se em paixão, mas até este sentimento evoluir surgiram alguns conflitos que a levaram ao afastamento da amiga, como está evidente em sua fala “ficava me questionando o tempo todo”. Assim, a distância teve um efeito contrário, pois fez com que ambas percebessem que estavam sentindo falta uma da outra e que estavam apaixonadas. Percebemos que “o sentimento amoroso é tido, ao mesmo tempo, como um aprofundamento da afinidade psicológica que a amizade encerra e como uma condição emocional distinta pelo fato de incluir relacionamento sexual” (Heilborn, 1992, p. 299).

No entanto, mesmo depois da consumação do ato sexual, ela considerava que “aquilo era uma brincadeira, era uma coisa entre amiga” e não considerou como traição. Entende-se a

partir da argumentação de Dryas Júlia, que o fato dela achar que não traiu o seu cônjuge talvez seja porque acreditava que era algo passageiro, uma brincadeira entre amigas, ou pelo simples fato de ter se relacionado com outra mulher e não com o sexo masculino.

Na narrativa abaixo, Dryas Júlia distingue seu relacionamento hétero do lesboafetivo, apontando momentos em que passou a recusar relacionar-se sexualmente com o esposo, deixando que o novo sentimento aflorasse momento em que passou a valorizar e apreciar a dimensão sexual e erótica na parceira feminina, à medida que a relação sexual lhe proporcionou sentir um tipo de prazer diferente e melhor.

A primeira vez que aconteceu, foi prazer que eu senti, porque eu não sentia mais, eu acho que na realidade eu nunca senti com meu esposo, né, então foi assim, diferente. Muito diferente e muito melhor, queria de novo, por que era bom, uma coisa que eu nunca tinha sentido, a parte sexual assim, eu não, se eu senti foi pouquíssimas vezes prazer mesmo com meu esposo. Mas não que passasse pela minha cabeça que eu queria fazer sexo com mulher, não era por isso, eu não me questionava, [...] quando aconteceu, que a gente foi se envolvendo, aí sim, a partir desse momento eu comecei a não querer mais a ficar com ele, por que era bom só com a outra pessoa, [...] eu comecei assim, sentir saudade dessa pessoa, comecei a sentir desejo também. Eu não sei se já sentia e deixei aflorar, depois disso, [...] agora, assim já tinha acontecido brincadeiras, que a gente era um grupo, que a gente estudava, as vezes bebia, as vezes aconteceu beijo, mas assim na brincadeira, questão de sexo, de pensar nunca aconteceu isso, sentimento de nada. (Dryas Júlia, 49 anos).

Esta fala evidencia o esforço em fazer a resignificação de sentimentos como a amizade, que, de maneira singular, termina por impulsionar nos corpos o afloramento do desejo sexual entre elas. Assim sendo, as expressões físicas de amizade e de afeto entre mulheres são corriqueiramente concretizadas dentro e fora do espaço privado, quase sempre sem restrições, em situações sociais diversas.

#### 4.4 ENTRE O SEGREDO E A REVELAÇÃO: EU NÃO SOU LÉSBICA! “EU GOSTO DE VOCÊ”!

Em termos gerais, há certa preocupação das entrevistadas em (in)visibilizar, em determinadas circunstâncias, sua identidade e orientação sexual, porém, isso não se constitui uma recusa dessas mulheres em aceitar sua referência identitária, pois, em termos individuais, ao analisar as narrativas acerca da trajetória sexual e afetiva, é possível acomodar determinados elementos que podem servir de base para a elaboração de discursos identitários.

Os recortes destacados das falas oferecem subsídios que levam a refletir acerca da forma como a sociedade ocidental dá sentido às questões relacionadas à sexualidade, em especial à lesbianidade. É possível observar algumas especificidades apresentadas por essas mulheres a respeito da auto identificação como mulheres lésbicas.

Um primeiro elemento a ser destacado é a elaboração de uma narrativa que dá sentido às experiências afetivas e sexuais com mulheres, a princípio existe a negação, como é o caso de Dryas Júlia que, categoricamente, diz “Eu não gosto de mulher”. A princípio faz alusão à sua aparência, pois segundo ela, não tem características masculinizadas, e logo em seguida reforça, nunca olhou para uma mulher com desejo. Nesse sentido, não se trata simplesmente de reforçar o estigma que recai sobre as mulheres masculinizadas e sim sinalizar que uma das formas de fugir desse estereótipo é por meio da camuflagem de suas preferências sexuais.

Não. Na realidade a gente sempre conversa, mas porque você ficou comigo? Meu Deus, porque eu não tenho perfil. Geralmente tem o perfil, de você olhar, aquela ali gosta de mulher, [...] que é meio masculinizado, que não é feminina, que não gosta de certas coisas, eu não sei, [...] eu nunca tive isso em relação a outra mulher, nunca até hoje. Eu não gosto de mulher, por que só foi com ela. Nunca fui de olhar, assim, pra uma mulher, em paquerar, desejar outra mulher [...] É o meu pensamento, quando a gente conversa, eu acho que eu não me relacionaria com outra mulher (Dryas Júlia, 49 anos).

Nesse sentido, Louro (2001) chama atenção em seus trabalhos, para a necessidade que a sociedade tem em marcar o outro, o diferente, em relação ao sujeito que se enquadra na norma historicamente constituída e aceita pela sociedade, o homem, branco, heterossexual, de classe média. Seguindo os argumentos de Louro, “[...] desta forma, as mulheres são descritas como “o segundo sexo” e os gays e lésbicas como desviantes das normas sociais” (LOURO, 2001, p.16). Adotando esse pensamento é possível entender o porquê da maioria das mulheres entrevistadas não revelarem explicitamente sua orientação sexual, como afirmado por Dryas Júlia e Sapho Longwing nos depoimentos abaixo:

Essa questão de revelação, para meus pais nunca aconteceu assim, de chegar e falar pra eles, [...] nem pro meus filhos também, de dizer olha a partir de hoje, tenho uma companheira, [...] na realidade não sei, nem se já cheguei pra mim, de eu assim chegar e botar na minha cabeça, eu sou lésbica, eu nunca... Acho que nem pra mim teve essa revelação. As coisas foram acontecendo e eu fui deixando acontecer, [...] aliás eu nunca cheguei pra ninguém pra dizer [...] (Dryas Júlia, 49 anos).

Com meus pais, a gente nunca chegou a falar sobre isso. [...] por que eles morreram logo. Eles não tiveram essa certeza. Então eu só convivia com uma tia minha. Eu nunca conversei nem com minha filha. A gente nunca deu, assim esse espaço de falar. [...] O ex-marido sabe, [...] eu já estava com ela, aí ele chegou a perguntar pra mim, aí eu confessei, contei tudo pra ele [...] Aí ele disse ‘poxa eu fui burro, perdi!, [...] fica falando que ‘a culpa era dele’. E hoje ele é amigo dela (Sapho Longwing, 47 anos).

Embora se tenha a compreensão de que a sexualidade se processa na vida das pessoas de maneira dinâmica e de modos específicos, ela orienta a forma como o indivíduo dá significado à experiência particular. Sapho Longwing traz implícita uma concepção essencialista da sexualidade no momento em que assinala a existência de algo a ser confessado e que é também reforçado por Dryas Júlia, quando esta apresenta uma verdade que não foi revelada e que precisa ser trazida à tona, admitida, de forma a se inscrever como sujeito de uma substância totalizadora da sua sexualidade. Em contrapartida, Sapho Longwing, admite sua aceitação de identidade lesboafetiva de forma consciente.

Sim. Eu tiro assim, pelo meu jeito de ter atração realmente por mulheres e já ela, acho que não tem, né! Eu falo brincando às vezes com ela, dizendo que ela é lésbica, ela diz que não é, ela diz, ‘eu gosto de você’. [...] eu acho que meu lado é diferente, por que, eu sinto atração, realmente por mulher (Sapho Longwing, 47 anos).

Louro (2013) destaca que o nosso corpo estabelece na matriz que ancora as nossas marcas identidárias, de tal modo que “[...] as memórias e as práticas atuais podem contar da produção dos corpos e da construção de uma linguagem da sexualidade; elas nos apontam as estratégias e as táticas hoje institucionalizadas das identidades sexuais e de gênero” (LOURO, 2013, p. 30). A referida autora mostra como a pedagogia da sexualidade atua na legitimação de determinadas identidades e práticas sexuais, bem como na repressão e marginalização de outras, fruto do poder exercido pelas instituições na construção dessas e de outras identidades. Nesse contexto, vale lembrar o poder que a confissão, adquire na vida dos sujeitos na sociedade Ocidental, torna-se a “mãe-do-corpo”, que passou a reger até os dias atuais a produção da verdade sobre o sexo (MEINERZ, 2005).

Corroborando com essa premissa Foucault (1988) diz que,

A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, na esfera mais cotidiana e nos ritos mais solenes; confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; emprega-se a maior

exatidão para dizer o mais difícil de ser dito; confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem, com o que se produzem livros. Confessa-se - ou se é forçado a confessar. Quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arrancam-na ao corpo (FOUCAULT, 1988, p. 67-68).

Baseada nas reflexões do referido estudioso, é pertinente inferir que a partir da difusão e utilização da confissão, foi organizada uma espécie de arquivo no qual eram registrados progressivamente todos os prazeres do sexo. É através dessa *scientia sexualis*<sup>25</sup> que se estabelece “[...] o processo de racionalização e consequente sutilização do controle social sobre os indivíduos, que anteriormente estava sob a responsabilidade do dispositivo da aliança<sup>26</sup>” (MEINERZ, 2005, p. 20).

Parnassius Apollo, evidencia em sua fala traços relacionados ao sistema de regras que impõem condutas consideradas lícitas ou ilícitas pela sociedade, e que conduz a construção de representações identidárias, como pode ser visto a seguir:

Assim, lésbica no ditado, de falar o nome lésbica, acho esse nome horrível, acho feio. Eu gosto de dizer assim, gay. Me identifico como gay. Mas, você ver diferença em ser lésbica e ser gay? Não, é só da palavra, assim que eu não gosto, mas hoje me identifico, assim eu não consigo me ver de outra forma, eu falo é muito, por que se um dia tivesse que voltar a viver com homem, eu acho que ia ser uma tortura pra mim (Parnassius Apollo, 41 anos).

Desse modo, mesmo levando em consideração que Parnassius Apollo se relaciona afetiva e sexualmente com mulheres, afirma que, “eu não consigo me ver de outra forma”, logo, reforça que seria uma tortura “voltar a viver com homem”, no entanto questiona a palavra lésbica, de tal modo que afirma se identificar como gay. Essa reflexão remete ao poder da linguagem e da diversidade de sentidos que fazem parte da construção e da auto identificação dos sujeitos.

<sup>25</sup> Quando Foucault se refere à *Scientia Sexualis*, evidencia que essa produção de verdade, mesmo intimidada pelo modelo científico, talvez tenha multiplicado, intensificado e até criado seus prazeres intrínsecos. Diz-se, frequentemente, que não fomos capazes de imaginar novos prazeres. Pelo menos, inventamos um outro prazer: o prazer da verdade do prazer, prazer de sabê-la, exibi-la, descobri-la, de fascinar-se ao vê-la, dizê-la, cativar e capturar os outros através dela, de confiá-la secretamente, desalojá-la por meio de astúcia; prazer específico do discurso verdadeiro sobre o prazer (FOUCAULT, 1988, p. 80-81).

<sup>26</sup> O dispositivo de aliança se estrutura em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito; o dispositivo de sexualidade funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. O dispositivo de aliança conta, entre seus objetivos principais, o de reproduzir a trama de relações e manter a lei que as rege (FOUCAULT, 1988, p. 117).

No relato de Parnassius Apollo existem evidências que sugerem, ao mesmo tempo, que tal identificação é histórica e culturalmente construída e específica do modelo de socialização ao qual o sujeito está inserido. Seguindo esse raciocínio, Weeks (2013) coloca que as identidades são acionadas e selecionadas de um grande número de identidades sociais possíveis, elas não são atributos necessários de impulsos ou desejos sexuais particulares e não são partes essenciais de nossa personalidade. Estamos cada vez mais conscientes de que a sexualidade é tanto um produto da linguagem e da cultura, como da natureza. Contudo, fazemos um esforço constante para fixá-las e estabilizá-las, para dizer quem somos, ao falar a respeito de nosso sexo (WEEKS, 2013, p. 69).

Analisando esse variado contexto, Rich (1993) fala da necessidade de incluir as lésbicas como versão feminina da homossexualidade masculina, pois isso reforçaria a destituída existência política dessas mulheres. Nessa discussão “[...] equacionar a existência lésbica com a homossexualidade masculina, por serem as duas estigmatizadas, é o mesmo que apagar a realidade feminina mais uma vez” (RICH, 1993, p. 36).

Conforme o discurso de Diatheria Clymena, é perceptível o esforço em demonstrar que nunca havia sentido nenhuma atração por mulheres, até a separação do marido com quem teve duas filhas. Ela apresenta outro elemento importante a respeito da descoberta desse sentimento, ao afirmar ter ficado assustada, foi uma realidade difícil de aceitar, pois ainda permeava a dúvida, pois segundo ela, pode ocorrer aquele impulso momentâneo, , entretanto esse argumento não pode ser relacionando à sua experiência sexual com pessoas do mesmo sexo, pois, mesmo ela confidenciando que voltou a ter relacionamentos com homens, mas enfim decidiu assumir sua sexualidade lesbiana e construir sua vida seguindo outros princípios sexuais.

Comecei a me envolver aos poucos, quando eu me dei conta já tinha me envolvido com pessoa do mesmo sexo. No início fiquei assustada, como é que foi acontecer isso comigo e tal, por que, não passa pela cabeça da gente, na minha pelo menos não passava, chegar a me envolver, não. Nenhuma atração, nada que pudesse me levar a imaginar que um dia iria me ver com uma pessoa do mesmo sexo. Eu fui descobrindo isso depois. E depois já foi uns 2 anos depois de eu separada [...] No início é muito difícil. Até por que, quando a gente se descobre, assim, a gente fica na dúvida, por que acontece de você se envolver e ser só aquela vez, só aquele impulso e não é aquilo ali que você quer pra sua vida. Entendeu? Mas, aí, depois eu fui vendo, não, é isso aqui que eu quero pra minha vida, então, eu vou assumir, construir minha vida, é assim que vai dar certo (Diatheria Clymena, 41 anos).

Em geral, os depoimentos revelam algumas questões relativas à identidade sexual, cujo principal ponto de partida é a noção de *segredo e revelação*, em relação à orientação sexual. O *coming out*, que foi traduzido e difundido no contexto brasileiro como “sair do armário”, remete a pensar no ato de “se revelar” ao outro ou a outros a respeito da preferência sexual, logo vem o prenúncio da ideia de “se descobrir” e posteriormente de “se assumir”, frente às “novas” práticas sexuais, sentimento este externado por Diatheria Clymena como medo em relação à aceitação da sua nova identidade perante a sociedade e à família.

[...] ficava com medo da reação da minha família, comecei a me envolver sem que as pessoas percebessem, aí depois eu fui vendo que era aquilo que eu queria pra minha vida [...] Então, se é isso que eu quero, eu não vou ter como viver uma vida de aparências. Então, cheguei pra minha família, falei com meu pai, com minha mãe, as meninas ainda eram pequenas. A minha mãe [...] ela disse se é isso que você quer pra sua vida, se você acha que vai ser feliz assim, tudo bem, mas, quero que você saiba, que você esteja ciente, que vai ter que enfrentar muito coisa pela frente, por que não é fácil. Meu Pai ficou zangado, por que não é certo e tal, aquela coisa de pai, porque pai é mais né, mas aí ele foi indo, aceitou. Aí com 22 (vinte e dois) anos me assumi mesmo, de fato mesmo, real mesmo [...] (Diatheria Clymena, 41 anos).

A respeito da incerteza da aceitação dessa nova identidade sexual, descrito por Greta Oto, Guacira Louro expõe que “[...] para aqueles e aquelas que se reconhecem nesse lugar, “assumir” a condição de homossexual ou de bissexual é um ato político e, nas atuais condições, um ato que ainda pode cobrar o alto preço da estigmatização” (LOURO, 2013, p. 30).

[...] eu demorei muito a assumir, a assumir não, a me descobrir, porque eu fui criada em um mundo católico, em um mundo familiar, minha família nem se separar se separava, então, eu fui mudada pela sociedade, se eu tivesse morando em Minas até hoje, lá onde eu fui criada em uma cidadezinha de dez mil habitantes, tu acha que eu teria saído da caixinha? Nunca! [...] (Greta Oto, 39 anos).

Portanto, com base nas falas de Greta Oto, pode-se concordar com a afirmação de Weeks quando convida que se repense as identidades sexuais num contexto mais amplo, pois essas identidades apresentam um caráter ambíguo, mesmo considerando que para alguns perpassa “um sentimento de unidade pessoal, de localização social e, até mesmo, de comprometimento político” (WEEKS, 2013, p. 69). Entretanto adverte que:

Não são muitas as pessoas que podemos ouvir afirmando "eu sou heterossexual", porque esse é o grande pressuposto. Mas dizer "eu sou gay" ou "eu sou lésbica" significa fazer uma declaração sobre pertencimento, significa assumir uma posição específica em relação aos códigos sociais dominantes (WEEKS, 2013, p. 69).

Considerando as estratégias de camuflagem da “nova” orientação sexual, Navaro-Swain (2000, p. 63), sinaliza que “assim, as saídas do armário (*out of the closet*) tornaram-se mais frequentes, mais explícitas”, no entanto “há uma frágil tolerância social quanto às escolhas individuais, cujo horizonte se expande ou se reduz sem cessar”, como pode ser constatado nos recortes apresentados por Greta Oto.

Sabe... todo mundo sabe, eu nunca falei pra eles, né? Partiu deles pra mim. Os meus filhos foram natural, né? Sim, pela convivência, natural, assim, nunca questionaram e não é porque eu não dou liberdade a eles, não. Eles podem perguntar, eles podem questionar, a Crisálida<sup>27</sup> às vezes pergunta, brinca e tudo, o Crisálida não é mais na dele. [...] O meu pai veio aqui conhecer a Borboleta [...]. O irmão mais velho começou a fazer críticas, minha cidade é muito pequena, [...] que eu tinha uma mulher mais bonita que a dele, botando nomes masculinos na gente, que ela era minha mulher e eu era o macho, essas coisas que ridiculariza, isso é chato. Mas meus outros dois irmãos não falam mais com ele, brigaram. A minha irmã chegou a agredir ele fisicamente. [...]. Então, criou (confusão) por causa de uma brincadeira, uma situação constrangedora e isso me fez sofrer muito, porque eu vi meus irmãos em guerra por um motivo besta, porque, eu concordo que ninguém é obrigado a aceitar, mas respeitar sim, [...] no momento aquilo me impactou ele tem uma filha lésbica [...] (Greta Oto, 39 anos).

As declarações assinaladas por Greta Oto informam sobre o complexo contexto de “aceitação” de outra forma de exercer a sexualidade que seja oposta ao sistema heterossexual. No que tange ao processo que envolve o “segredo e a revelação”, percebe-se que as pessoas que fazem parte do seu convívio, seja ele familiar ou não, sabem do exercício das suas práticas sexuais com mulheres, porém existe uma certa invisibilização dessa existência, tanto por parte do sujeito quanto de outrem.

Greta Oto evidencia que a maioria das pessoas sabem, mas ela nunca falou diretamente sobre o assunto. A respeito dos filhos ela diz que aconteceu de forma “natural”. Em decorrência da convivência cotidiana, e acrescenta que eles ainda não questionaram a sua vida com a companheira e faz questão de enfatizar que eles têm liberdade para conversar sobre o assunto.

---

<sup>27</sup> O termo está sendo utilizado para identificar tanto as meninas quanto os meninos, filhos das entrevistadas. O sexo será identificado pelo uso do artigo “a” ou “o”.

Em relação aos irmãos, ressalta que o mais velho, apesar de ter uma filha lésbica, causou situações constrangedoras fazendo críticas, comuns ao meio masculino, passando a chamá-la por nomes pejorativos. Atitudes essas que geraram conflitos entre os demais membros da família, provocando-lhe sofrimento.

Tais situações também foram vivenciadas por Parnassius Apollo, como pode ser constatado nas narrativas abaixo:

Eu mesmo, eu não digo pra ninguém, se a pessoa perguntar eu falo [...]. Na minha família todo mundo sabe, mas nunca perguntaram. [...] meu irmão mais novo, botou a família toda contra mim, mas ele não conseguiu. Eu tive que ameaçar ele. Eu disse assim: Olha a vida é minha, desde meus 12 anos, trabalho pra me sustentar, meus filhos eu que sustento eles, nunca peço nada a ninguém. [...] Aí ele pediu desculpas, eu disse: Tá bom. Pra meu ex foi mais ou menos nesse tempo, quem contou foi meu irmão, ele agiu, dessa forma aí, de difamar, de dizer que eu estava desrespeitando meus filhos, que eu estava levando mulher pra casa, sendo que quando eu contei pra a Crisálida ela tinha 12 (doze) anos. Eu disse pra ela, Crisálida, a mãe está gostando não é de um homem é de uma mulher e tal, e ela disse, a senhora pensa que eu já não sabia! Minha filha [...] tinha 14 (quatorze) anos quando ela se assumiu. A minha filha é super desenrolada [...], depois de 1(um) ano, contei pra ele, quando ele completou 12 (doze) anos [...] ele disse, mãe tá feliz, então é isso que importa. [...] (Parnassius Apollo, 41 anos).

Esse sentimento, experienciado por mulheres e homens que ultrapassam os padrões normativos impostos pela sociedade, conforme reforça Louro, sinaliza que,

As coisas se complicam ainda mais para aqueles e aquelas que se percebem com interesses ou desejos distintos da norma heterossexual. A esses restam poucas alternativas: o silêncio, a dissimulação ou a segregação. A produção da heterossexualidade é acompanhada pela rejeição da homossexualidade. Uma rejeição que se expressa, muitas vezes, por declarada homofobia (LOURO, 2013, p. 27).

Seguindo essa perspectiva teórica, Foucault (1988) afirma que a sociedade, em meio às construções que normatizam as vivências sexuais, age sob a lógica do desejo. Assim, o sexo não deve ser relacionado simplesmente ao instinto e muito menos percebido como contrário à razão, mas como fruto desta. De modo geral, o sexo passou a ser inscrito de maneira individualizada no corpo, na alma e na história humana.

Assim, é aquele tipo de coisa, eu me acho natural, [...] quando converso com alguém, que alguém vem naquela brincadeira de feminina ou masculina, então, eu não quero ser. Sabe não é que eu queria ser, mas é algo que é muito natural, [...] eu não sei identificar muito, [...] mas, um ser lésbica é tão

constrangedor por conta da sociedade, eu gosto de mulher, mas em compensação quando eu me deparo com a sociedade eu já fico, assim meio estranha, por que muitas pessoas veem de um jeito, no próprio ambiente escolar<sup>28</sup> (local de trabalho), eu tento ao máximo me deixar descontraído, não ficar tão rígida, tão dura, mas é algo que vem, assim no impulso, [...], se fosse pra escolher, eu não seria dessa forma, dura. Não que eu não fosse querer ser, o que eu sou hoje, mas às vezes, o meu jeito de ser, não de não querer ser lésbica, mas eu não queria ter esse jeito, assim, tão... sei lá, masculinizado[...] (Sylphina Angel, 37 anos)

A fala de Sylphina Angel remete ao pensamento de Saffioti (2004, p. 40), sobre as condições nas quais “o sujeito feminino transita dentro e fora do gênero. Isso significa que mulheres podem vivenciar o gênero e, simultaneamente, fazer-lhe a crítica e/ou acionar matrizes alternativas de inteligibilidade de gênero” que dão sentido as suas práticas e vivências. Dessa maneira,

O sexo é socialmente utilizado como referência para a construção da identidade de gênero, o que não significa que a matriz dominante de inteligibilidade do gênero não possa ser subvertida por matrizes não-hegemônicas, mas competidoras. A inteligibilidade de gênero resulta da capacidade instituída do gênero no que tange a relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. [...] Nas franjas do gênero, contudo, sua inteligibilidade pode ser, e é frequentemente, rompida por aqueles que elaboram uma combinação distinta entre os quatro elementos mencionados (SAFIOTTI, 2004, p. 36).

O que se observa nos relatos dessas mulheres sobre a “descoberta” do “novo” sentimento é que para umas ocorre na adolescência, mas fica latente para outras, só depois de alguns anos de casadas e com filhos, logo as reações e os sentimentos foram os mais variados, dentre os quais se pode destacar a culpa, o medo, o constrangimento e a raiva, levando essas mulheres a iniciarem suas experiências afetiva e sexual nos moldes heterossexuais.

Quanto ao fato delas não assumirem a “nova” identidade sexual compreende-se que é devido ao medo, ou da rejeição ou do preconceito mantido pelo conservadorismo que permeia as relações sociais. Segundo Swain (2000), a heterossexualidade compulsória é uma estrutura que regula práticas e define papéis para mulheres e homens que a homossexualidade e a lesbianidade contradizem. Nesta ótica, alguns depoimentos revelam que dar visibilidade às

---

<sup>28</sup> A esse respeito Louro enfatiza que a escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual. Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo — inato a todos — deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece muito poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos. O lugar do conhecimento, mantém-se, com relação à sexualidade, como o lugar do desconhecimento e da ignorância (LOURO, 2013, p. 30).

práticas que fogem da norma heterossexual pode ocasionar reações sociais diversas, em sua maioria, em situações negativas.

Ao contribuir com a escrita sobre a sexualidade, em específico a feminina, defende-se que esta deve ser vista como construção social, logo o domínio das práticas sexuais ou prazeres do corpo também devem ser percebidas como fruto desse processo. Considerando essas reflexões, “não há uma explicação ou significado permanente através do qual pudesse pensar o sexual ou a sexualidade e sim diferentes maneiras de conceber o que seja sexual, de acordo com elementos históricos, culturais e também pessoais” (MEINERZ, 2005, p. 27-28).

Cada vez mais, a homossexualidade se torna uma opção, ou uma escolha, a qual os indivíduos podem seguir de um modo que era impossível numa sociedade mais hierárquica e monolítica. A existência de um modo de vida gay dá oportunidade para as pessoas explorarem suas necessidades e desejos, sob formas que eram algumas vezes literalmente inimagináveis até bem pouco tempo. É por isso, obviamente, que a homossexualidade é vista, freqüentemente, como uma ameaça para aqueles ligados ao status quo moral, estejam eles situados à esquerda ou à direita do espectro político. A existência de identidades lésbicas e gays positivas simboliza a pluralização cada vez mais crescente da vida social e a expansão da escolha individual que essa oferece (WEEKS, 2013, p. 69).

Portanto, se faz necessário caminhar na busca do entendimento que “se assumir” como mulher lésbica implica uma vida de confrontos, dificuldades, medos, rejeições e aceitações “parciais”, visto que essas mulheres que resolvem, mesmo que de maneira parcial, enfrentar o sistema heterossexual, não somente a lesbianidade, mas, sobretudo, para dizer que elas têm o direito de viver e expressar o seu desejo sexual e afetivo por mulheres, assumindo ou não, essa “nova” identidade sexual.

A esse respeito, Judith Butler defende que, para a sociedade ocidental moderna, o sexo biológico é visto como natural, no entanto, é construído discursivamente pela cultura, a qual passa a informação de que os sujeitos são substantivamente do sexo masculino ou feminino, e esse resultado substantivo nas reflexões de Butler, “é *performativamente* produzido e imposto pelas práticas regulatórias da coerência do gênero”. Desse modo, ao invés de modelado culturalmente pelas probabilidades sociais, o sexo é determinado como uma categoria desde sempre gendrada, não havendo, dessa forma, um sexo que possa ser pensado anterior ao gênero (BUTLER, 2015, p.48).

Nessa direção, Louro (2001) nos impulsiona a pensar numa nova dinâmica dos movimentos e no desenvolvimento de teorias sexuais e de gênero, logo argumenta que, “o grande desafio não consiste, apenas, em assumir que as posições de gênero e sexuais se

multiplicaram e escaparam dos esquemas binários; mas também em admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas” (LOURO, 2001, p. 541), porém nos lembra ainda que essa fronteira é o lugar social determinado para esses sujeitos viverem, como pode ser comprovado de acordo com a análise dos discursos das protagonistas dessa pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo privilegia as vivências conjugais e familiares de mulheres (heterossexuais e lesboafetivas), enfocando as relações de gênero e a sexualidade nessas relações, ao invés de optar por um enfoque apenas identitário. Essa escolha tem a intenção de trazer à luz esses relacionamentos afetivos, sexuais e familiares que se encontram, geralmente, subsumidos na prevalência da ideia de “superioridade”, imposta pela heterossexualidade, bem como por um sistema heteronormativo que invisibiliza os relacionamentos afetivo-sexuais entre mulheres, por isso o interesse em compreendê-las em sua relação familiar lesboafetiva. Ao privilegiar a constituição dessas relações lésbicas, busquei também problematizar o significado da sexualidade, em específico da lesbianidade enquanto identidade social para essas mulheres.

As reflexões até aqui apresentadas afirmam que o gênero é uma construção social e a instituição familiar é um de seus maiores propagadores, logo, a família é um dos lugares privilegiados de produção social da realidade, e contribui tanto para a manutenção da ordem estabelecida quanto para definir caminhos e sentidos da própria mudança social. Nesses termos, pensar sobre as relações familiares é pensar também em relações de poder que são vivenciadas e legitimadas por outras instituições sociais como a escola e o Estado (BOURDIEU, 2004). A família possui significados diversos, dependendo da classe social, da idade e do sexo dos indivíduos. E assim como se estabelece em outras relações, no seu interior também existem desigualdades geradas por diferentes hierarquias que são nitidamente marcadas pelas relações de poder entre seus membros.

Historicamente, a luta por igualdade nas relações de gênero, por reconhecimento da existência da mulher e em específico da mulher lésbica, bem como da diversidade sexual é recorrente e necessita ser permanente nos mais diversos grupos e movimentos sociais que reivindicam direitos para esses segmentos e em específico para as mulheres. Deste modo, a relevância desta pesquisa também reside no esforço de aprofundar os registros e as discussões sobre essas novas formas de família, destacando nas mesmas as relações de gênero e sexualidade. Ademais, é uma oportunidade de dar voz e visibilidade a essas mulheres e aos seus desejos e amores que, por muito tempo, não ousavam dizer o nome e nem tão pouco assumi-los em público.

Ao longo do processo de investigação, me deparei com questões que me permitiram perceber algumas permanências e rupturas no modo de agir e ser mulher, de ser família, no modo de fazer pesquisa, e, inclusive, de ser pesquisadora. Percebi que nossas vidas

apresentam tons e coloridos tão variados, com movimentos inéditos e ao mesmo tempo tão similares e familiares.

O caminho que me propus trilhar, acerca do estudo das famílias recompostas entre mulheres, me permitiu cristalizar a necessidade de contribuir para dar visibilidade as chamadas “minorias” sexuais<sup>29</sup>, que historicamente travam lutas constantes com os grupos conservadores que insistem em camuflar a pluralidade de sua existência.

Nessa perspectiva, me embasei em alguns questionamentos, a saber: como se processa a divisão sexual do trabalho na relação desses casais? Quais os sentidos atribuídos a essas vivências pela família extensa pais, irmãs(os)? A família anterior, constituída nos padrões heterossexuais, foi desfeita como forma de contestar o modelo tradicional de família? Quais os anseios, perspectivas e medos dessas mulheres em relação à criação, socialização e desenvolvimento das(os) filhas(os) inseridos nessa nova família recomposta lesboafetivas? Os sentidos, os significados e as interpretações são múltiplas, e talvez não tenha conseguido apresentar respostas satisfatórias para todas as indagações, mas com certeza apresentei elementos para pensar as famílias e a vivência da sexualidade de forma múltipla para além do binarismo.

Ao trilhar esse caminho científico, uma coisa me parece certa, estudar a dinâmica das relações de gênero, a sexualidade, a família de maneira alguma pode ser colocada como algo simples. É uma tarefa bastante complexa, pois não basta reconhecer e apresentar que existem diferenças entre os sexos, que por vezes acabam gerando desigualdades entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, e homens e homens, e que estas diferenças e desigualdades são frutos de construções socioculturais e históricas.

É imprescindível que além de darmos visibilidade a tais questões, também fazer ecoar as vozes desses sujeitos acerca de sua existência, pois como lembra Louro, “não há como ignorar as ‘novas’ práticas, os ‘novos’ sujeitos, suas contestações ao estabelecido” (2001, p. 542), e imposto pelo sistema heteronormativo, uma vez que as vivências desses sujeitos devem ser analisadas, para além das relações de gênero, respeitando a sua pluralidade existencial, bem como outros marcadores sociais, como sexualidade, que distinguem sua existência tanto nos espaços públicos quanto privados.

Creio que o reconhecimento das diversas formas de viver e ser família visa também dar visibilidade as outras maneiras de vivenciar as relações de gênero e a sexualidade, pois a

---

<sup>29</sup> Louro (2001, p. 542), cita a revista *La Gandhi Argentina*, para afirmar que “as minorias nunca poderiam se traduzir como uma inferioridade numérica, mas sim como maiorias silenciosas que, ao se politizar, convertem o gueto em território e o estigma em orgulho – gay, étnico, de gênero”.

sociedade em que se vive ainda enaltece o poder masculino e tem como norma a heterossexualidade, portanto, refletir e compreender a existência de novas famílias, como as lesboparentais torna-se um meio de contribuir para que a diversidade de ser “diferente” e de viver a sexualidade sem restrições possam ser visibilizadas e respeitadas socialmente.

Compreendo que a construção social e a formulação cultural da concepção de família e conjugalidade, ainda é permeada por valores tradicionais, não só em relação aos papéis de gênero, mas também ao desprezo aos homossexuais, lésbicas, ou outras identidades sexuais fora da heteronorma.

Em relação às práticas regulatórias de coerência entre sexo e gênero, entre as mulheres entrevistadas prevalece uma correspondência em relação às expectativas socialmente construídas e atribuídas às mulheres, as quais reiteram e reproduzem a sua constituição enquanto sujeitos do gênero feminino. Nesses termos, fica evidenciado que ao assumir uma performance de gênero que não coloque sob suspeita a sexualidade, fica caracterizado como uma das principais formas de invisibilidade da mulher que vivencia sua sexualidade fora da norma heterossexual.

É fato que assumir a lesbianidade implica aceitação parcial, uma vida de enfretamentos, de medos, de rejeições. As mulheres pesquisadas nos mostraram o quanto é difícil ser lésbica numa sociedade heteronormativa, sexista, violenta, onde as lésbicas são invisibilizadas por amarem e se relacionarem com outras mulheres, e assim contestarem a norma androcêntrica de um mundo, no qual as mulheres devem estar disponíveis para serem desejadas e para atenderem ao desejo dos homens. No entanto aceitar essas normas é se aprisionar a uma vida clandestina e silenciosa das emoções, dos prazeres, do companheirismo, do respeito, do compartilhamento de seus amores, sonhos e seu cotidiano com essa nova família que se apresenta com princípio de igualdade.

É inegável que a sociedade herdou ranços de uma cultura heteropatriarcalista embasada em valores de desigualdade, preconceito, racismo, lesbofobia, entre outras discriminações que desvalorizam a mulher, em detrimento da valorização exacerbada do homem. Considerando este cenário, ter a coragem de assumir-se lésbica, constituir famílias lesboparentais é um ato político que, dentre outros aspectos, visa contestar o “destino natural” reservado às mulheres: ser esposa, ser procriadora, ser do exclusiva do espaço doméstico. Esse novo sujeito “a mulher lésbica” objetiva vivenciar uma cultura lésbica, na qual amar e manter relações afetivas sexuais com outra mulher seja encarado na sua diversidade e normalidade, assim como foi expressado pelas borboletas dessa pesquisa.

Portanto, de modo geral, foi percebido que nas famílias lesboafetivas que participaram da pesquisa, mesmo apresentando contradições no que diz respeito ao compartilhamento das tarefas domésticas, criação dos filhos e provisão econômica da família, às relações entre mulheres, quando comparadas aos relacionamentos heterossexuais (vivenciados por elas), apresentam, com mais frequência, princípios de vivências “menos desiguais”.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Jesus. “Liberdade, liberdade! Abra as asas sobre nós”: o grupo de convivência borboleta. JUNIOR, Francisco de Oliveira Barros de; LIMA, Solimar Oliveira. (Orgs.). **Homossexualidade e ciências**. Teresina: EDUFPI, 2015, p. 104-117.

\_\_\_\_\_. **De lagarta à borboleta: a construção da identidade da mulher lésbica em Caxias – Maranhão**. 2013. 55 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública em Gênero e Raça) – Universidade Federal do Maranhão, UFMA. Caxias. 2013.

\_\_\_\_\_. Gênero e Sexualidade: Trançando conexões com vivências lesboafetivas e as Políticas Públicas. In: \_\_\_\_\_ NASCIMENTO, Elaine Ferreira do, MONTE, Liana Maria Ibiapina do, et al.(organizadores). **Políticas Públicas para a vida Social**. Curitiba: CRV, 2016.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Tradução: Sérgio Milliet. 3 imp. v. 1 (Fatos e Mitos). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BECKER, Howard S. De que lado nós estamos. In: **Uma Teoria da Ação Coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em:<[www.emtese.ufsc.br](http://www.emtese.ufsc.br)>. Acesso em jun. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. ORTIZ, Renato (org.). Tradução: Paula Montero; Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em: 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Tempos e Memórias do Feminismo no Brasil**. Brasília: SPM, 2010.

BUTLER, Judith. **Corpos que pensam**: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2ª ed., 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. P.151-172.

\_\_\_\_\_. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CANO, Ignacio. **Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil**. Sociologias, Porto Alegre, ano 14, n 31, set./dez. 2012.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa**: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Revista Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2006 out./dez 15(4), p. 679-684.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. In: **Revista Portuguesa de Educação**, ano/vol. 16, número 002. Universidade do Minho. Braga, Portugal. 2003. p. 221-236.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Tradução, Moschkovich, Marília. São Paulo: nVersos, 2015.

COSTA, Thayana de Moraes. **Violência contra mulheres na mídia**: a produção de sentido dos portais de notícia em Teresina. Projeto de pesquisa (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Piauí, 2015.

\_\_\_\_\_. **Violência contra mulheres no webjornalismo de portal**: da banalização à violência metalinguística. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Piauí, 2016.

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania mulher e morte no Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

\_\_\_\_\_. **O que é o Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

DINIZ, D.; GUERRIERO, I. C. Z. **Ética na pesquisa social: desafios ao modelo biomédico**. *RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*. Rio de Janeiro, v. 2, Sup.1, p.Sup.78-Sup. 90, dez., 2008.

DUARTE, Rosália. **Pesquisa qualitativa**: reflexões sobre o trabalho de campo. *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, março/ 2002.

FERREIRA, Mary. **As Caetanas vão a Luta**: Feminismo e Políticas Públicas no Maranhão. Grupo de Mulheres da Ilha. São Luis: EDUFMA, 2007.

FOUCAULT, Michael. **A história da sexualidade I**: A vontade do saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Da fala do outro ao texto negociado**: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. Paidéia (Ribeirão Preto). 2004, vol.14, n.28, pp. 139-152. ISSN 1982-4327 Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>

FRY, Peter, MACRAE Edward. **O que é homossexualidade**. São Paulo. Abril Cultural Brasiliense, 1985.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

\_\_\_\_\_. **A transformação da Intimidade** – sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: Ed. Unesp, 1993.

GOLDANI, Ana Maria. **As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação**. Cadernos Pagu, Campinas: IFCH/Unicamp, n. 1, p. 67-110, 1993.

\_\_\_\_\_. **Famílias e Gêneros**: Uma proposta para avaliar (des)igualdades. 1997. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/gent2\\_1.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/gent2_1.pdf). Acesso em ago. 2015.

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1996.

GUIMARÃES, Anderson Fontes Passos. **“Uma lésbica é uma mulher?”: vozes e silêncios**. 2013. 181 f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador. 2013.

HEILBORN, Maria Luiza e BRANDÃO, Elaine Reis. Introdução: Ciências Sociais e Sexualidade. In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). **Sexualidade**: o olhar das ciências sociais, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

HEILBORN, Maria. **Fazendo gênero? A antropologia da mulher no Brasil**. In: Uma questão de gênero. Costa, A; Bruschini, C. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos tempos, 1992.

HITA, Maria Gabriela. **Igualdade, Identidade e Diferença (s)**: feminismo na reinvenção de sujeitos. In: Buarque de Almeida, Heloísa et al. (orgs). **Gênero e Matizes**. São Paulo: EDUSF, 2002.

LINHARES, J. W. **O EFEMINADO E OS OUTROS: diferenças e discriminações em espaços de sociabilidade LGBT de Teresina** 2015. 161f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Piauí, UFPI. Teresina. 2011.

LOURO, Guarica Lopes. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação**. **Rev. Estud. Fem.**, 2001, vol.9, no.2, p.541-553. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104026X2001000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2001000200012). Acesso em fev. 2016.

\_\_\_\_\_. **Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”**. In: Louro, G. L., Felipe, J., Goellner S. V. (orgs). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*, 2013. p.43-53.

\_\_\_\_\_. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MAGALHÃES, Maria José, **Feminismo e lesbianismo: Derrubando o mito da Lavender Menace**. LES Online, Vol. 2, No 1 (2010). Encontrado em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/35074/2/88820.pdf>. Acesso em jan. 2017.

MARANGONI, Iara de Santana (IC) e BDINE JÚNIOR, HamidCharaf (Orientador). **As relações socioafetivas na família reconstituída**. Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2011. Disponível em: [www.mackenzie.com.br/fileadmin/Pesquisa/pibic/.../iara\\_de\\_santana.pdf](http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Pesquisa/pibic/.../iara_de_santana.pdf). Acesso em ago. 2015.

MATA, Giselle Moreira da. **As práticas “homossexuais femininas” na antigüidade grega: uma análise da poesia de safo de lesbos (século VII A.C)**. Alétheia - Revista de estudos sobre Antigüidade e Medievo. Volume 1, Janeiro/Julho de 2009 - ISSN: 1983-2087

MEINERZ, Nádia Elisa. **Entre mulheres: estudo etnográfico sobre a constituição da parceria homoerótica feminina em segmentos médios na cidade de Porto Alegre – RS**. 2005. 170 f.. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

MELLO, Luiz. **Familismo (Anti)Homossexual e Regulação da Cidadania no Brasil**. Estudos Feministas, Florianópolis, 14(2): 248, maio-agosto/2006.

\_\_\_\_\_. **Novas Famílias: conjugalidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

MENDES, Mary Alves **Mulheres chefes de domicílios em camadas pobres: trajetória familiar, trabalho e relações de gênero**. 2004. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/site\\_eventos\\_abep/PDF/ABEP2004\\_787.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_787.pdf). Acesso em ago. 2015.

MENEZES, Joyceane Bezerra de. **A família na constituição federal de 1988 – uma instituição plural e atenta aos direitos de personalidade**. Disponível em: <http://www6.univali.br/seer/index.php/nej/article/download/1232/1035>. Acesso em out. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (org). **Pesquisa Social: Teoria, métodos e criatividade**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2004.

MISKOLCI, Richard. **Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer**. In Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito / Luiz Antônio Francisco de Souza, Thiago Teixeira Sabatine e Boris Ribeiro de Magalhães, organizadores. – Marília. : Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

\_\_\_\_\_. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica/UFOP, 2015.

MOREIRA FILHO Francisco Carlos, MADRID Daniela Martins. **A Homossexualidade e a sua História.** 2009. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/1646/1569>>. Acesso em nov. 2015.

MOTT, Luis. **O lesbianismo no Brasil.** Porto Alegre: Mercado aberto, 1987.

.NAVARRO-SWAIN, Tania. **O que é Lesbianismo.** São Paulo. Brasiliense, 2000.

\_\_\_\_\_. **Feminismo e lesbianismo:** quais os desafios? *labrys*, estudos feministas, número 1-2, julho/ dezembro 2002.

\_\_\_\_\_. Feminismo e lesbianismo: a identidade em questão. In: **Cadernos Pagu**, 1999. Disponível em: <<http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/n12a11.pdf>>. Acesso em 03 out. 2012.

OLIVEIRA, Luciano Amaral. **Turismo pa gays e lésbicas: uma viagem reflexiva.** São Paulo. Roca. 2002

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os Silêncios da História.** Tradução Viviane Ribeiro. Bauru – SP: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os silêncios do corpo da mulher.** In: MATOS, M.I.S. de; SOIHET, R. (Org.). *O corpo feminino em debate.* São Paulo: UNESP, 2003. p.13-27.

PULEO, Alicia H. **Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro.** In GODINHO, Tatau (org.) e SILVEIRA Maria Lúcia da (org.). *Políticas públicas e igualdade de gênero*(Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 13-34.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história: Descobrendo historicamente o gênero.** 1998. Encontrado em: [http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia\\_feminista.pdf](http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf). Acessado em 2015.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica.** 1993. *Tradução:* Carlos Guilherme do Valle. *Revista Bagoas* n. 05 de 2010. p. 17-44. Encontrado em: [http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01\\_rich.pdf](http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf). Acessado em 2015.

ROMANELLI, G. **Autoridade e poder na família.** In: CARVALHO, M. C. B. (Org.). *A família contemporânea em debate.* 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ROSSI, Janaína Marina. **Subjetividade e Identidade Lésbica: Visibilidade e Estratégias de Reconhecimento.** Monografia. Universidade Federal do Paraná. Disponível em <http://pt.scribd.com/doc/52042679/Identidade-e-Subjetividade-Lesbica-versao-final-corrigida>. Acesso em: 2016.

ROUDINESCO, Elisabeth. **A família em desordem.** Tradução: André Telles Jorge. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres.** Notas sobre a 'Economia Política' do sexo. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. O poder do macho. São Paulo: Moderna, 1987.

\_\_\_\_\_. **Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social.** In GODINHO, Tatau (org.) e SILVEIRA Maria Lúcia da (org.). Políticas públicas e igualdade de gênero (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, pp. 35-42.

SARACENO, Chiara. Sociologia da família. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

SARTI, C. A. **Famílias enredadas.** In: ACOSTA, A R. (org.). Família: Redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo, IE e PUC, 2003.

\_\_\_\_\_. **A Família Como Espelho: Um estudo Sobre a Moral dos Pobres.** 7ª ed. Rev. São Paulo: Cortez, 2011.

SALEM, Tania. **“Homem... já viu né?”: representações sobre sexualidade e gênero entre homens de classe popular.** In: HEILBORN, Maria Luiza (org.). Família e sexualidade. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2004.

SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer.** Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Revista Educação & Realidade, v.20, n.2. Porto Alegre, jul./dez.1995.

SENA, Francisca Maria Rodrigues. **Mulheres em Movimento: Construção de Relações de Gênero na Militância Política das Mulheres.** Fortaleza – Ceará. 2004.

SOARES, Gilberta Santos SARDENBERG e Cecília Maria Bacellar. **Assumindo a lesbianidade no campo teórico feminista.** Disponível em: [www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com). Acesso em jun. 2015.

SPINK, Mary Jane (Org). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas.** Edição on-line: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro 2013. Disponível em: [www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?](http://www.bvce.org/DownloadArquivo.asp?). Acesso em 2016.

TOLEDO, Livia Gonsalves. **Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista.** 2008. 234 f. Dissertação (Mestrado Psicologia). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista. Assis. 2008.

TONIETTE, Marcelo Augusto. **Um Breve Olhar Histórico Sobre a Homossexualidade.** Disponível em: <http://www.sexoemoco.es.com.br/index.php/home/41-artigos-rapidos/97-um-breve-olhar-historico-sobre-a-homossexualidade-?format=pdf>. Acesso em set. de 2015.

UZIEL, Ana Paula. **Família e homossexualidade: velhas questões, novos problemas.** Tese de doutorado. 2002. Encontrado em [www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000249903](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000249903). Acesso em 2015.

RINGER, Fritz. 2004. **A Metodologia de Max Weber. A Unificação das Ciências Culturais e Sociais.** São Paulo: Edusp. 186p. (Tradução de Gilson Cardoso de Souza)

WEEKS, Jeffrey. **O corpo e sexualidade** In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2ª ed., 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p.151-172.

WITTIG, Monique **O Pensamento Hétero** (1980). Encontrado em: [https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero\\_pdf.pdf](https://we.riseup.net/assets/162603/Wittig,%20Monique%20O%20pensamento%20Hetero_pdf.pdf). Acesso em jan. 2017.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

**Título do estudo:** FAMÍLIAS RECOMPOSTAS: DESCORTINANDO O AFLORAMENTO DO DESEJO E DA SEXUALIDADE ENTRE MULHERES

**Pesquisadora responsável:** Maria de Jesus Martins de Andrade Cunha

**Instituição/Departamento:** UFPI/PPGS – Programa de Pós-Graduação em Sociologia

**Email:** andrade2840@hotmail.com

**Telefone para contato:** (99) 98130-6389

**Local da coleta de dados:** Caxias-MA e Teresina-PI.

Prezada,

Você está sendo convidada a participar de forma totalmente **voluntária**, desse estudo que trata de uma pesquisa de teor qualitativo que tem como propósito de investigação refletir sobre as relações de gênero, para tanto serão utilizados tópicos guias para a realização de uma entrevista semiestruturada. Antes de efetivar a sua participação nesta pesquisa por meio da entrevista é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Os pesquisadores deverão responder todas as suas dúvidas antes de você decidir sua participação. Você tem o direito de **desistir** de participar da pesquisa a qualquer momento.

**Objetivo do estudo:** Compreender a dinâmica das relações familiares vivenciadas por mulheres dissidentes de relacionamentos heterossexuais, bem como os sentidos que incidem na constituição dessas “novas famílias” recompostas lesboafetivamente, a fim de verificar como se processam as relações de gênero nesse contexto.

**Procedimentos:** Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder uma entrevista semiestruturada que utilizará tópicos guias acerca de famílias recompostas, bem com suas vivências lesboafetivas.

**Benefícios:** Esta pesquisa contribuirá para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção e ampliação de conhecimento científico.

**Riscos:** A participação na pesquisa *a priori* não representa riscos de ordem física ou psicológica aos seus respondentes, sendo uma questão fundamental nas coletas o respeito à disponibilidade das pessoas a participarem. Entretanto, caso alguma pergunta do roteiro de entrevista cause algum desconforto ou instabilidade emocional que represente pelos participantes a necessidade de acompanhamento psicológico, estes serão prontamente encaminhados ao serviço-escola de Psicologia da UFPI.

**Sigilo:** Este estudo tem finalidades acadêmicas, portanto seus resultados serão publicados em eventos e revistas científicas, no entanto você não será identificado, ou seja, garantimos sigilo/anonimato da participação em nossa pesquisa.

**Garantia de acesso:** A qualquer etapa do estudo, terá acesso também aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. **Este termo será impresso em duas vias, uma ficará com a participante e outra com a pesquisadora responsável com a investigação.**

Declaro estar ciente e informada sobre os procedimentos de realização da pesquisa, conforme explicitados acima e declaro que irei participar voluntariamente.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu \_\_\_\_\_, **estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.**

Local e data: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura

\_\_\_\_\_  
Nº Identidade

\_\_\_\_\_  
MARIA DE JESUS MARTINS DE ANDRADE CUNHA  
Pesquisadora Responsável

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato:

Comitê de Ética em Pesquisa - UFPI.

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Bairro Ininga.

Pró Reitoria de Pesquisa - PROPESQ.

CEP: 64.049-550 - Teresina - PI.

**Telefone:** 86 3237-2332

**E-mail:** cep.ufpi@ufpi.br

**Web.:** [www.ufpi.br/cep](http://www.ufpi.br/cep)

**APÊNDICE B – Roteiro de Entrevista****1 DADOS PESSOAIS**

Nome \_\_\_\_\_

idade \_\_\_\_\_

Cor \_\_\_\_\_

Escolaridade \_\_\_\_\_

Religião \_\_\_\_\_

Profissão/trabalho \_\_\_\_\_

Rendimento/renda familiar \_\_\_\_\_

Estado civil \_\_\_\_\_

**2 Trajetória geral da vida afetivo-sexual e conjugal.****3 Vivência no contexto do relacionamento e família heterossexual.****3.1 Descreva seu casamento.**

3.2 Duração do relacionamento heterossexual? \_\_\_\_\_

3.3 Nº de filhos \_\_\_\_\_ idade \_\_\_\_\_

**3.4 Motivos da separação?**

3.5 Os cuidados e responsabilidades com as tarefas domésticas, criação das(os) filhas (os) e provisão econômica na família como são administrados e por quem?

**4 Vivência no contexto do relacionamento e família lesboparental.**

4.1 Em que momento/ocasião/situação você descobriu que tinha desejo afetivo e sexual por mulheres? O que sentiu? Como reagiu?

4.2 Como e quando ocorreu a revelação de sua “nova” orientação sexual para seus pais, filhos, ex-marido e como eles reagiram?

4.3 Você se identifica como uma mulher lésbica?

4.4 Percebeu discriminação e preconceito das pessoas em relação a sua orientação lesboafetiva? Como reagiu?

4.5 Duração dos relacionamentos lesboparentais?

4.5 Como você conheceu a sua companheira atual? Comente sobre ela.

4.6 Fale sobre o relacionamento atual destacando a convivência familiar com a companheira e com os(as) filhos(as), caso tenham.

4.7 No relacionamento atual já ocorreram, desavenças, conflitos ou algum tipo de violência? Quais os motivos?

4.7 Como as(os) filhas(os) lidam com o fato de participarem de uma família lesboafetiva? Como se comportam no interior e fora da família sobre o assunto?

4.8 Percebeu em algum momento suas(seus) filhas(os) sofrerem preconceitos por participarem de uma família lesboparental? O que você acha disso? Como reagiu/reagiria?

4.9 Os cuidados e responsabilidades com as tarefas domésticas, criação das(os) filhas (os) e provisão econômica na família como são administrados e por quem?

5 Você percebe semelhanças e/ou diferenças entre seu relacionamento heterossexual e lesboafetivo? Comente.

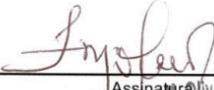
## **ANEXOS**

## ANEXO A – Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos



MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP

## FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS

1. Projeto de Pesquisa: FAMÍLIAS RECOMPOSTAS: DESCORTINANDO O AFLORAMENTO DO DESEJO E DA SEXUALIDADE ENTRE MULHERES.		2. Número de Participantes da Pesquisa: 10	
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 7. Ciências Humanas			
<b>PESQUISADOR RESPONSÁVEL</b>			
5. Nome: MARIA DE JESUS MARTINS DE ANDRADE CUNHA			
6. CPF: 752.865.563-53		7. Endereço (Rua, n.º): PRIMEIRA TRAVESSA DO ESPIRITO SANTO CANGALHEIRO CAXIAS MARANHÃO 65606300	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: (99) 3521-3175	10. Outro Telefone:
		11. Email: andrade2840@hotmail.com	
<p>Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.</p>			
Data: <u>05</u> / <u>11</u> / <u>15</u>		 Assinatura	
<b>INSTITUIÇÃO PROPONENTE</b>			
12. Nome: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ		13. CNPJ:	14. Unidade/Orgão: UFPI - Campus Ministro Reis Velloso
15. Telefone: (86) 3323-5314		16. Outro Telefone:	
<p>Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.</p>			
Responsável: <u>Fumico M. Pereira de Oliveira</u>		CPF: <u>304852903-91</u>	
Cargo/Função: <u>Coordenador</u>			
Data: <u>05</u> / <u>11</u> / <u>2015</u>		 Assinatura Prof. Dr. Francisco M. de Oliveira Coordenador PPGS/UFPI SIAPE 1628577	
<b>PATROCINADOR PRINCIPAL</b>			
Não se aplica.			